



2º CENSO

DA POPULAÇÃO DE RUA
E PESQUISA QUALITATIVA

BELO HORIZONTE

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável

**2º Censo da População de Rua e Análise Qualitativa da
Situação dessa População em Belo Horizonte:**
**Meta 10 – Realização de ações de atendimento sócio-assistencial,
de inclusão produtiva e capacitação para população em situação de rua**

FÓRUM DE POPULAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE

PROJETO AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
ORGANIZAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO BRASIL

Belo Horizonte, abril de 2006.

RESUMO

Este relatório apresenta o processo de construção, os objetivos, a justificativa, as referências teóricas, a metodologia e os resultados do 2º Censo da População de Rua e Análise Qualitativa da Situação dessa População em Belo Horizonte. Inclui, ainda, informações sobre as famílias atendidas pelo Serviço de Acompanhamento Sócio-Familiar / Bolsa Moradia, da Prefeitura de Belo Horizonte, como também dados sobre moradores de rua em ocupações, coletados pela Pastoral de Rua desse município. O referido trabalho é parte integrante do Projeto Ações Integradas de Desenvolvimento Social e Organização dos Catadores de Materiais Recicláveis do Brasil, em sua Meta 10 – Realização de ações de atendimento sócio-assistencial, de inclusão produtiva e capacitação para população em situação de rua. É fruto do convênio de cooperação técnico-científica e financeira entre o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável, que previu a utilização dos recursos para, entre outras ações, apoiar a realização de censos municipais, o que se viabilizou em Recife e Belo Horizonte. Neste último município, o trabalho foi desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o Fórum de População de Rua, o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável e com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. A definição de população em situação de rua com a qual se trabalhou foi uma construção coletiva, feita pelos parceiros, consistindo no “grupo populacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não-referência de moradia regular”. A coleta de dados censitários e qualitativos foi realizada, em Belo Horizonte, nos meses de outubro e novembro de 2005, a partir dos quais se desenvolveu o trabalho de organização, sistematização e análise das informações obtidas. De uma maneira geral, pôde-se concluir que, entre vários fatores, alguns parecem ser mais determinantes para a existência e o aumento do número de pessoas em situação de rua: a falta de moradia, o desemprego, o sofrimento mental, as rupturas familiares, a violência doméstica, o uso de drogas e a pobreza. O aprofundamento da compreensão acerca da complexidade desse grupo social e da grande diversidade de suas experiências e contextos exige muitas outras pesquisas, em Belo Horizonte e em outras regiões do país. Estudos podem ser feitos a partir dos dados obtidos pelos censos, visando à melhoria do entendimento das necessidades desses cidadãos, como também o aprimoramento das políticas públicas a eles dirigidas. O fenômeno população de rua é multidimensional por natureza e requer a implementação de políticas públicas de assistência social, saúde, educação, trabalho e moradia, entre outras, numa perspectiva intersetorial. Outro aspecto importante a considerar diz respeito ao tempo e aos recursos, uma vez que o desenvolvimento e a manutenção dessas políticas não podem ser pontuais e devem abranger a totalidade dessas pessoas. O presente estudo mostra, no entanto, que a população de rua de Belo Horizonte tem desejos, demandas e potenciais, o que coloca o desafio de se colaborar no esforço coletivo para que seus sonhos se manifestem e se realizem.

LISTA DE TABELAS

Pesquisa Censitária	
Tabela 1 – Motivos por que não respondeu à entrevista, na primeira visita.....	43
Tabela 2 – População em situação de rua – Belo Horizonte (1998-2005)	43
Tabela 3 – Distribuição da população em situação de rua por grupos de idade – Belo Horizonte (1998-2005)	45
Tabela 4 – Percentual da população em situação de rua segundo o tempo em que mora na rua.....	46
Tabela 5 – Percentual de acordo com alfabetização, segundo o sexo (2005)	47
Tabela 6 – Percentual de acordo com alfabetização, segundo o sexo – 1998.....	48
Tabela 7 – Distribuição relativa, por grau de escolaridade completa ou incompleta, concernente ao total por sexo (%).....	48
Tabela 8 – Lugar onde nasceu	49
Tabela 9 – Nascimento na área urbana ou rural	49
Tabela 10 – Último lugar de moradia anterior a Belo Horizonte	50
Tabela 11 – Motivo da vinda para Belo Horizonte – 1998-2005	50
Tabela 12 – Lugar onde se encontrava no momento da entrevista – Censos 1998 e 2005.....	51
Tabela 13 – Já teve casa em Belo Horizonte antes de ir para a rua – Censos 1998 e 2005.....	52
Tabela 14 – Você já esteve em alguma instituição?	53
Tabela 15 – Já frequentou / frequenta alguma dessas instituições?	53
Tabela 16 – População de rua, segundo atividade “principal” desenvolvida para ganhar dinheiro.....	55
Tabela 17 – Percentual da atividade realizada para ganhar dinheiro e especificada em primeiro lugar, segundo o sexo dos entrevistados	55
Tabela 18 – Profissões declaradas	58
Tabela 19 – Percentual do rendimento individual médio mensal, até três atividades especificadas, segundo o sexo do entrevistado.....	59
Tabela 20 – Documentos que possui	60
Tabela 21 – Distribuição relativa das pessoas que declararam ter ou não ter problema de saúde.....	61
Tabela 22 – Distribuição relativa dos problemas de saúde declarados (%).....	61
Tabela 23 – População que já recorreu a serviço de saúde, em Belo Horizonte, segundo o motivo da procura.....	63
Tabela 24 – Família/parentes na rua com o entrevistado.....	65
Tabela 25 – Formas de contado com os parentes residentes em Belo Horizonte.....	65
Tabela 26 – Qual é o seu maior desejo?	67

Relatório sobre famílias acompanhadas pelo Serviço de Acompanhamento Sócio-Familiar / Bolsa-Moradia e pessoas e famílias que residem em áreas de ocupação

Serviço de Acompanhamento Sócio-Familiar no Domicílio (SASF)

Tabela 1 – Famílias acompanhadas pelo programa Bolsa-Moradia até fevereiro/ 2006	128
Tabela 2 – Sexo do titular	128
Tabela 3 – Estado civil do titular	128
Tabela 4 – Origem das famílias	129
Tabela 5 – Escolaridade do titular	129
Tabela 6 – Condições de trabalho do titular	129
Tabela 7 – Renda mensal familiar	130
Tabela 8 – Projeto "Se essa casa fosse minha"	130

Pessoas e famílias que residem em áreas de ocupação

Tabela 1 – Distribuição dos moradores das ocupações por idade	131
Tabela 2 – Distribuição dos moradores das ocupações por sexo	132
Tabela 3 – Distribuição dos moradores das ocupações por motivo da ida para a ocupação	132
Tabela 4 – Distribuição dos moradores das ocupações por origem	133
Tabela 5 – Distribuição dos moradores das ocupações por escolaridade	134

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Pesquisas Censitárias com aplicação de questionários de acordo com município e data de realização	28
Quadro 2 – Perfil dos entrevistados da população em situação de rua	80
Gráfico 1 – Proporção da população em situação de rua, por tempo de rua, em relação ao total dos que responderam – 1998-2005	46

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 OBJETIVOS	26
2.1 Objetivo geral	26
2.2 Objetivos específicos	26
3 JUSTIFICATIVA	27
4 REFERÊNCIAS TEÓRICAS	29
5 PESQUISA CENSITÁRIA	32
5.1 Objeto	37
5.2 Metodologia e implementação do censo	37
5.2.1 Relato da implementação do censo	37
5.2.2 A pesquisa de campo	39
5.2.3 A preparação dos roteiros	40
5.3 Alguns resultados preliminares	41
5.3.1 Considerações gerais	41
6 PESQUISA QUALITATIVA SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM BELO HORIZONTE	68
6.1 Introdução: os procedimentos de uma pesquisa em construção	68
6.2 Em busca de saídas: demandas, esperanças, fé O que vem a ser o povo da rua?	85
6.3 O contexto da vida na cidade e na rua: desigualdade, preconceito, violência	89
6.4 Quem é o morador de rua? Processos de perda e de construção da identidade	96
6.5 Resistência e organização: sobrevivência, trabalho, alegria, política, solidariedade	101
6.6 As raízes e a família (des)construída na rua	107
6.7 O tempo	110
6.8 Instituições, equipamentos, programas	112
6.9 Assistência social, saúde, educação, trabalho e moradia: uma perspectiva intersetorial	122
7 RELATÓRIO SOBRE PESSOAS E FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELO SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO SÓCIO-FAMILIAR / BOLSA-MORADIA E PESSOAS E FAMÍLIAS QUE RESIDEM EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO	127
7.1 Serviço de Acompanhamento Sócio-Familiar no Domicílio (SASF)	127
7.2 Moradores de rua em ocupações	131
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
9 ANEXOS	
9.1 Questionário do 2º Censo de População em Situação de Rua de Belo Horizonte	141
9.2 Mapa 1: Localização da População de Rua de Belo Horizonte	147
9.3 Tabelas do Censo	149
9.4 Entrevista em profundidade da Pesquisa Qualitativa	211
10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	223

1- INTRODUÇÃO

Em Belo Horizonte, o processo de construção do 2º Censo de População de Rua só foi possível graças à integração das ações da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), através da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS), do Fórum de População de Rua de Belo Horizonte, e da Escola de Serviço Social da PUC Minas (Unidade Coração Eucarístico). A parceria entre o poder público local e a sociedade civil organizada permitiu a definição de objetivos e a delimitação de ações sob o ponto de vista das políticas públicas. Nesse contexto, a partir de meados de 2004, essas instituições identificaram a necessidade da realização de pesquisas, quantitativas e qualitativas, que subsidiassem as ações voltadas para a população em situação de rua no município.

Paralelamente à iniciativa de Belo Horizonte, em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), de forma inédita, firma um convênio de cooperação técnico-científica e financeira com o Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável, por meio de sua Secretaria Nacional, Organização de Auxílio Fraternal (OAF/SP), objetivando a integração de ações de capacitação, desenvolvimento social, reintegração social e segurança alimentar, no processo de fortalecimento da organização de catadores de materiais recicláveis, além de ações com a população em situação de rua. As ações e os objetivos desse convênio, em grande medida, foram ao encontro de demandas já registradas em Belo Horizonte.

Nesse sentido, a partir de um convite do MDS, diferentes representantes da Comissão Nacional do Movimento dos Catadores, das prefeituras municipais, ong's e universidades reuniram-se por diversas vezes, em Brasília, com o objetivo de desenvolver e detalhar as ações que iriam compor o convênio de cooperação.

Entre as metas acordadas na proposta desse convênio, foram incluídas: a realização de ações voltadas ao atendimento sócio-assistencial e à inclusão produtiva e capacitação da população em situação de rua. O convênio também previu a utilização dos recursos para, entre as outras ações, apoiar a realização dos censos municipais. Assim, de acordo com as metas estipuladas, procurou-se apoiar a realização de pesquisas censitárias, de análises qualitativas, sobre população em situação de rua, nos municípios de Belo Horizonte, Recife e Rio de Janeiro. A proposta nasceu em função de demandas apresentadas pelos dois primeiros municípios, por meio de suas respectivas prefeituras e, no caso de Belo Horizonte, também pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). No caso do Rio de Janeiro, a proposta se justificou devido à inexistência de pesquisas censitárias naquela cidade e pela importância de se obterem dados e informações sobre esse segmento populacional naquela metrópole.

Estabelecidas as metas gerais, consensualmente, também foram acordadas as seguintes diretrizes:

- 1- as pesquisas censitárias de análise qualitativa sobre população em situação de rua visam a obter informações que possibilitem efetuar generalizações acerca desse segmento populacional, subsidiar a implantação e o redimensionamento de políticas públicas a essa população, e efetuar comparações posteriores;
- 2- para alcance do objetivo previsto deve-se construir, coletivamente, um protocolo de pesquisa, com referências conceituais, diretrizes metodológicas, variáveis sobre as quais se pretende obter dados e informações, cronograma de execução, além de outros compromissos que devem ser assumidos por todos os envolvidos na pesquisa;
- 3- os projetos de pesquisa para todos os municípios devem refletir a construção coletiva de todos os envolvidos;
- 4- deve haver um esforço coletivo para a participação de governos municipais, universidades, fóruns de população em situação de rua, além de parceiros do Movimento Nacional na execução do Convênio;
- 5- o acompanhamento técnico é de responsabilidade do MDS, com apoio de professores e colaboradores de universidades, por ele convidados.
- 6- nos meses subseqüentes, deve ser feita a reformulação do plano de trabalho, explicitando o detalhamento da meta.

Um dos principais resultados alcançados pelos parceiros foi a construção coletiva de uma definição única para a população em situação de rua que fosse acatada por todos. Nesse caso, a definição proposta foi: *grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular.*

Em Belo Horizonte, durante o IV Festival Lixo e Cidadania (2005), foi feita uma reunião com a assessora técnica do MDS e representantes da PBH, do Fórum/Pastoral de Rua e da Escola de Serviço Social da PUC Minas, para estabelecer as diretrizes dos trabalhos a serem realizados no município. Nesse momento, foi acordada a assinatura de um protocolo da pesquisa, por representantes de todas as instituições participantes do Festival, confirmando-se que o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), entidade parceira na luta em defesa dos direitos dos catadores de materiais recicláveis e da população em situação de rua, seria o responsável pela gestão administrativa do Projeto. A coordenação do 2º Censo e da Pesquisa Qualitativa ficou composta por representantes da SMAAS da PBH, do Fórum de População de Rua de Belo Horizonte, do INSEA e da Escola de Serviço Social da PUC Minas.

Nesse contexto, Belo Horizonte dá início aos trabalhos de estudo, planejamento e oferta da estrutura logística para a realização do censo e da pesquisa qualitativa. As primeiras pesquisas foram, basicamente, de levantamento bibliográfico e de estudos sobre a população de rua, bem como dos censos já realizados em algumas capitais brasileiras. Foi elaborada uma análise comparativa preliminar, no que se refere à metodologia utilizada e às variáveis pesquisadas.

inclusive com as questões do Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Durante a realização do 2º Censo de População de Rua de Belo Horizonte, a Escola de Serviço Social buscou a parceria do Observatório das Metrópoles, órgão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas, que ficou responsável pela tabulação e organização do banco de dados do censo.

O presente relatório busca reunir e sistematizar informações capazes de evidenciar o processo de construção da proposta, bem como sua concretização, através da realização das pesquisas censitária e qualitativa, situando-as no contexto do conhecimento produzido acerca das demandas sociais mais agudas, entre as quais se encontra o processo de inclusão produtiva da população em situação de rua.

Quadro 1
Pesquisas Censitárias com aplicação de questionários,
de acordo com município e data de realização

	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Recife	São Paulo	Rio de Janeiro	Porto Alegre
Ano de Realização	1998	2005	2005	2000	1999	1998-99
Período de referência	Fevereiro	Outubro	Outubro	Fevereiro	Maio/Junho	2º Sem.

Fonte: Segundo Censo da População de Rua - 2005

A partir de 2004, o MDS propõe o debate e inclui em sua agenda a formulação de políticas públicas voltadas, especificamente, para a população em situação de rua. Regularmente, passa a convidar representantes de vários municípios (entre eles, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Recife), da Igreja, além de entidades não-governamentais que trabalham com esse segmento populacional, no sentido de aprimorar os conceitos envolvidos e traçar políticas de âmbito nacional, sob o foco da assistência social. Entre os objetivos iniciais, procurou-se formular uma definição que pudesse abranger as diferentes dimensões e contextos da população em situação de rua.

As áreas centrais foram cobertas posteriormente, quando o movimento típico dos grandes centros já está mais reduzido e é mais fácil encontrar os moradores em situação de rua;

- também se procurou manter o maior número possível de equipes em uma mesma Regional, ou pelo menos seguindo uma mesma direção. Facilitando uma eventual necessidade de encontro entre elas;
- quanto aos equipamentos e instituições que abrigam o público-alvo da pesquisa, buscou-se garantir a visita nos horários e dias de maior frequência dessa população. Os hospitais, por exemplo, foram visitados durante o dia, enquanto no Albergue Municipal evitou-se, por exemplo, a sexta-feira, que é considerado um dia de pouco movimento;
- a coordenação definiu que seriam recenseadas, nas instituições que acolhem os moradores de rua, as pessoas que ali estavam abrigadas há, no máximo, três anos, considerando que quem extrapolasse esse tempo já não se enquadraria no conceito de população em situação de rua;
- nos bairros de maior movimento noturno, devido à localização de bares, teatros e restaurantes, priorizou-se a realização da pesquisa no início da semana, quando essas atividades apresentam menor fluxo de clientes e os moradores em situação de rua acomodam-se mais cedo.

5.3- Alguns resultados preliminares

5.3.1- Considerações gerais

Antes de tudo, é importante observar que os resultados aqui apresentados são preliminares e de forma alguma esgotam as possibilidades de pesquisa a partir dos dados e informações obtidas. Não é intenção deste documento saturar os cruzamentos e hipóteses possíveis. Porém, se procurou dar uma visão geral da realidade da população em situação de rua em Belo Horizonte, num dado momento no tempo, e instigar a curiosidade e a atenção daqueles que pesquisam, formulam políticas e estão interessados nos problemas relativos a essas pessoas.

Nos dois censos realizados em Belo Horizonte (1998 e 2005), foram aplicados questionários que abordavam uma ampla gama de questões. Fundamentalmente, a estrutura dos questionários permaneceu a mesma entre um censo e outro, havendo, em 2005, a modificação do enunciado de algumas questões e a inclusão de outras especialmente relacionadas a saídas temporárias dos moradores de rua para outras cidades. Além das informações básicas de localização e do campo para explicitação de motivos de "impossibilidade de preenchimento", o questionário de 1998 contou com 32 questões, e o de 2005 com 33 questões, sendo que, em ambos, a última pergunta foi aberta.⁹

⁹ Em 1998, a pergunta aberta foi "O que poderia ser feito para melhorar sua vida". Já em 2005, a pergunta aberta realizada foi: "Qual é o seu maior desejo?".

Os questionários aplicados estavam organizados em seis blocos de perguntas: um primeiro bloco com a identificação do entrevistado, sexo, idade, alfabetização, local de nascimento; o segundo com questões relativas ao município, tempo em que mora na cidade, motivos pelos quais veio a Belo Horizonte, última cidade de moradia, tempo em que está na rua e locais onde dorme; o terceiro bloco de questões diz respeito a aspectos das instituições em que o entrevistado já esteve e que frequenta; o quarto bloco está relacionado à ocupação, renda, porte de documentos e benefícios que recebe; o quinto bloco relaciona-se à saúde, deficiências, uso de medicamentos; e uma última parte, com questões sobre a família, crianças sob sua responsabilidade, parentes que moram no município.

Como poderá ser observado, existe um grande volume de informações que poderão ser aproveitadas sob os vários aspectos que se queira analisar. Neste trabalho, propõe-se apenas apresentar alguns dados de maneira mais geral, identificando a evolução de determinadas variáveis entre os dois censos, levantando hipóteses sobre seu comportamento. No caso do Censo 2005, serão apresentados dados preliminares que podem ainda sofrer algumas mudanças.

No momento da aplicação dos questionários, nos casos daquelas pessoas que, por vários motivos, não quiseram ou não puderam responder, os entrevistadores foram orientados a preencher o formulário eles mesmos: no caso do 1º Censo, as questões relativas a sexo e cor; no 2º Censo, a questão sobre sexo deveria ser preenchida, porém, na questão cor, ficou estipulado que o próprio entrevistado deveria informá-la.

Em ambas as pesquisas, verificaram-se aspectos que podem e serão aperfeiçoados. Entre eles, a quantidade de questionários incompletos ou não respondidos (Semi Informação). Nesse último caso, os não respondidos equivalem àquelas pessoas identificadas como moradores em situação de rua que, porém, se recusaram a conceder entrevista em pelo menos duas visitas aos locais onde pernoitavam.

Sempre que necessário, a comparação dos dados entre os dois censos será feita através de quantidades relativas, ou seja, os números serão analisados, de forma percentual, em função do total de casos observados, descontadas aquelas respostas sem informação.

Especificamente no 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte, 238 pessoas abordadas, nas ruas e nas instituições que as abrigavam, não responderam ao questionário. Esse número equivale a 20,4% do total, conforme pode ser visto na Tabela 1. Desses casos, 34% declararam o desejo de não serem entrevistadas,

18,9% estavam dormindo no momento da abordagem, e 25,6% não tiveram condições de responder, por se encontrarem aparentemente embriagadas ou sob efeito de drogas, além dos 8,8% que apresentaram distúrbios mentais aparentes.

Tabela 1
Motivos por que não respondeu à entrevista, na primeira visita

	Nº	% dos não preenchidos	% do total de questionários
Não quis responder	81	34,0	7,0
Estava dormindo	45	18,9	3,9
Aparentemente embriagado	40	16,8	3,4
Aparentemente drogado	21	8,8	1,8
Distúrbios mentais aparentes	21	8,8	1,8
Doença / dores	8	3,4	0,7
Deficiência auditiva	5	2,1	0,4
Alegou cansaço	3	1,3	0,3
Não soube responder	3	1,3	0,3
Estava trabalhando	1	0,4	0,1
Informações inadequadas	10	4,2	0,9
Subtotal	238	100,0	20,4
Questionários preenchidos	926	-	79,6
Total	1164	-	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte – 2005.

Sexo e idade

Assim, os resultados consolidados por sexo do primeiro e segundo Censos podem ser observados na Tabela 2. É interessante, notar que, sem dúvida, a grande maioria da população em situação de rua é composta por homens, cabendo as mulheres uma pequena participação.

Tabela 2
População em situação de rua – Belo Horizonte (1998-2005)*

	1998	(%) Total 98	2005	(%) Total 05	TaxaCresc
Masculino	714	63,75	991	79,66	4,79
Feminino	202	18,03	166	13,40	-2,76
Menores 18 anos	204	18,21	75	6,05	-13,32
Sem Informação**	-	-	07	0,56	-
Total	1.120	100	1.239	100	1,45

* Dados preliminares

** Em 2005, houve casos de moradores que não se dispuseram a realizar as entrevistas e estavam enrolados em cobertores, impedindo a identificação do sexo.

Fonte: Censos de População de Rua, 1998 e 2005.

Comparativamente, houve mudanças significativas entre as duas pesquisas, quando é analisada a população por sexo. Chama a atenção o ritmo de crescimento do número de adultos

homens em situação de rua, que, no período, atinge a taxa média de 4,8% ao ano. Por outro lado, ocorreu uma substancial redução, em termos tanto relativos como absolutos, no número de mulheres e, paralelamente, no número de menores de 18 anos, acompanhados por um adulto, respectivamente, menos 2,76% ao ano, e menos 13,32% ao ano.

Esses fatos, em grande medida, são explicados pela própria ação do poder público municipal, que, nos últimos anos, teve uma intensa atuação no sentido de retirar e encaminhar para o Programa Bolsa-Moradia¹⁰ uma série de moradores que tinham como espaço de habitação os baixios de viadutos. Normalmente, uma das características das pessoas que ocupavam essas áreas, dados os aspectos de maior proteção contra as intempéries e maiores possibilidades de fixação nas construções, era exatamente a de abrigar famílias (adultos com crianças), sendo que, comumente, as mulheres são as que, na maioria dos casos, acompanham as crianças. Na medida em que os baixios dos viadutos são desocupados, mulheres e crianças foram sendo encaminhadas para outros locais, mudando consideravelmente o perfil dos moradores em situação de rua, que passa a ser predominantemente adulto e masculino.

Tem-se observado que as “famílias com crianças” também tendem, com maior frequência, a habitar os logradouros/edifícios caracterizados como sendo de ocupação com características consolidadas ou não.

Por outro lado, os motivos que levaram a um substancial aumento no número de homens adultos em situação de rua ainda são pouco claros. O fato é que as políticas públicas, pelo menos no momento, deverão ter um foco mais direcionado a essa categoria de cidadãos.

Quando é analisada a distribuição da população em situação de rua por idade (ver Tabela 3), além de se constatar uma grande redução da população menor de 18 anos, dados os aspectos citados acima, nota-se um considerável aumento na proporção das populações em idades mais velhas. Relativamente, houve uma redução da participação dos grupos de até 30 anos. Em 2005, todos os grupos de idade acima dos 40 anos apresentaram aumento relativo, vis a vis o mesmo grupo em 1998.

A hipótese mais plausível para a distribuição por idade dos moradores de rua é que, assim como a população residente em Belo Horizonte, que, de uma maneira geral, tem passado por um processo de intenso envelhecimento (FERREIRA, 2001), os moradores em situação de rua também têm acompanhado essa característica. Se, até alguns anos atrás, as crianças de rua eram um importante foco das políticas públicas, a tendência é que, cada vez mais, serão encontrados os “idosos” de rua, apresentando novas necessidades e, muito provavelmente, demandando políticas sociais específicas.

¹⁰ O programa Bolsa-Moradia é gerenciado pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). Essas famílias são acompanhadas pelo Serviço de Acompanhamento Sócio-Familiar (SASF) – Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social de Belo Horizonte – e atende, principalmente, pessoas em situação de rua.

É um importante desafio melhor entender as causas e determinantes que levam os idosos para a rua, investigando, entre vários outros aspectos: as condicionantes econômicas relativas à obtenção de renda, as questões relativas à previdência, à seguridade social e ao mercado de trabalho, as questões relacionadas à saúde, questões relacionadas ao ciclo de vida familiar e custos para as famílias manterem seus idosos. Além disso, é necessário aprofundar o debate sobre a própria inserção do idoso na sociedade e sua sobrevivência nas ruas.

Tabela 3

Distribuição da população em situação de rua por grupos de idade – Belo Horizonte (1998-2005)

Grupo Etário/anos	1998	(% 1998)	2005	(% 2005)
Até 01 ano	31	2,77	6	0,48
1 a 5 anos	69	6,16	20	1,61
6 a 9 anos	45	4,02	18	1,45
10 a 13 anos	32	2,86	13	1,05
14 a 17 anos	26	2,32	16	1,29
Sem informação	1	0,09	2	0,16
Subtotal (menores)	204	18,21	75	6,05
18 a 24 anos	180	16,07	130	10,49
25 a 30 anos	171	15,27	154	12,43
31 a 35 anos	133	11,88	147	11,86
36 a 40 anos	137	12,23	133	10,73
41 a 45 anos	96	8,57	125	10,09
46 a 50 anos	49	4,38	117	9,44
51 a 60 anos	67	5,98	111	8,96
61 a 70 anos	17	1,52	42	3,39
71 ou mais anos	1	0,09	10	0,81
Sem informação	65	5,80	195	15,74
Subtotal (adultos)	916	81,79	1164	93,95
Total	1.120	100	1.239	100,00

Fonte: Censos de População de Rua, 1998 e 2005.

Tempo de rua

Uma importante variável, no que se refere à população em situação de rua, diz respeito ao tempo em que essas pessoas encontram-se nessa condição. Em grande medida, o tempo acaba por determinar as chances de um indivíduo sair mais rapidamente da rua: normalmente, quanto menor o tempo de rua, maiores as probabilidades, e, quanto maior o tempo, menores as chances.

Avaliando os resultados do quesito tempo, em relação aos dois censos, observa-se que os maiores percentuais encontram-se entre aqueles que possuem mais de cinco anos de rua, seguido por aqueles que possuem entre um a cinco anos e, curiosamente, entre aqueles que possuem entre um a seis meses (ver Tabela 4 e Gráfico 1).

Tabela 4
Percentual da população em situação de rua segundo o tempo em que mora na rua

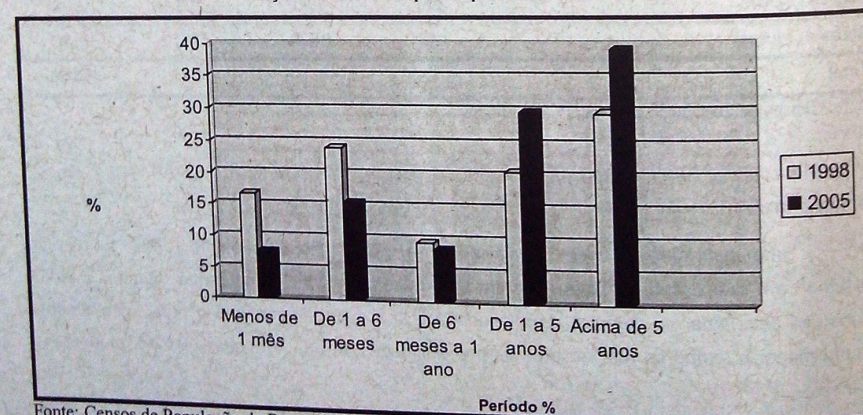
Tempo na rua 1998	(%)*	2005 (%)*
Menos de 1 mês	16,65	7,52
De 1 a 6 meses	23,97	15,49
De 6 meses a 1 ano	9,33	8,29
De 1 ano a 5 anos	20,54	29,66
Acima de 5 anos	29,52	39,04
Total	100,00	100,00

* Dados relativos ao número total dos que responderam ao questionário
Fonte: Censos de População de Rua, 1998 e 2005.

Quando são comparados os percentuais entre os dois censos, observa-se um sensível aumento relativo, nos grupos de moradores que possuem mais tempo de rua. Assim, o grupo de um ano a 5 anos e o grupo acima de 5 anos apresentaram um acréscimo de mais de nove pontos percentuais no período.

Por sua vez, todos os grupos com menos de um ano na rua, em 2005, tiveram consideráveis reduções relativas, merecendo destaque os dois últimos, que representam as pessoas com menos de seis meses na rua.

Gráfico 1
Proporção da população em situação de rua, por tempo de rua, em relação ao total dos que responderam 1998 – 2005



Fonte: Censos de População de Rua, 1998 e 2005.

Não é simples identificar as causas dessas variações. Uma das hipóteses é a de que as pessoas que já estavam na rua, em 1998, estejam envelhecendo na própria rua. Uma outra explicação pode ser obtida a partir das características de instabilidade apresentadas por esse tipo de população, o que levaria a flutuações, no seu número, inclusive em determinados períodos do ano.¹¹ Outros aspectos também podem ser aventados, como a dificuldade de reintegração daqueles que já estão a mais tempo na rua, políticas macroeconômicas e sociais que têm permitido a redução do ritmo de chegada de novos moradores de rua, e até relações com variáveis mais estritamente demográficas, como a redução das taxas de crescimento populacional observadas nos municípios-sede das maiores regiões metropolitanas do país.

Escolaridade

A educação tem sido, tradicionalmente, identificada como uma das formas de ascensão social e de inclusão no mercado de trabalho. Em grande medida, os resultados obtidos reforçam a característica de exclusão, valendo notar, especialmente, as características apresentadas pelas mulheres em situação de rua, que apresentam, de forma sistemática, níveis de escolaridade inferiores aos dos homens.

Entre os dois censos, ocorreram mudanças significativas. Num primeiro momento, o número total de pessoas que declararam saber ler e escrever aumentou, relativamente, de 75%, em 1998, para 78,6%, em 2005. Boa parte dessa variação deve-se ao aumento do número de mulheres que sabem ler e escrever, que, no período, passou de 62,1% para 69,7%. Talvez esses resultados acompanhem o que está ocorrendo na sociedade brasileira como um todo, em que as mulheres, nos últimos anos, têm alcançado níveis de escolaridade mais altos. Paralelamente, ocorreu uma redução, para ambos os sexos, daqueles que só sabem assinar o nome.

Tabela 5
Percentual de acordo com alfabetização, segundo o sexo (2005)

	Masculino (%)	Feminino (%)	(%)Total
Sabe ler e escrever	80,4	69,7	78,6
Só assina o nome	9,6	15,5	10,6
Analfabeto	10,0	14,8	10,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte – 2005.

Por outro lado, ocorreu um aumento relativo no número de homens analfabetos que passa de 7,7% em 1998 para 10,0% em 2005. Aqui, uma das hipóteses é a ocorrência de uma

¹¹ Lembrar que o mês de referência do Censo, em 1998, é fevereiro, e o de 2005 é outubro.

"seleção adversa", ou seja, o fato da pessoa ser analfabeta pode estar aumentando as chances dela se transformar em um morador de rua.

Tabela 6
Percentual de acordo com alfabetização, segundo o sexo – 1998

	Masculino (%)	Feminino (%)	(%)Total
Sabe ler e escrever	79,2	62,1	75,6
Só assina o nome	13,1	23,1	15,2
Analfabeto	7,7	14,8	9,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: 1º Censo da População de Rua de Belo Horizonte – 1998

Quando são analisadas as distribuições relativas dos que possuem escolaridade, por conclusão dos níveis, observa-se que, nos níveis de 1ª a 4ª série e Médio, o "completo" apresenta índices relativamente maiores do que o "incompleto". Foram também observadas pessoas que passaram pelo ensino superior, porém, todas do sexo masculino, e a maioria com curso incompleto.

Tabela 7
Distribuição relativa, por grau de escolaridade completa ou incompleta, concernente ao total por sexo (%)

Grau escolaridade	Completo			Incompleto		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
1ª a 4ª série	44,3	62,2	46,8	41,1	62,0	44,6
5ª a 8ª série	36,1	28,9	35,1	48,2	33,8	45,8
Ensino Médio	16,4	8,9	15,4	7,9	4,2	7,3
Superior	3,2	0,0	2,8	2,8	0,0	2,3
Total de dados válidos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Total dos que possuem escolaridade

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte – 2005.

Migração

Quando são avaliados os dados relativos ao local de nascimento, a maioria, 41,2%, é proveniente do interior de Minas Gerais; 32,6% dos moradores de rua são naturais de Belo Horizonte, sendo que apenas 4,0% têm sua origem na própria Região Metropolitana. Também cabe observar a elevada proporção de pessoas com origem em outros estados (21,9%). A grande maioria tem origem urbana, ou seja, aproximadamente 85% das pessoas declararam ter nascido em cidades.

Os dados obtidos quanto ao local de nascimento não são necessariamente conclusivos acerca da mobilidade e da migração das famílias, já que muitos podem ter nascido em outros

locais que não Belo Horizonte, mas estar morando há muito tempo na cidade, o que, em última análise, não os caracterizaria como migrantes. Porém, esses dados podem ser importantes para o melhor entendimento da trajetória de vida dessas pessoas.

Tabela 8
Lugar onde nasceu

	Nº	% dos dados válidos
Belo Horizonte	300	32,6
Região Metropolitana de BH, exceto BH	37	4,0
Interior de Minas Gerais	379	41,2
Outros estados	201	21,9
Outros países	2	0,2
Total	919	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 9
Nascimento na área urbana ou rural

	Nº	%
Cidade	773	84,9
Roça	138	15,1
Total	911	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Para aqueles indivíduos que declararam não ter nascido em Belo Horizonte, foi perguntado qual a última cidade de moradia. A maioria das respostas quanto ao último local de residência refere-se ao interior do estado de Minas Gerais, além de outros estados. De acordo com a definição de migrante que se queira utilizar, deve-se cruzar essa variável com a questão referente ao tempo em que mora em Belo Horizonte. Assim, é possível considerar como imigrantes, por exemplo, aqueles com menos de três anos de moradia na cidade.

Basicamente, um dos grupos que caracterizam essa população é o constituído pelos denominados "trecheiros", ou seja, aqueles que não se fixam por muito tempo em lugar algum. Dependendo do tamanho desse grupo, o total da população de rua pode variar consideravelmente, em diferentes períodos do ano.

Os estados que mais contribuem com a configuração da população em situação de rua, em Belo Horizonte, são os da região Sudeste e o estado da Bahia. Do total dos que declararam vir de outros estados, tem-se que: 13,7% vieram de São Paulo, 6,7% vieram do Rio de Janeiro, e da Bahia e do Espírito Santo, 5,7% cada.

Tabela 10
Último lugar de moradia anterior a Belo Horizonte

	Nº	% dos dados válidos
Região Metropolitana de BH	53	9,1
Interior de Minas Gerais	281	48,0
Outros estados	248	42,4
Outros países	3	0,5
Total	585	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Entre os principais motivos declarados, pelas pessoas entrevistadas, para mudarem de cidade, têm-se a "procura por trabalho", com mais de 50% das respostas. Em segundo lugar, aparece o motivo "acompanhamento de familiar", com um percentual de 14,6%, seguido de "desavença familiar", com 7%. Especificamente para "tratamento de saúde", vieram 4,1%. É importante observar que as respostas a essa questão podem ser cumulativas, ou seja, uma mesma pessoa pode ter tido mais de um motivo para seu deslocamento. Comparando com o censo de 1998, houve uma redução do motivo "procura por trabalho" e um aumento do fator "acompanhamento familiar" e de "outros motivos".

Tabela 11
Motivo da vinda para Belo Horizonte* - 1998-2005

	(%) 1998	(%) 2005
Procura de trabalho	58,9	50,4
Acompanhamento de familiar	11,5	14,6
Desavença familiar	8,2	7,0
Tratamento de saúde	4,1	4,1
Outros	17,4	24,0
Total	100,0	100,0

* Dados cumulativos, mesma pessoa com mais de uma resposta
Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Como curiosidade, registrou-se como população de rua dois estrangeiros, um de Portugal e outro da Argentina.

Localização

Como procedimento geral, antes de se iniciarem as entrevistas, o lugar onde se encontravam os moradores de rua era registrado nos questionários.¹² Como já observado, no censo de 1998, foi possível identificar claramente três grupos distintos: os que estavam alojados

¹² Esses registros compreendiam o endereço completo e a hora.

em albergues, os que ocupavam marquises, praças e outros tipos de logradouros públicos, e os que, especificamente, estavam alojados em baixios de viadutos (especialmente famílias de mulheres com crianças).

No Censo 2005, praticamente não se notaram moradores em baixios de viadutos, optando-se por suprimir essa categoria. Dessa forma, ao compararmos os dados dos dois censos, houve pouca variação relativa na distribuição da população por local onde foi entrevistada. Em 2005, no momento do censo, a maioria, 60,4%, dormia em avenidas, praças, ruas e outros logradouros públicos, enquanto os outros 39,6% dormiam em alguma instituição, seja de atendimento à população de rua, seja, em número bem menor, em hospitais (2,8%). No censo de 1998, se somados os que dormiam em logradouros públicos com os que dormiam em baixios de viadutos, obtêm-se 61,6%, sendo que o número de pessoas em instituições teve um pequeno aumento relativo em 2005, indicando que o número de vagas praticamente acompanhou o aumento da população em situação de rua, no período.

Tabela 12
Lugar onde se encontrava no momento da entrevista – Censos 1998 e 2005

	(%) 1998	(%) 2005
Avenidas, praças, ruas	39,7	60,4
Instituições	38,3	39,6
Baixios de viadutos	21,9	-
Total	100,0	100,0

Fonte: Censos de População de Rua de Belo Horizonte, 1998 e 2005.

Os pontos em que os moradores de rua foram encontrados são, basicamente, aqueles onde estão concentrados o maior número de atividades comerciais e os maiores fluxos de pessoas. Belo Horizonte ainda pode ser caracterizada como sendo uma cidade monocêntrica, mesmo havendo, nos últimos anos, um processo de descentralização econômica em direção a alguns bairros. De qualquer maneira, as maiores concentrações populacionais e econômicas ainda estão localizadas nas Regionais Administrativas Centro-Sul e Noroeste, exatamente as Regionais nas quais foi encontrado o maior número de pontos de concentração da população de rua. Esses pontos estão representados no mapa de Belo Horizonte (Anexo 2).

Moradia

Foi perguntado aos moradores em situação de rua se, em algum momento de suas vidas, já tiveram casa em Belo Horizonte, sendo listada as opções descritas na tabela abaixo. Em 2005, 43,6 % dos que responderam a essa questão afirmaram nunca ter tido moradia na cidade; esse percentual apresentou uma sensível redução quando comparado com a mesma questão feita no censo de 1998, que alcançou 52,9%. Por outro lado, observou-se um considerável aumento

dos que afirmaram ter tido casa própria. Mantendo-se as outras opções em níveis relativamente semelhantes.

No Censo 2005, também foi incluído o item "casa em área de risco", obtendo, aproximadamente, 3% das respostas.

É complexo entender todos os processos que levaram determinados indivíduos a terem casa, portanto, conseguindo certa estabilidade, e, depois, perdê-la. De qualquer maneira, o elevado caráter de fragilidade dos tipos de domicílios ocupados por essas pessoas pode ser verificado a partir das outras variáveis que, em conjunto, somam mais de 80% dos casos observados, incluindo-se aí casa de favor, de parentes e alugadas.

Tabela 13
Já teve casa em Belo Horizonte antes de ir para a rua – Censos 1998 e 2005

Categorias de respostas	(%) 1998	(%) 2005
Não	52,9	43,6
Sim, casa de favor	4,1	4,0
Sim, casa própria	9,0	19,3
Sim, casa de parente	16,1	15,7
Sim, casa alugada	13,6	13,8
Sim, casa em área de risco	-	2,6
Outros	4,4	1,1
Total	100,0	100,0

Fonte: Censos de População de Rua de Belo Horizonte 1998 e 2005.

Passagem e frequência a instituições

No que se refere à passagem e/ou frequência nas instituições, duas questões foram formuladas: A primeira, de caráter mais geral, tentou identificar a passagem por hospitais, detenção, FEBEM, orfanatos, etc. Procurou-se entender um pouco da trajetória de vida dessas pessoas. A segunda questão, de caráter mais específico, teve como objetivo apontar a frequência de utilização de alguns serviços e equipamentos, considerados de maior relevância na cidade, que atendem à população em situação de rua. Em ambos os casos, as opções eram listadas para o entrevistado e havia a possibilidade de serem indicadas mais de uma alternativa.

Entre as instituições sociais não específicas de atendimento à população de rua, destacam-se as de detenção (11,4%), o hospital psiquiátrico (9,8%), as instituições de recuperação de dependência química (9%), e a FEBEM (8%).

Tabela 14
Você já esteve em alguma instituição?

Instituições	% dos dados válidos (*)
Não	
Sim, Hospital – clínica geral	21,5
Sim, Instituição de detenção	26,6
Sim, Hospital psiquiátrico	11,4
Sim, Instituição de recuperação de dependência química	9,8
Sim, Febem	9,0
Sim, orfanatos, internatos, etc.	8,0
Sim, CERSAM – Centro de Referência em Saúde Mental	5,7
Sim, Outras	5,7
Total	2,3

(*) É possível que uma mesma pessoa tenha freqüentado mais de uma instituição
Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte – 2005.

As instituições próprias do atendimento à população de rua que apresentaram maior freqüência foram, pela ordem: Albergue Municipal Tia Branca, ou simplesmente albergue com 24,8%; Centro de Referência da População de Rua de Belo Horizonte, com 22,8%; Abrigo São Paulo, com 20,9%; Centro de Referência Estadual do Migrante (Ex-abrigo Belo Horizonte), com 10,6%.

Tabela 15
Já freqüentou / freqüenta alguma dessas instituições?

Instituições	% dos dados válidos (*)
Não	8,7
Sim, Albergue	24,8
Sim, Centro de Referência da População de Rua de BH	22,8
Sim, Abrigo São Paulo	20,9
Sim, Centro de Referência Estadual do Migrante (Ex-Abrigo BH)	10,6
Sim, República Reviver	5,1
Sim, República Maria Maria	2,9
Sim, Núcleo de Apoio à Família	1,1
Sim, Outras	3,1
Total	100,0

(*) É possível que uma mesma pessoa tenha freqüentado mais de uma instituição
Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte – 2005.

A República Reviver foi indicada por 5,1% dos entrevistados; a República Maria Maria, por 2,9%; e o Núcleo de Apoio à Família registrou 1,1%.

É importante, observar que cada uma dessas instituições possui regras e serviços diferenciados. Muitas possuem tempo determinado para a permanência das pessoas, outras aceitam somente homens ou apenas mulheres, e a capacidade de atendimento também varia caso a caso.

Ocupação

Uma das principais características da população em situação de rua é o fato de sobreviver a partir de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas. Essas atividades podem assumir várias formas e freqüências, serem lícitas ou ilícitas, formais ou informais. Muitas dessas pessoas, inclusive, sobrevivem de doações, de esmolas, de pequenos furtos ou mesmo do tráfico de drogas. De qualquer maneira, também sob o ponto de vista das ocupações, observa-se uma diversidade e uma heterogeneidade muito grande de atividades.

Assim, foi feita a pergunta: "O que você faz para ganhar dinheiro?". Dadas as respostas, procurou-se classificar as principais atividades, enfocando as seguintes categorias: "com carteira assinada", "sem carteira assinada", "pede ajuda", e "outros". Nesse último caso, essa categoria englobaria os que afirmaram não fazer nada para ganhar dinheiro e todas as mais diversas atividades que teriam como principais características a falta de regularidade no tempo e o fato de não possuírem uma relação do tipo patrão/empregado bem estabelecida.

Sem dúvida, a grande maioria das pessoas em situação de rua exerce as atividades classificadas em "outros". Esse fato, por si só, reforça o aspecto da grande instabilidade, no que se refere à sobrevivência, pelo qual essas pessoas são caracterizadas.

Entre as duas pesquisas, observou-se uma significativa redução da participação dos trabalhadores com carteira assinada, mesmo que, tanto em termos relativos como absolutos, os números sejam pequenos. Por outro lado, houve um aumento dos que trabalham sem carteira assinada, bem como uma redução dos que trabalham com contratos temporários. Relativamente, houve uma pequena variação dos que declararam "pedir ajuda", cuja participação manteve-se ao redor de 12% das ocupações declaradas.

Tabela 16
População de rua, segundo atividade "principal" desenvolvida para ganhar dinheiro

Atividade	1998		2005	
	Total	(%)	Total	(%)
Trabalha com carteira assinada	39	4,26	15	1,29
Trabalha sem carteira assinada	56	6,11	106	9,11
Trabalha com contrato temporário	5	0,55	3	0,26
Pede ajuda	115	12,55	137	11,77
Outros*	634	69,21	689	59,19
Sem informação	67	7,31	214	18,38
Total	916	100,00	1164	100,00

Outros: faz bicos (executa várias atividades sem frequência regular), autônomo (pequenos consertos, leva compras de supermercado, lava, vigia carros, cata material reciclável, etc)
Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte – 2005

Foi também perguntado que tipo de atividade era realizada para se obter dinheiro. Nessa questão, procurou-se descrever até três atividades, a frequência semanal e os rendimentos auferidos. A tabela abaixo indica a primeira atividade especificada.

Tabela 17
Percentual da atividade realizada para ganhar dinheiro e especificada em primeiro lugar, segundo o sexo dos entrevistados

Atividades	Homens	Mulheres	Total
Cata de material reciclável ou reciclagem	42,1	48,3	42,8
Vigia, lava e/ou manobra carros, flanelinha, vende cartão rotativo, frentista, etc.	13,4	10,1	13,0
Pede ajuda / pede dinheiro / esmola	8,1	15,7	9,0
Comércio informal: camelô, cambista, etc.	6,0	1,1	5,5
Trabalha na construção civil: pedreiro, servente, bicos, etc.	5,4	0,0	4,8
Faz bicos ou biscate declarados	5,3	0,0	4,7
Trabalha na área de transporte e carregamento: ajudante de caminhão, carregador, etc.	4,3	0,0	3,8
Produz objetos de arte e artesanato	3,1	1,1	2,9
Faz trabalhos domésticos: trabalhos em geral / faxina / lava roupa / salgados / babá, etc.	0,3	12,4	1,7
Ajudante/auxiliar de serviços gerais, sem especificação	1,8	1,1	1,7
Açougueiro, balconista, borracheiro, costureira, etc.	1,6	1,1	1,6
Prática roubo ou furto	0,7	1,1	0,8
Limpa jardim e/ou lote / corte de árvore / jardineiro	0,7	0,0	0,7
Operador de máquina	0,6	0,0	0,5
Recebe benefícios previdenciários ou assistenciais	0,1	1,1	0,3
Prostituição/programa	0,0	0,3	0,3
Atividades ligadas a drogas	0,1	1,1	0,3
Outros	3,2	2,2	3,1
Sem informação ou com informação inadequada	2,8	3,4	2,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte – 2005.

Nas atividades realizadas para ganhar dinheiro, as alternativas mais frequentes foram: "cata de material reciclável", com 42,8% das respostas. Aproximadamente 13% ganham dinheiro em atividades ligadas a carros – vigia, lava, vende rotativos, etc. Em seguida, aproximadamente 9,0% afirmaram que sobrevivem a partir de esmolas, ajuda e dinheiro.

Algumas atividades assumem um caráter mais eminentemente masculino, ao passo que outras são predominantemente femininas. Assim, atividades domésticas, como as de faxina, tomar conta de crianças, cozinhar, etc., são feitas por mulheres. A participação dessa categoria de atividades atingiu mais de 12% das respostas. As mulheres também são as que mais pedem ajuda. Uma das hipóteses para esse fato é a de que, muitas vezes, acompanhadas por crianças, as mulheres possuem mais argumentos para pedir ajuda do que os homens.

Outras atividades eminentemente femininas estão relacionadas à prostituição e, cada vez mais, as relacionadas ao tráfico de drogas. No caso dos homens, observa-se o predomínio de atividades ligadas à construção civil, de frentista, carregador, jardinagem e operador de máquinas.

Profissões

Do total dos que responderam à questão sobre possuir ou não uma profissão, aproximadamente 82% declararam, afirmativamente, possuir uma ocupação profissional. Muitos indicaram mais de uma profissão, de tal maneira que os dados apresentados são cumulativos.

Foram muitas as profissões descritas, porém, as que registraram as maiores frequências, basicamente, foram as relacionadas à prestação de serviços pouco qualificados, havendo raras exceções. No que se refere às profissões mais frequentes, vale destacar: as relativas às de "ajudante" (de serviços gerais, de pedreiro, de cozinha, de caminhão, de mecânica, de padaria, de restaurante, de cozinha, etc.). Também as atividades relacionadas à construção civil merecem destaque, no caso, pedreiros, com 7,38% das respostas, pintores, com 5,40%, eletricitas, com 2,5%, marceneiros, com 2,24%, armador de ferragem (0,92%), operador de máquina (1,45%), e bombeiros, com 0,66% do total declarado.

São significativos os serviços voltados para a prestação de serviços em restaurantes e domicílios, como: jardineiros (2,11%), porteiros (0,79%), faxineiros (0,53%), garçons (0,66%), salgadeiros (0,66%).

Entre outros aspectos, um fato interessante é que aproximadamente 3,7% das pessoas afirmaram possuir como profissão a coleta de material reciclável. Isso pode estar indicando a disseminação da importância do recolhimento desse tipo de material, inclusive, para os que exercem essa ocupação, tanto que foi encarada como uma alternativa "profissional" para muitas pessoas. Concomitantemente, foi significativo o número de respostas relativas a atividades relacionadas a veículos, como mecânicos e motoristas, ambos com uma participação de 2,24% das respostas.

Também houve a identificação de profissões relacionadas à agricultura, atingindo 1,19% do total de respostas, possivelmente indicando a origem rural ou semi-rural de boa parte dessas pessoas.

Muito provavelmente, políticas de emprego e qualificação voltadas para essa população deverão levar em consideração essa distribuição por profissões. A profissão está grandemente relacionada à forma como o indivíduo se percebe e é percebido pela sociedade. O resgate dessa dimensão nas vidas dos moradores em situação de rua pode ser um dos bons caminhos para o processo de saída da condição em que se encontram. Especificamente, as variações no nível de emprego/desemprego na indústria da construção civil parecem capazes de gerar flutuações no número daquelas pessoas ocupadas que são ou que poderão vir a ser moradoras de rua.

Tabela 18
Profissões declaradas

	Nº	%
		8,17
Ajudante de pedreiro	62	7,38
Pedreiro	56	7,25
Ajudante e serviços gerais	55	5,40
Pintor	41	3,69
Catador de material reciclável	28	2,50
Eletricista	19	2,24
Marceneiro	17	2,24
Mecânico	17	2,24
Motorista	17	2,11
Cozinheiro	16	2,11
Jardineiro	16	1,84
Vendedor	14	1,71
Artesão	13	1,71
Balconista	13	1,45
Ambulante/Camelô	11	1,45
Operador de máquina	11	1,32
Carpinteiro	10	1,32
Serralheiro	10	1,19
Agricultor - lavrador	9	1,19
Ajudante de cozinha	9	1,19
Soldador	9	0,92
Armador de ferragem	7	0,92
Cabeleireiro	7	0,79
Ajudante de caminhão	6	0,79
Porteiro	6	0,66
Bombeiro	5	0,66
Costureira	5	0,66
Garçom	5	0,66
Salgadeira	5	0,66
Vigilante	5	0,66
Cotrador de ônibus	4	0,53
Fazineiro	4	0,53
Outros	247	32,54
Total	759	100,00

Rendimento

No que se refere aos ganhos com as diferentes atividades, procurou-se estimar o rendimento individual médio mensal. Para isso, foi adotado o seguinte procedimento: multiplicou-se a renda média diária das atividades declaradas pela frequência semanal, também declarada. O resultado foi, por sua vez, multiplicado por 4,33 (média de semanas por mês) e, uma vez encontrado o rendimento médio mensal, esse foi dividido por 300 (valor do salário mínimo à época do Censo). A faixa de rendimento em salário mínimo de maior concentração é a de 1 a 2 salários mínimos mensais, e, como era de se esperar, as mulheres têm menores rendimentos que os homens. A maioria das mulheres (65,3%) percebe até um salário mínimo por mês. Já entre os homens, a maioria (80,8%) está concentrada na faixa de até dois salários mínimos.

Essa variável permite o desenvolvimento de uma série de hipóteses e pode ser mais bem aproveitada em estudos que façam diferentes usos de outras variáveis explicativas.

Tradicionalmente, a variável renda é de difícil aferição. As complicações, nesse caso, multiplicam-se, dadas a diversidade, a precariedade e a intermitência no tempo das diferentes ocupações dos moradores em situação de rua.

Tabela 19
Percentual do rendimento individual médio mensal, até três atividades especificadas segundo o sexo do entrevistado *

Rendimento em salário mínimo	Masculino	Feminino	Total
	%	%	%
+ de 0 a 1/4 sm	9,5	9,7	9,5
+ de 1/4 a 1/2 sm	13,8	15,3	14,0
+ de 1/2 a 1 sm	24,6	40,3	26,4
+ de 1 a 2 sm	32,9	23,6	31,8
+ de 2 a 3 sm	10,2	9,7	10,2
+ de 3 a 4 sm	3,6	0,0	3,2
+ de 4 a 5 sm	1,6	0,0	1,4
+ de 5 sm	3,8	1,4	3,5
Total	100,0	100,0	100,0

* Foram consideradas todas as atividades descritas pelos entrevistados e seus respectivos rendimentos
Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Documentação

Em 2005, do total de pessoas que responderam à questão sobre posse de documentos, 25% afirmaram não possuir qualquer tipo de documento. De acordo com esses dados, houve uma significativa melhora em relação a 1998, cujo percentual de pessoas que declararam não os possuir era de 33,8%. Talvez esse fato seja resultado das políticas públicas destinadas a facilitar a

obtenção de registros e documentos. Como exemplo, tem-se a isenção das taxas de emissão das certidões de nascimento.

Quanto àqueles que declararam possuir documentos, não há grandes diferenças na participação relativa da posse dos principais documentos, como: Carteira de Identidade, Certidão de Nascimento, Carteira de Trabalho, Título de Eleitor e CPF. Atente-se para o fato de que o entrevistado pode responder a mais de uma alternativa.

Tabela 20
Documentos que possui

Especificação dos documentos que possui	% dos dados válidos
Carteira de Identidade	21,3
Certidão de Nascimento	20,1
Carteira de Trabalho	18,5
Título de Eleitor	18,1
CPF	17,0
Outros	5,0
Total	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Saúde

Um dos aspectos que muito chama a atenção, na abordagem dos moradores de rua, refere-se à saúde. São vários os problemas encontrados, desde os mais estritamente relacionados aos transtornos mentais, ao consumo de drogas e álcool, às deficiências físicas e mentais, até aqueles causados por doenças infecto-contagiosas e complicações envolvendo causas externas (especialmente violência). Basicamente, as questões relativas aos problemas de saúde partiram da percepção dos próprios entrevistados quanto à seus problemas. Dessa maneira, em muitos casos, não houve uma separação clara entre causas, sintomas e o problema propriamente dito, no que diz respeito à saúde. Por exemplo, um sintoma como "dor de cabeça" pode estar indicando uma série de outros problemas que podem ser desconhecidos pelo entrevistado ou que são conhecidos, porém não revelados ao entrevistador.

Coube, posteriormente, no processo de codificação e análise dos dados, tentar classificar e obter o maior número de informações a partir das respostas. Dados esses aspectos, ao trabalharmos com determinadas classificações, existe a tendência de que a categoria "outros" acabe agregando uma grande quantidade de resultados, na medida em que não houve segurança em classificar determinadas respostas em algumas categorias pré-estabelecidas e não em outras. Esse fato, por si só, não inviabiliza as repostas obtidas e não classificadas, porém, demanda análises mais profundas dos dados.

Assim, inicialmente, foi perguntado ao morador de rua, nos dois censos, "se possuía algum problema de saúde". Em 1998, aproximadamente 64% dos que responderam a essa questão afirmaram não possuir, no momento, qualquer problema de saúde; esse percentual é reduzido em aproximadamente 8%, em 2005. Dessa maneira, as pessoas em situação de rua, em 2005, afirmaram possuir mais problemas de saúde do que em 1998.

Tabela 21
Distribuição relativa das pessoas que declararam ter ou não ter problema de saúde

Situação	1998 (%)	2005 (%)
Não tem problema de saúde	64,34	56,35
Tem problema de saúde	35,66	43,65
Total	100,00	100,00

Fonte: Censos de População de Rua, 1998 e 2005

Aos que afirmaram possuir problemas de saúde, foi perguntado qual era esse problema. Nessa questão, procurou-se agrupar, inicialmente, as respostas em quatro grandes grupos: os identificados na categoria psíquico/saúde mental; os de caráter pneumológico; os infectológicos; os neurológicos; e a categoria outros. Na Tabela 21, além das frequências relativas, procurou-se também listar algumas das respostas identificadas para cada categoria. É importante observar que uma mesma pessoa pode ter declarado possuir mais de um problema de saúde, ao mesmo tempo.

Tabela 22
Distribuição relativa dos problemas de saúde declarados (%)

Problemas de saúde declarados	1998	2005
(1) Psíquico/saúde mental	17,72	11,81
(2) Pneumológico	12,01	15,75
(3) Infectológico	4,20	10,24
(4) Neurológico	8,41	8,27
(5) Outros	57,66	53,94
Total	100,00	100,00

(1) Uso abusivo de álcool e outras drogas e transtornos psíquicos/saúde mental.

(2) Asma, bronquite, deficiência (apenas um pulmão), pneumonia, problema respiratório, broncopneumonia, falta de ar.

(3) Tuberculose, malária, HIV, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), Doença de Chagas

(4) Dor de cabeça, epilepsia, lesão cerebral.

(5) Falta de um membro, dores em diversas partes do corpo, ossos quebrados, problemas de vista, etc.

Fonte: Censos de População de Rua, 1998 e 2005.

Sem dúvida, um dos problemas de saúde pública encontrado nas ruas está no campo da saúde mental. Em 1998, entre os casos declarados, os relativos à psiquiatria somaram mais de 17% do total. Nessa categoria, estariam incluídos todos aqueles problemas relacionados ao uso

de drogas, lícitas e ilícitas, egressos de manicômios e clínicas psiquiátricas, em que, muitas vezes, não foram recebidos ou fugiram de suas famílias. Essa categoria também abrange pessoas com distúrbios mentais temporários e permanentes.

Logo em seguida, foram declarados os problemas de caráter pneumológico, especialmente relacionados a problemas respiratórios, como asma, pneumonia, bronquite, etc. A terceira maior frequência foi a dos problemas neurológicos e, por fim, os infectológicos, ocorrendo em aproximadamente 4% do total dos que afirmaram possuir problemas de saúde em 1998.

Quando os dados de 2005 são analisados, observa-se uma mudança na estrutura da distribuição relativa dos problemas de saúde. Isso não significa que, necessariamente, ocorreu o mesmo tipo de variação quando é observado o número absoluto de casos em cada categoria.

Dessa maneira, os problemas de caráter neurológico mantêm sua participação relativa, no total de casos, em torno de 8%. Já os problemas psiquiátricos cedem lugar para os problemas pneumológicos e, principalmente, para os infectológicos, que apresentam um crescimento relativo de mais de 6%.

Isso pode estar sinalizando a necessidade de uma maior intervenção, por parte das ações de saúde pública, para esse tipo de população, especialmente, no combate às doenças infecto-contagiosas de rápida disseminação. Aqui, cabe destacar as Doenças Sexualmente Transmissíveis, como a AIDS e outras, como a tuberculose e a hanseníase. Nesse caso, podem-se aventar duas hipóteses: a primeira seria o aumento do número de casos a partir da própria rua, onde a contaminação ocorreria entre seus moradores. Uma outra hipótese seria a decorrente da discriminação das pessoas doentes em suas famílias, além da própria falta de acesso a tratamentos adequados. Ambas as hipóteses necessitam de uma avaliação mais acurada.

No que se refere à saúde, também foi aplicada uma questão quanto à possibilidade de o morador de rua ter recorrido, em algum momento de sua vida, aos serviços de saúde, em Belo Horizonte. Como ocorre nos dados analisados anteriormente, essa questão assume um caráter mais complexo e subjetivo, na medida em que o entrevistado tem que recordar a utilização do serviço, estar propenso a falar sobre o assunto, inclusive, de acordo com a própria percepção acerca de seu problema.

Nessa questão, procurou-se classificar os problemas de saúde a partir de um número maior de categorias, tendo sido incluídas a parte de ortopedia, ginecologia/obstetrícia e causas externas, de acordo com o indicado na Tabela 22.

Entre os resultados observados, tem-se a redução da participação relativa das chamadas causas externas. Normalmente, essa categoria tende a agregar as conseqüências da violência física como ferimentos por armas brancas, de fogo, por brigas, acidentes de trânsito, etc. Entre as diferentes explicações para esse resultado, é pertinente considerar que muitos dos problemas de ortopedia/fraturas tenham ocorrido a partir das chamadas "causas-externas"; além

disso, a categoria "outros" necessita ser mais bem depurada, antes de serem desenvolvidas considerações mais definitivas a respeito desses resultados, inclusive porque o contexto de violência em que essas pessoas estão particularmente inseridas pode ter inibido as repostas.

A procura por serviços de ginecologia/obstetrícia apresentou uma considerável redução relativa, entre 1998 e 2005, o que, em grande medida, pode ser explicado pela significativa diminuição no número de mulheres entre as duas pesquisas.

Por outro lado, os problemas inseridos na categoria psíquico/saúde mental, no período, tiveram um aumento relativo, ou seja, o percentual de moradores de rua que recorreu a serviços da saúde mental aumentou sua participação de aproximadamente 12%, em 1998, para 13,5%, em 2005. De forma contrária, houve uma redução no número de pessoas que procuraram os serviços de saúde em função dos problemas pneumológicos e cirúrgicos. Relativamente, os problemas de caráter infectológico permaneceram nos mesmos patamares observados no primeiro censo.

Tabela 23
População que já recorreu a serviço de saúde, em Belo Horizonte,
segundo o motivo da procura

Motivo pelo qual recorreu ao serviço de saúde em Belo Horizonte	1998	2005
(1) Cirurgia	7,34	4,06
(2) Psiquiatria	11,89	13,62
(3) Ortopedia	4,20	5,51
(4) Ginecologia/obstetrícia	6,47	3,91
(5) Pneumologia	6,29	5,36
(6) Infectologia	3,85	3,48
(7) Causas Externas	27,62	20,72
Outros	32,34	43,33
Total	100,00	100,00

- (1) Apendicite, cirurgia, curativo, operar barriga, operar perna, operar cabeça, pancreatite, ponte de safena
- (2) Alcoolismo, ansiedade, depressão, problema psíquico, stress, uso de drogas, crise nervosa
- (3) Dor nas costas, fratura, problema de coluna, problema no ombro
- (4) Gravidez, parto, problemas ginecológicos, cólica menstrual, mioma, pré-natal
- (5) Bronquite, problema respiratório, pneumonia, falta de ar, vaso estourado no pulmão
- (6) DST, HIV, malária, tuberculose
- (7) Atropelamento, espancamento, paulada, agressão, extrair bala, facada, mordida de cachorro, corte (mão, joelho, cabeça), acidente, acidente de trabalho, engasgou com espinha de peixe, machucou a cabeça, a perna.

Fonte: Censos de População de Rua, 1998 e 2005

Os entrevistados também foram questionados quanto a fazerem, no momento, uso de algum medicamento; dos que responderam, 28% afirmaram que sim. Em 1998, essa proporção foi de aproximadamente 18%.

Especificamente no que se refere aos tipos de medicamentos utilizados e declarados no censo de 2005, três grupos são os mais frequentes: os anti-hipertensivos (22,6%), os

anticonvulsivos (17,8%), e os ansiolíticos (15,1%). Os meios de obtenção dos medicamentos são diversos, porém, chama atenção a presença de instituições alheias ao setor de saúde que fornecem medicamentos. Os locais de caráter público onde mais se obtém os medicamentos são os centros de saúde e, entre eles, o Centro de Saúde Carlos Chagas, citado explicitamente em 15% dos casos. Ressalta-se que esse equipamento, em particular, tem uma equipe específica para atendimento à população de rua. Finalmente, é interessante observar que 8,2% dos moradores que responderam às questões adquirem os medicamentos com recursos próprios.

Família

Quanto aos parentes residentes em Belo Horizonte, de uma forma geral, é possível verificar o perfil fragmentado do grupo familiar a que pertencem os moradores de rua. Esse aspecto pode ser explicado tanto pelos fenômenos próprios da família contemporânea quanto pela percepção peculiar de quem apresenta laços familiares fragilizados, e já não reside com os seus.

Em sua maior parte, os dados obtidos não permitem conclusões detalhadas a respeito das famílias moradoras de rua, entre outros aspectos, devido ao fato de, no censo, não ter sido identificada a pessoa de referência, a partir da qual se poderia agregar o grupo familiar.

Há indícios de que a família do morador de rua, tanto aquela que está com ele na rua ou nos equipamentos, quanto a que reside em outro local, tem características próprias, o que demandaria estudos mais detalhados e específicos.

Foi observado que as relações familiares constituem um assunto difícil de ser tratado com um estranho, no caso, o recenseador, como parece demonstrar o silêncio dos que não quiseram responder às questões. E ainda, algumas anotações de campo explicitam isso: "Eles não o querem, por isso não considera ter família em BH" ou "não considera mãe, pai, tios e filhos" (observação de recenseadores).

De acordo com as respostas obtidas, 58,9% dos que responderam ao questionário têm parentes residentes em Belo Horizonte. Desses, 61,1% mantêm contato com os mesmos. O contato se faz pessoalmente, na maior parte dos casos, 45,4% dos entrevistados, e também ocasionalmente, 47,8% dos entrevistados. Entre os que responderam à questão sobre possuir família junto com ele, na rua, 13,6% afirmaram ter, pelo menos, uma pessoa da família em sua companhia.

Tabela 24
Família/parentes na rua com o entrevistado

Parentesco	% dos dados válidos
Irmão(s)	10,7
Esposa	9,8
Companheira	9,0
Companheiro	7,4
Irmã(s)	7,4
Filha(s)	6,6
Filho(s)	4,9
Apenas cônjuge e filho ou filha(s)	4,9
Esposo	4,1
Filhos	3,3
Irmão(s) e irmã(s)	2,5
Pai	2,5
Mãe	2,5
Primo(s) ou prima(s)	2,5
Cônjuge, filhos e outros	1,6
Filho ou filha (s) e outros parentes	1,6
Pais e ou padrasto e irmão ou irmã (s) com ou sem outros parentes	1,6
Tio	1,6
Irmão ou irmã e outros parentes	1,6
Pai e mãe	0,8
Parentes sem especificação	0,8
Arranjos envolvendo ex-esposa	0,8
Cônjuge e outros exceto filhos	0,8
Mãe e filho ou filha (s)	0,8
Sem informação ou com informação incorreta	9,0
Sobrinho	0,8
Total	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte – 2005.

Tabela 25
Formas de contato com os parentes residentes em Belo Horizonte

Forma de contato	% dos dados válidos
Não	37,6
Pessoalmente	45,4
Por telefone	16,3
Através de recados	0,7
Total	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte – 2005.

O maior desejo

Como já observado, a questão “Qual é o seu maior desejo” foi a única pergunta completamente aberta da entrevista. Assim, dadas as frequências das respostas procurou-se estabelecer algumas categorias, nas quais os dados foram re-agrupados de acordo com os aspectos mais significativos, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto qualitativo. Também foram tomadas como referência as categorias utilizadas na análise da questão aberta do 1º Censo da População de Rua de Belo Horizonte, de 1998 (GUSTIN e ROMÃO, 1998).

As falas que expressam o desejo de possuir moradia (30,6% dos que responderam à pergunta) foram as que mais se destacaram. Se a alternativa “saída da rua” for considerada, concomitantemente, como outra forma de expressar o mesmo desejo (ter uma casa, um lar), esse percentual sobe para 40,6%. Pela própria trajetória dos moradores de rua, a questão da moradia deve ser entendida num sentido mais amplo. Talvez, aqui, também estejam expressos os desejos de ter mais estabilidade, uma família, de criar raízes. Nesse sentido, a (re)construção de laços familiares apresentou uma frequência de 14,9%.

Foi também externada a intenção de ter trabalho ou emprego, em 24,1% das respostas. Muitas vezes, as atividades realizadas, como a coleta de materiais recicláveis, não são reconhecidas pelos próprios moradores como um “trabalho”, apesar de prestarem um importante serviço à sociedade.

Chama ainda a atenção o fato de alguns entrevistados terem declarado que não possuem nenhum desejo. Há referências manifestas ao abandono de drogas – aí incluído o álcool –, em 2,1% dos casos. A saúde não está entre as prioridades, comparecendo com 3,2% das escolhas.

É interessante notar que 3,2% do total dos entrevistados referem-se ao desejo de possuir renda, não necessariamente trabalho ou emprego. As demais categorias contam com frequências inferiores a 3%.

Tabela 26
Qual é o seu maior desejo?

	Nº de Respostas	% (*)
Moradia	396	30,6
Trabalho/emprego	312	24,1
(Re)construção de laços familiares	193	14,9
Saída da rua	129	10,0
Rendimento	42	3,2
Saúde	42	3,2
Saída de algum equipamento da população de rua	30	2,3
Religião	28	2,2
Abandono de drogas	27	2,1
Expressão de dignidade própria	22	1,7
Nenhum desejo	18	1,4
Documentos	17	1,3
Educação	16	10,2
Expressão de ideais humanitários	14	1,1
Expressão de revolta	5	0,4
Ida ou permanência em algum equipamento da população de rua	5	0,4
Total	1.296	100,0

(*) Percentual em relação ao total de desejos expressos: 1.296. Não houve restrição quanto ao número de desejos expressos
Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

6- PESQUISA QUALITATIVA SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM BELO HORIZONTE

6.1- Introdução: os procedimentos de uma pesquisa em construção

A pesquisa qualitativa sobre as condições de vida da população em situação de rua,¹³ em Belo Horizonte, iniciou-se juntamente com o 2º Censo da População de Rua efetivado no município. Desde o primeiro momento, o ponto-chave colocado pelos atores e organizações sociais que trabalham com essa população era que a abordagem quantitativa (censitária), por mais que pudesse responder a diversas questões importantes, não permitiria um olhar aprofundado sobre quem é esse sujeito e como ele vive e se representa socialmente.

Nesse sentido, após algumas reuniões, ocorridas entre os meses de julho e setembro, a Pesquisa Qualitativa sobre a População em Situação de Rua em Belo Horizonte foi incorporada à iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e realizada na capital mineira pelo Fórum de População de Rua de Belo Horizonte; pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; pela Pró-Reitoria de Extensão, pelo Observatório das Metrópoles e pela Escola de Serviço Social (campus Coração Eucarístico) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); pela Organização do Auxílio Fraternal (OAF), de São Paulo; e pelo Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), de Belo Horizonte. Iniciada em 29 de setembro de 2005,¹⁴ a Pesquisa Qualitativa sobre a População em Situação de Rua em Belo Horizonte foi organizada da seguinte forma:

- 1- realização de contato com instituições e entidades (públicas e privadas) envolvidas em programas e projetos de atendimento à população em situação de rua: da 2ª a 4ª semana de setembro;
- 2- realização do recrutamento, da seleção e do treinamento da equipe de pesquisa de campo: da 3ª semana de setembro até a 1ª de outubro;
- 3- elaboração dos procedimentos da pesquisa qualitativa e treinamento dos responsáveis pelas entrevistas: da 3ª semana de setembro até a 1ª de outubro;
- 4- implementação do trabalho de campo, com a realização das entrevistas em profundidade, individuais e em grupo: da 2ª semana de outubro até a 1ª de novembro;

¹³ No presente relatório, a expressão "população em situação de rua" será utilizada para identificar os sujeitos sociais que formam objeto das pesquisas censitária e qualitativa. Em algumas circunstâncias, contudo, a nomenclatura utilizada poderá ser apenas "população de rua" ou, então, "moradores de rua". Isso se deve tanto ao fato de que essas denominações são utilizadas por instituições e/ou entidades específicas quanto por ter sido desse modo que os entrevistados se referiram quando falaram dessa população.

¹⁴ O prazo de conclusão originalmente previsto para a pesquisa era dezembro de 2005. Contudo, em função de alterações no cronograma inicial e nas tarefas de finalização das atividades de investigação e de elaboração do Relatório Final, a conclusão somente se tornou possível em janeiro de 2006.

- 5- realização de seminários de discussão conjunta da equipe: ao longo dos meses de setembro a dezembro;
- 6- análise dos dados e preparação do Relatório: ao longo dos meses de novembro, dezembro e janeiro.

Em virtude das discussões entre os parceiros sobre os objetivos da pesquisa e a necessidade de organizar as atividades de construção da metodologia e de capacitação dos entrevistadores para as entrevistas em profundidade, além dos percalços inevitáveis na preparação do trabalho de campo (do censo e da pesquisa qualitativa), restou um prazo comprimido para a realização da pesquisa, levando ao abandono da idéia de se utilizar das técnicas de história de vida e de observação.

Feitos os preparativos e a seleção da equipe, houve uma primeira reunião, em 06 de outubro de 2005. A partir dessa reunião, os membros da equipe foram organizados em grupos divididos entre dez técnicos entrevistadores (agentes de pastoral, pesquisadores e técnicos da rede de serviços de assistência à população em situação de rua), uma auxiliar de pesquisa e nove estagiárias (pertencentes aos cursos de Serviço Social e de Geografia da PUC Minas, unidade Coração Eucarístico).

Em 19 de outubro, foi realizada outra reunião, na qual foram discutidos o conceito e os procedimentos básicos de uma pesquisa qualitativa e, em especial, da pesquisa qualitativa com população em situação de rua. Nesse mesmo encontro, foi ainda debatida uma primeira versão do roteiro de entrevista.

As discussões feitas nesse momento, bem como as demais realizadas pela coordenação da pesquisa e pela equipe do censo, destacaram que o conceito de população em situação de rua é marcado pela heterogeneidade. Assim, o debate realizado entre os membros da coordenação e da equipe apontou como essenciais os seguintes elementos que definem essa população, para os fins da pesquisa:

- a trajetória individual e social (familiar, de grupo, da coorte. etc.) dessas pessoas;
- a questão da sobrevivência;
- o dilema ético relacionado com o "morar na rua";
- a denúncia das condições de vulnerabilidade e de exploração a que essas pessoas estão sujeitas;
- as formas de ocupação e produção do espaço urbano, bem como sua relação com os elementos apontados anteriormente;
- as referências sociais e familiares, também vinculadas a todas as questões apontadas anteriormente;
- a questão da qualificação profissional;

- a função da rua para a organização da vida e da resistência dessas pessoas;
- a questão da escolha por viver na (e da) rua, que se liga à existência de algum grau de escolha por parte desses sujeitos e, ainda, está claramente vinculada às questões das trajetórias e das referências;
- a consciência política que vai sendo forjada na rua e pela rua, o que implica também falar de uma tensão entre o indivíduo (sua trajetória e suas referências) e os sujeitos que vão se forjando e sendo forjados na situação da rua;
- a questão da "verdade" (ou de como a realidade é percebida e vivenciada).

Diante da complexidade do objeto investigado, a equipe acatou a definição que a coordenação da pesquisa tem utilizado para a população em situação de rua, a saber: "grupo populacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum a garantia de sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não-referência de moradia regular".¹⁵

A partir daí, iniciou-se uma discussão sobre os procedimentos de pesquisa qualitativa. Os principais pontos abordados foram os seguintes:

- essa abordagem de pesquisa não significa uma intervenção subjetiva do pesquisador no contexto pesquisado. Ou seja, não é uma tentativa de produzir uma imagem ou uma interpretação pessoal de quem inquirir a realidade. Antes, ela obedece a critérios básicos de objetividade e a procedimentos metodológicos e científicos rigorosos, no intento de minimizar o risco de perder-se nas projeções valorativas dos seus agentes;
- ela não é neutra, porém, sendo esta posição impossível, porque o projeto de pesquisa, inevitavelmente, sofre a influência da ideologia do pesquisador e é importante que ela seja assumida. Em Ciências Sociais, o objeto de pesquisa e o pesquisador são da mesma natureza, ambos sujeitos de um mesmo processo social.¹⁶

Na verdade, a pesquisa qualitativa busca responder a questões muito particulares – como a análise de atitudes, motivações, expectativas, valores e crenças –, recortadas pelos pesquisadores que utilizam essa abordagem, trabalhando com um universo de significados e valores que não podem ser reduzidos a uma quantificação.

No caso da Pesquisa Qualitativa sobre a População em Situação de Rua, busca-se, basicamente, a compreensão da realidade social vivida (individual e socialmente) por essas

¹⁵ Essa definição foi estabelecida quando das negociações efetivadas entre o MDS e as instituições e entidades envolvidas com o censo e com a pesquisa qualitativa, durante a formatação do projeto. É a mesma definição que consta em todos os documentos firmados entre os parceiros.

¹⁶ RICHARDSON, R. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: ATLAS, 1942.

pessoas. Elas são entendidas como sujeitos, ou atores, inseridos em um conjunto de relações com a sua comunidade, no caso, outros moradores de rua, e com a sociedade.

Outro ponto de discussão levantado nesse encontro foi a postura do pesquisador diante do entrevistado ou do objeto de estudo. O pesquisador deve ter consigo a idéia de que a entrevista não serve para confirmar tudo o que se considera saber sobre a população em situação de rua, e sim para compreender a complexidade da realidade vivida por essas pessoas e suas principais demandas como seres humanos e cidadãos.

Com essa postura, o pesquisador evita posicionamentos de superioridade e inferioridade (ou de submissão ao outro, que pode ser considerado possuidor de alguma condição especial) e cria um ambiente de cooperação. Isso pode diminuir as chances de ocorrerem falsos depoimentos e posições defensivas.

A segunda reunião do grupo ocorreu em 21 de outubro, quando foram discutidos os objetivos da pesquisa qualitativa, dando-se continuidade aos debates sobre os procedimentos metodológicos e sobre o roteiro da pesquisa. Nessa reunião, a equipe foi aleatoriamente dividida em quatro grupos.

Inicialmente, pretendia-se que a reunião tivesse como eixo norteador a leitura e a discussão de um texto sobre pesquisa qualitativa, com ênfase nas técnicas de entrevista.¹⁷ Contudo, a dinâmica da distribuição dos participantes em grupos permitiu que a equipe de entrevistadores aprofundasse um tema ou uma abordagem a partir da pauta originalmente pensada para aquele momento.

Na verdade, essa reunião teve como propósito aprofundar a discussão sobre a metodologia da pesquisa qualitativa, bem como sobre métodos de pesquisa. Assim, dando prosseguimento ao que já vinha sendo discutido anteriormente, pretendia-se enfatizar determinados aspectos das atitudes e da formação do pesquisador que são cruciais para uma pesquisa dessa natureza.

Ancorada em uma perspectiva participativa, construiu-se uma estratégia que levou em conta os percursos que cada pessoa, entidade e instituição participante possuía, inclusive a partir da reflexão sobre os temas até então apontados pelos debates prévios. Com isso, buscou-se chegar a posições consensuais em torno do trabalho, o que foi considerado fundamental para que algumas das dificuldades associadas a uma abordagem qualitativa de investigação fossem mais claramente percebidas e avaliadas.

Nesse sentido, a partir da sua constituição, os membros do Grupo 1 optaram por discutir alguns pontos que eles consideraram estar ainda obscuros, naquele momento – como, por exemplo, a definição precisa dos objetivos (tanto do censo quanto da pesquisa qualitativa); os procedimentos que seriam adotados e o roteiro de investigação a ser seguido.

Tratando do censo, o grupo compreendeu que o objetivo do trabalho poderia ser definido como sendo: "saber o número da população em situação de rua e as condições de vida dessas pessoas (sobrevivência, trabalho, família, moradia, etc.), o que permitirá uma comparação com o Censo anterior".¹⁸ Na opinião desses participantes da pesquisa, a produção de conhecimento sobre a população em situação de rua permitiria identificar a evolução das condições de vida dessa população, nesse período de tempo.

Segundo esse mesmo grupo, a pesquisa qualitativa tinha ainda o objetivo de "entender a dinâmica de vida da população em situação de rua para identificar suas demandas, tendo como foco maior a possibilidade de analisar os serviços e equipamentos da prefeitura destinados a este público".

Mesmo não tendo coincidido com o objetivo expresso definido no projeto de pesquisa, essa leitura foi importante para que se começasse a delimitar o que pensavam os técnicos que realizariam as entrevistas e o que era efetivamente a demanda explicitada, no projeto desse trabalho, pelas entidades e Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, realizadoras da pesquisa. Nesse sentido, esse posicionamento do Grupo 1 permitiu que se verbalizasse uma tensão, entre conhecer e avaliar, presente na realização do trabalho.

Para esse primeiro grupo, o ponto em comum encontrado entre as duas pesquisas diz respeito ao seu resultado ou, mais especificamente, à possibilidade de potencializar as ações e criar novas políticas de atendimento das demandas da população em situação de rua – não só no que diz respeito à captação de recursos, mas principalmente à confecção de um planejamento pautado na realidade diagnosticada, ou seja, orientado pelas reais necessidades e desejos dessa população.

Já o Grupo 2 abordou, como questões principais, a elaboração do roteiro de entrevistas individuais, discutindo se ele deveria ser estruturado ou não estruturado. Os membros desse grupo chegaram à conclusão de que o roteiro deveria ser pautado pela flexibilidade quanto à ordem de abordagem e à forma de introdução dos temas, de acordo com as oportunidades criadas durante a entrevista.

Entretanto, haveria alguns "pontos duros" a tratar que não deveriam ser flexibilizados, como a abordagem inicial dos entrevistados. A ordem proposta no roteiro também seria seguida mesmo na hipótese de a entrevista não fluir naturalmente. Isso, na verdade, caracterizaria um roteiro semi-estruturado.

Esse segundo grupo, embora tenha permanecido mais fiel ao debate sobre o método, também acabou chamando a atenção para um aspecto fundamental de uma abordagem

¹⁷ FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

¹⁸ Nesse momento, o grupo que produziu essa discussão referiu-se ao Censo sobre a População em Situação de Rua, realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, em 1998.

investigativa qualitativa, qual seja: as relações entre o pesquisador/entrevistador e o entrevistado (ou o objeto da investigação) são pessoais, diretas, marcadas pelo caráter relacional de sujeitos que – mesmo sem se conhecer – são membros de uma sociedade comum. Daí, escolher entre ordenar as perguntas “objetivamente” ou de modo “flexível” acaba por constituir também uma questão de conteúdo.

Quanto ao Grupo 3, ele partiu do pressuposto de que a pesquisa qualitativa complementa a quantitativa, tendo por objetivo compreender “em profundidade” os desejos, aspirações, frustrações e necessidades dessas pessoas. Para os membros desse grupo, enquanto a pesquisa quantitativa demonstrará o tamanho e a distribuição dessa população, a pesquisa qualitativa indicará como ela é. Ambas as abordagens, contudo, contribuirão para melhor subsidiar a formulação e/ou redimensionamento de políticas públicas, em especial as relacionadas à moradia definitiva e à geração de trabalho e de renda.

Adicionalmente, os participantes desse terceiro grupo avaliaram que a qualidade da abordagem (ou a situação da entrevista) junto aos entrevistados é importante, numa pesquisa qualitativa, para que os resultados esperados sejam alcançados eficazmente.

O Grupo 4, por sua vez, debateu o objetivo da pesquisa como sendo o de “conhecer diferentes aspectos (social, econômico, cultural, etc.) da população em situação de rua e captar do entrevistado a noção de família, trabalho, as perspectivas e interpretações subjetivas desse segmento populacional, no intuito de subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para esse contingente”.

Quanto aos procedimentos da pesquisa, todos os grupos abordaram as duas questões seguintes: 1ª) a entrevista deveria ser centrada no problema; e 2ª) o objetivo das entrevistas deveriam ser claramente estipulados. Isso significa que as entrevistas deveriam ser:

- semi-estruturadas;
- próximas de uma conversa aberta;
- centradas em uma problemática;
- orientadas por um roteiro com aspectos específicos;
- realizadas em uma situação de confiança (“o respondente deve se sentir valorizado ao invés de investigado”, conforme expressou um dos participantes da reunião);
- realizadas de modo que o material obtido possa ser registrado por meio de gravação.

Em 25 de outubro, a equipe técnica fez sua terceira reunião, com uma pauta que envolveu as definições da apresentação da pesquisa qualitativa aos entrevistados e dos critérios de escolha (seleção) dos mesmos entre a população investigada. Adicionalmente, alguns elementos do roteiro de pesquisa foram apresentados e discutidos.

Quanto à apresentação, ficou decidido que:

- 1- o responsável por marcar a entrevista deveria apresentar-se, informando ser membro da equipe de técnicos do 2º Censo de População de Rua e da Pesquisa Qualitativa;
- 2- quando da marcação da entrevista, especialmente no caso da população em situação de rua, o responsável pela função deveria apresentar ao entrevistado o objetivo do trabalho a ser realizado, explicitando-lhe, também, os motivos pelos quais foi escolhido;
- 3- ao início das entrevistas com a população em situação de rua, os entrevistadores deveriam se apresentar, explicando o que é a entrevista, qual o seu objetivo e como ela será desenvolvida, pedindo ao entrevistado que também se apresente;
- 4- as entrevistas seriam sempre realizadas por dois técnicos, cabendo a um deles a condução da situação e ao outro o trabalho de realizar as anotações e auxiliar o desenvolvimento do trabalho.

Considerou-se, ainda, a importância de se manter certa formalidade na apresentação da entrevista, tanto no momento de marcá-la quanto no seu desenvolvimento (em especial, no caso das entrevistas com os membros das equipes técnicas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e de outras entidades públicas e privadas que trabalham na rede de serviços de atendimento à população em situação de rua). Esse “cuidado metodológico” traria mais segurança nos resultados da pesquisa, além de reforçar o caráter profissional desse contato, já que alguns entrevistadores são colegas de trabalho dos entrevistados.

Outras considerações importantes para o bom desenvolvimento das entrevistas foram as seguintes:

- deve ser mantido um distanciamento em relação ao outro, o entrevistado, evitando-se a confusão de papéis e lugares na situação de entrevista;
- o uso do caderno de campo é fundamental (para anotar pontos importantes observados, expressões, gestos, nuances do tom de voz, etc.);
- no caso dos entrevistados que compõem as equipes técnicas dos serviços e equipamentos, a informação requerida deles é a institucional, e não a pessoal.

A partir da discussão dos pontos anteriores, foram debatidos e analisados os critérios de seleção/escolha dos sujeitos da população em situação de rua a serem entrevistados. Os principais elementos apontados para a construção do perfil desses entrevistados foram os seguintes:

- 1- Grupos de Idades: entre 18 e 24 anos; entre 25 e 35 anos; superior a 35 anos.
- 2- Tipo ou nível de agregação: vivem sós; estão em família; estão em grupo.
- 3- Sexo: Masculino; Feminino.

- 4- Tempo de permanência na rua: entre 0 e 5 anos; mais do que 5 anos.
- 5- Nascidos na rua: Sim; Não.
- 6- Trajetória: "Trecheiros" (que vão de cidade em cidade); "Pardais" (estáveis nas cidades).
- 7- Tempo de permanência e frequência de utilização dos equipamentos: entre 0 e 3 anos; mais de 3 anos.
- 8- Formas de obtenção de renda (geração de renda): Formal; Informal.
- 9- Experiência de participação política e social: líderes.
- 10- Existência de contatos com a família ou com membros do grupo familiar: Sim; Não.
- 11- Experiências positivas no atendimento de pessoas portadoras de sofrimento mental.

Dois aspectos adicionais foram apresentados como sendo importantes critérios auxiliares para a seleção:

- 1º) o da condição dos egressos da rua (ex-moradores de rua) – possuem moradia definitiva ou não (grau de autonomia);
- 2º) o uso de equipamentos e serviços (usuários; não usuários).

No entanto, como esses critérios não compunham o objeto da análise qualitativa pretendida, foram tomados como questões específicas que poderiam, eventualmente, orientar a seleção dos entrevistados. De qualquer modo, houve o entendimento de que eles deveriam fazer parte de uma outra análise, direcionada aos equipamentos e serviços prestados a essa população, o que não é objeto da presente pesquisa.

Ao final das discussões, percebeu-se que deveria ser feita uma combinação de todos os critérios apresentados, sem que fosse dado um peso específico a qualquer deles e sem que fossem minuciosamente investigados individualmente.

Com isso, a equipe procurou evitar que os roteiros de entrevistas induzissem as respostas.

Do mesmo modo, tendo em vista a quantidade de recortes que estavam sendo feitos, questões relacionadas ao trabalho, à opção sexual, às condições de saúde e à religião, entre outras, mesmo sendo reconhecidas como importantes, não foram incorporadas para definir o critério de seleção dos entrevistados. Sugeriu-se que elas fossem utilizadas durante as entrevistas, se necessário, para entender a dinâmica de vida dessas pessoas, no que diz respeito à sua representação e papel diante das diversas instituições.

A última reunião de preparação do roteiro e definição dos entrevistados ocorreu em 26 de outubro. A partir do material e da reflexão acumulados, foram definidos algumas dimensões e alguns vetores centrais para a construção do roteiro. Foram eles:

- a) no caso das entrevistas com a equipe técnica:
 - percepção sobre a população em situação de rua;
 - percepção sobre os serviços e equipamentos.
- b) no caso das entrevistas com a população em situação de rua:
 - **a identidade pessoal:** quanto a esse tópico, foi definido que a proposição básica destinada a abrir o espaço para o entrevistado se expressar seria a seguinte: "Gostaria que falasse um pouco de você". A partir desse estímulo para se abordar a questão da identidade, definiu-se que alguns tópicos deveriam ser contemplados na resposta, mesmo que não viessem a ser introduzidos como perguntas (como o nome completo e/ou apelido; a idade; a existência e as relações com a família; a raça; as formas de obtenção de renda; a escolaridade; a origem).
 - **a rua:** nesse caso interessa saber se nasceu ou não em Belo Horizonte (caso sim, se sempre morou na rua ou quando foi para rua; caso não, quando veio para BH e se veio direto para rua); tempo de permanência na rua; o significado de morar na rua; o significado de morar na rua em Belo Horizonte; as vantagens e desvantagens de morar na rua (o que tem de bom e de ruim em morar na rua em BH?); o preconceito (como as pessoas te tratam e/ou te vêem?); a definição do que é um morador de rua; a razão de viver na rua; o cotidiano (como é seu dia-a-dia? O que você faz desde o momento em que acorda até quando vai dormir?); a definição do que é ser um cidadão; a questão do trabalho (o que é trabalhar, na sua opinião?);
 - **a política pública:** nesse caso, interessa saber se os moradores em situação de rua conhecem a rede de atendimento e se a utilizam (em caso negativo, por qual motivo);
 - **outras questões específicas:** nesse caso, relacionadas a demandas pessoais e aos sonhos.

A partir desse conjunto de informações, decidiu-se, então, pela formatação dos roteiros finais, específicos para técnicos e dirigentes, e para moradores em situação de rua. Isso foi realizado após a reunião e, em seguida, repassado ao grupo, que o definiu em uma reunião realizada no início do mês de novembro. Os roteiros aprovados, e que foram utilizados nas entrevistas individuais e em grupos, são apresentados em seguida.

Roteiro de Entrevista – População em Situação de Rua

Dimensões / Vetores que orientam a entrevista

- A identidade pessoal
- A rua
- As políticas públicas
- Questões específicas

1) Gostaria que você falasse um pouco de você

(O entrevistado manifesta como se reconhece, se identifica. É uma autodeclaração).

- Tópicos que deverão ser **necessariamente** contemplados na resposta (ou seja, caso informações sobre os seguintes aspectos da vida e da identidade do entrevistado não sejam apontados por ele, **devem ser feitas perguntas para a obtenção das informações): nome completo; apelido; idade; família; etnia; obtenção de renda; escolaridade; origem.**

2) Quando é que você veio para Belo Horizonte? Veio direto para rua?

(Se o entrevistado não nasceu em Belo Horizonte)

Sempre morou na rua? Quando é que você foi para rua?

(Se o entrevistado nasceu em Belo Horizonte)

- Se a informação sobre qual é o tempo que o entrevistado mora na rua não for dada diretamente ou não for obtida por simples dedução, perguntar diretamente.

3) O que significa para você morar na rua. Como você descreve o que é morar na rua?

4) O que significa para você morar na rua em Belo Horizonte. Como você descreve o que é morar em Belo Horizonte?

(Vantagens e desvantagens de morar na rua; o que tem de bom e de ruim em morar na rua em BH; como lida com o preconceito; como percebe o modo como as pessoas tratam e vêem o morador de rua)

5) O que é um morador de rua, na sua opinião?

6) Por que você acha que as pessoas vivem na rua?

7) Descreva o seu cotidiano: como é seu dia-a-dia? O que você faz desde o momento em que acorda até quando vai dormir, normalmente?

8) Como você percebe a questão do trabalho?

(O que é trabalhar na sua opinião? O que é ter um emprego? É preciso trabalhar para ter renda? Por quê? Qual ocupação, emprego ou trabalho você gostaria de ter ou fazer?)

9) Na sua opinião, o que é ser cidadão?

10) Conhece programas e serviços a que a população em situação de rua de Belo Horizonte pode ter acesso? Quais?

11) Você os utiliza ou já a utilizou em algum momento? Se não, por qual motivo?

12) Quais são os seus sonhos? Como você gostaria que fosse o futuro?

(Demandas; necessidades; planos; dificuldades e facilidades para a realização dos sonhos)

13) Como você acredita que esses sonhos podem se tornar realidade?

Roteiro de Entrevista – Técnicos e Dirigentes

- 1) Fale sobre a entidade, o equipamento, o serviço ou o programa no qual você trabalha. Como você o vê no âmbito da rede de atendimento à população em situação de rua?
(que representação é feita do lugar de onde o entrevistado fala)
- 2) Como você percebe a população em situação de rua: que identidade ela possui, qual é o perfil que você atribui a ela?
- 3) Quais são as principais dificuldades encontradas ao trabalhar com a população em situação de rua, levando em consideração o perfil traçado por você?
- 4) Quais são as potencialidades do trabalho com a população em situação de rua?
- 5) Que propostas, caso você tenha, gostaria de apresentar para o trabalho com a população em situação de rua?

Roteiro de Entrevista em Grupo – Trabalhadores da Rede de Serviços

- 1) Para vocês, qual é a identidade da população em situação de rua, que perfil que vocês atribuem a ela?
- 2) Definam o que significa para vocês trabalhar com a população em situação de rua. Quais são os principais aspectos motivadores e quais são as principais dificuldades?
- 3) Que propostas, caso vocês tenham, gostaria de apresentar para o trabalho com a população em situação de rua?

Roteiro de Entrevista em Grupo – Moradores e Egressos (Tema: Domicílio)

- 1) Para vocês, o que define a população em situação de rua? Quem é o morador de rua?
- 2) E em relação à moradia: como vocês entendem a questão da moradia e o que fizeram para conquistá-la?
- 3) Que opinião e sugestões vocês podem dar sobre os projetos e políticas para resolver o problema da moradia?

A partir das orientações dadas, a coordenação da pesquisa definiu, por consenso, quais seriam os entrevistados, conforme é listado a seguir:

- a) gestores e/ou técnicos que trabalham na rede de serviços e parceiros na assistência à população em situação de rua, oriundos da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS); República Maria Maria; Albergue Noturno Municipal; Secretaria Municipal de Saúde – Serviço de Saúde Mental; Centro de Saúde Carlos Chagas; Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL); Pastoral de Rua de Belo Horizonte; Cáritas Regional Minas Gerais; Associação Grupo Espírita O Consolador; Abrigo São Paulo – Sociedade São Vicente de Paulo.
- b) entrevistas com moradores de rua ou com trajetória de rua, num total de quatorze entrevistados (que se encontram listados no Quadro 1).
- c) entrevistas em grupo com trabalhadores (técnicos, monitores, cozinheiros, porteiros, auxiliares de enfermagem, estagiários) de equipamentos e serviços da rede de assistência à população em situação de rua: Serviço de Acompanhamento Sócio-Familiar no Domicílio/Bolsa-Moradia

da SMAAS; República Reviver; Albergue; Centro de Referência da População de Rua; Sopão Mineiro; Centro de Saúde Carlos Chagas; Serviço de Abordagem à População de Rua.

d) entrevistas em grupo com moradores de rua, alguns residindo em ocupações e outros inseridos em serviços da rede de assistência à população em situação de rua, versando especificamente sobre a questão de domicílio.

A seleção dos entrevistados foi feita a partir da indicação, por parte dos membros da equipe e da coordenação da pesquisa, de pessoas que estivessem dentro dos critérios adotados e debatidos coletivamente nas reuniões realizadas anteriormente.

Quadro 2 – Perfil dos entrevistados da população em situação de rua

Nome	Sexo	Idade	Origem (*)	Escolaridade	Tempo de rua	Ocupação Anterior	Ocupação Atual	Situação de Moradia Atual
1. MORADORA A	Fem.	46	Belo Horizonte	7ª série do Ensino Fundamental	-	-	Catação	Ocupação
2. MORADORA B	Fem.	50	Rio Casca	5ª série do Ensino Fundamental	-	-	Aposentado	Reassentada
3. MORADORA C	Fem.	19	Belo Horizonte	6ª série do Ensino Fundamental	Nasceu na rua	-	Dona de casa	Bolsa-Moradia
4. MORADOR D	Masc.	48	Belo Horizonte	5ª série do Ensino Fundamental	4 anos e 5 meses	Arquivista	Bicos	Rua
5. MORADOR E	Masc.	39	Rubim de União	-	21 anos (30)	Pedreiro e bombeiro hidráulico; artesanato	Artesão Rua	-
6. MORADORA F	Fem.	70	Ouro Preto	-	-	-	Rua	-
7. MORADOR G	Masc.	32	Ipatinga	7ª série do Ensino Fundamental	15 anos	Pintor de letra	Bicos	Albergue
8. MORADORA H	Fem.	28	Gov. Valadares	-	13 anos	Empregada doméstica (iniciou com 7 anos)	Bicos	Ocupação
9. MORADOR I	Masc.	39	São Paulo – SP	8ª série do Ensino Fundamental	9 anos	Cartório; DERSA (Pedágio)	Catador	Rua
10. MORADOR J	Masc.	34	São Paulo – SP	2ª série do Ensino Médio (Contabilidade)	-	Encarregado de circo	Catador	Casa própria
11. MORADOR L	Masc.	24	Belo Horizonte	6ª série do Ensino Fundamental	7 meses	Jardineiro; Operador de máquina; barman	Empregado na Sudecap-PBH	Abriço
12. MORADOR M	Masc.	41	Recife – PE	-	11 anos	Polícia Militar; Estatutário	Artista	Bolsa-Moradia
13. MORADOR N	Masc.	29	Jaíba	4ª série do Ensino Fundamental	12 anos	Servente de pedreiro	Vigia de carro	Albergue
14. MORADOR P	Masc.	39	São Paulo – SP	4ª série do Ensino Fundamental	5 anos	Bar/camelô	Aposentado	Bolsa-Moradia

Observação: (*) Os municípios para os quais não consta a indicação de Estado (sigla) pertencem a Minas Gerais.

No caso do grupo de técnicos, a escolha dos entrevistados foi feita levando-se em consideração o serviço e/ou equipamento e a função ocupada pelos trabalhadores dentro dos mesmos. Foram privilegiados esses aspectos porque interessava saber o que tais pessoas pensam dos moradores em situação de rua e que recomendações elas poderiam fazer a respeito de ações voltadas para atender essa população.

Quanto à entrevista em grupo, com os moradores de rua (mas que também contou com a presença de ex-moradores), a escolha foi feita levando-se em conta a diversidade de situações relacionadas com a moradia – tema que se supôs central para essa população. Foi feita uma seleção consensual sobre os nomes que poderiam representar distintas formas pelas quais os moradores em situação de rua percebem a sua condição e se organizam para lidar com a questão da saída da rua.

As entrevistas individuais e em grupo foram realizadas pela equipe, durante o mês de novembro, seguindo os roteiros e as orientações estabelecidas. Realizado em um prazo curto, o trabalho alcançou resultados valiosos, que serão apresentados nas próximas seções deste Relatório.

O empenho e a dedicação foram fundamentais para que a realização das entrevistas pudesse fluir sem maiores percalços. A organização das equipes, bem como o comprometimento de cada um dos entrevistadores participantes foram os elementos-chave para o desenvolvimento da pesquisa.

A seleção dos entrevistadores, que teve como critérios básicos o conhecimento de e/ou a participação em pesquisa e a experiência de trabalho com o público, foi um dos fatores importantes para se alcançar o resultado ora apresentado. Isso porque a organização em duplas do trabalho de entrevista permitiu que fossem valorizados os saberes e as vivências de cada entrevistador, ao mesmo tempo em que propiciou um debate mais direto e pronto sobre as dificuldades metodológicas do trabalho com esse objeto de investigação.

Ademais, o papel dos entrevistadores não foi apenas o de colher um dado ou uma informação. Foi, antes, o de ser um sujeito que, pelo maior conhecimento da realidade social e/ou pela maior proximidade com o público, possibilitou um clima de confiança desejável e favorável para o desenvolvimento da pesquisa, criando estímulos à participação.

Assim, a partir do dia 09 de novembro de 2005, as entrevistas foram iniciadas e, em razão das dificuldades já mencionadas, advindas do curto tempo para sua realização, cinco entrevistas previstas não foram realizadas (quatro com o corpo técnico e uma com um dos selecionados dentre a população em situação de rua).

Uma vez iniciada a fase de entrevistas, foram realizadas duas outras reuniões nas quais se discutiram as dificuldades geradas e também as oportunidades promovidas durante as mesmas. Nesses dois encontros, foram debatidos alguns aspectos das respostas que estavam

chegando. Isso serviu para aprimorar certas abordagens, para dirimir um pouco algumas angústias e para reforçar o envolvimento com o trabalho.

O que se percebeu claramente nessas reuniões foi que, em especial para alguns dos pesquisadores, o trabalho das entrevistas foi iniciado sob forte temor quanto ao que seria encontrado, conforme relatou a maioria deles, em uma primeira reunião, realizada logo após o início do trabalho de campo. O que ficou registrado, contudo, foi a surpresa diante da "facilidade" e da "fluidez" com que ocorreram as entrevistas.

O principal problema inicial, também segundo o relato dos pesquisadores, foi a insegurança diante de uma situação diferente – a do contato com esse público, numa situação de entrevista, e não de abordagem pelo serviço –, mesmo que o encontro tenha sido feito com pessoas conhecidas por eles. Outro problema apontado foi o incômodo gerado, durante as entrevistas, pela realização de anotações (mais do que com a gravação). Nesse caso, a solução que vários entrevistadores criaram foi a de mostrar aos entrevistados o que estavam anotando e explicar por que o estavam fazendo.

Ainda na descrição das dificuldades ou dos fatores limitantes da situação de entrevista, os pesquisadores narraram que a expectativa gerada quando da realização das primeiras entrevistas contribuiu para reduzir o alcance e as possibilidades de exploração dos encontros posteriores. É como se as equipes, após terem percebido eventuais "excessos de zelo", cometidos durante as primeiras entrevistas, tivessem se "armado", o que "travou" a chance de aprofundar ou de explorar detalhes que poderiam permitir comparações, confrontos, qualificações a respeito da fala da população em situação de rua.

Outros problemas identificados – aparentemente de menor monta, mas de significado crucial para a organização de uma pesquisa com um público como o dos moradores de rua – foram a escolha dos locais de realização das entrevistas e eventuais pausas na conversa, provocadas pelo término da fita, especialmente por "falta de atenção" dos entrevistadores.

Se, no primeiro caso, a escolha de lugares familiares e confortáveis para os entrevistados foi condição *sine qua non* para que eles aceitassem o diálogo gravado, houve um prejuízo devido ao excesso de ruído (causado principalmente porque algumas das salas onde as entrevistas foram realizadas eram situadas perto de ruas de grande movimento ou em locais de grande circulação de pessoas, dentro dos prédios). Quanto à questão da "pausa" na gravação, num primeiro momento, ela pode ser percebida como uma questão de natureza puramente técnica ou de "desatenção"; na verdade, porém, ficou evidente que os entrevistadores se encontravam com pessoas para as quais falar para um equipamento era uma novidade – e isso introduziu certo desconforto.

Outro problema apontado refere-se aos pesquisadores que também são servidores públicos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: para alguns, o temor existente foi o da confusão da situação de entrevista com o do atendimento específico e próprio do serviço de

abordagem, já que alguns entrevistadores são responsáveis pelo acompanhamento a certos entrevistados. Essa questão já havia sido pensada anteriormente, e a designação dos sujeitos que cada dupla de pesquisadores entrevistaria foi feita levando-se em conta tal problema. Contudo, o seu aparecimento na situação concreta da entrevista revelou que havia certa tensão, para alguns dos entrevistadores, entre a sua identidade profissional, o seu envolvimento com a população pesquisada e o seu papel como pesquisador.

Uma outra questão surgida durante as reuniões, nas quais se debateu o andamento das entrevistas, foi a dos "esquecimentos" dos entrevistados. Diante de algumas perguntas ou tendo em vista a narrativa construída, em alguns momentos, os entrevistados esqueciam partes da sua história. Nesse aspecto, o desafio para os pesquisadores foi o de evitar a indução das respostas, já que eles conheciam (ou tinham elementos que permitiriam conhecer) – a partir de narrativas feitas em outras ocasiões – aquilo que "faltava" na fala e/ou até mesmo a própria história do sujeito inquirido.

Na verdade, o fato de os sujeitos entrevistados serem conhecidos contribuiu para aumentar a insegurança em muitos momentos: houve constrangimento, preocupação (e, para um entrevistador, um "pânico"), uma vez que o conhecimento prévio que se possuía das histórias das pessoas entrevistadas, muitas vezes, entrou em choque com novas e distintas versões que foram sendo apresentadas ao longo das várias entrevistas.

Nesse sentido, a questão da objetividade da situação foi muito direta e constantemente testada, exigindo uma vigilância que não se adquire facilmente. Isso se expressa também na formulação de uma outra questão surgida durante as entrevistas: a da interpretação que os entrevistados fizeram de algumas perguntas (em especial a relativa ao conhecimento e utilização dos serviços). Nesse caso, notou-se que os entrevistados confundiam nomes, termos, palavras, expressões, personificavam equipamentos e serviços, misturavam impressões com informações etc.

A solução apontada, durante os encontros da equipe, ressaltou a necessidade de que, diante de tais confusões, os entrevistados fossem estimulados, explicitando e usando os termos e vocábulos próprios deles e, ao mesmo tempo, procurando fazer com que eles se inserissem no contexto da questão proposta na situação da entrevista.

Na verdade, se houve uma percepção da existência de "contradições" na fala dos entrevistados (histórias novas, confusões), houve também a convicção de que elas não poderiam ser medidas a partir de uma referência exclusiva dos pesquisadores. De fato, para a equipe, observar e "obedecer" ao ritmo dos entrevistados, ouvindo as lacunas, os silêncios, as (aparentes) incoerências que eram apresentados significou ouvir também respostas – dadas a partir das dificuldades e/ou das possibilidades colocadas pela situação da entrevista.

Nesse sentido é que se pode entender o que quis dizer um dos entrevistadores, que afirmou que as narrativas dos entrevistados eram como "um filminho passando na minha cabeça".

Ao entrar em um "pedaço" do mundo dos entrevistados, os pesquisadores se depararam com imagens e com posicionamentos novos para eles (como o da noção de cidadania definida pela possibilidade de consumo), o que exigiu um aprendizado e um esforço de distanciamento que, conforme pretendemos demonstrar nas próximas seções, foram alcançados.

À medida que iam sendo realizadas as entrevistas, as mesmas foram sendo transcritas e distribuídas, inicialmente, à coordenação, e depois para todos os membros da equipe. De posse desse material, foi selecionada uma equipe de cinco pessoas para proceder à redação do Relatório Final.¹⁹ A escolha recaiu sobre aqueles entrevistadores que já possuíam maior experiência com pesquisa e que dispunham de maior tempo livre, dada a urgência até então vivida.

Primeiramente, essa equipe de redatores selecionou o que considerava serem as questões principais apontadas pelas entrevistas. Foi proposta uma categorização, para efeitos de análise e, a partir daí, surgiu um primeiro roteiro para a construção do Relatório Final, tal como é apresentado a seguir:

- 1- Procedimentos da pesquisa: construção do perfil, construção dos roteiros, condução das entrevistas;
- 2- Propostas e portas de saída (demandas objetivas e subjetivas – fé, otimismo, esperança, etc.);
- 3- Descrição dos equipamentos; instituições, equipamentos, programas;
- 4- Intersetorialidade: assistência, saúde, educação, trabalho e moradia;
- 5- Contexto da vida na cidade e na rua: planejamento, desigualdade, preconceito, discriminação, relação com o poder público;
- 6- Tempo;
- 7- Perfil: o que é o morador de rua? Processo de perda, construção da identidade, situação da rua, aproximações à situação;
- 8- Família: raízes (anterioridade), a família construída na rua;
- 9- Trabalho na perspectiva do povo: experiência anterior, situação da rua, trabalho que é buscado;
- 10- Trabalho na perspectiva dos técnicos;
- 11- Resistência e organização: para sobrevivência, divisão do trabalho, solidariedade, política, alegrias.

¹⁹ O grupo escolhido foi composto por Múcio Tosta Gonçalves, que coordenou essa fase dos trabalhos, e por Carolina Pereira Lyon, Elisabeth Pereira dos Santos, Gladston de Andrade Figueiredo e Marcelo de Roletti.

A partir das (re)leituras das entrevistas e em função dos debates sobre as categorias pensadas anteriormente, decidiu-se por organizar o texto do Relatório da forma como ele se encontra apresentado.

Como toda e qualquer classificação, sabe-se que essa é também, e necessariamente, uma forma de dizer algo que nós – os pesquisadores e os intérpretes dessa realidade – queremos (ou até mesmo gostaríamos) de ver afirmado. Afinal, seguindo os passos de Bateson,²⁰ podemos dizer que,

Em todo pensamento, percepção ou comunicação sobre percepção, há uma transformação, uma codificação entre o relatório e a coisa relatada. Além disso, ao relatar, o investigador classifica; daí que a “denominação” é sempre classificadora. (p. 38)

De toda sorte, mesmo que estejamos classificando e codificando os “nossos” sujeitos, esperamos que a principal contribuição do presente Relatório seja o de permitir que as expressões de uma realidade que **vimos, ouvimos e transcrevemos** possam ajudar a compreender um fenômeno típico dos centros urbanos e que se esconde no trajeto desses moradores da rua.

Após terem sido produzidas duas versões – debatidas entre os participantes desse grupo de redação –, uma terceira foi enviada para debate junto aos demais membros da equipe, incluindo não só a coordenação e os entrevistadores, como outros representantes das entidades e instituições participantes do projeto de pesquisa.

Após uma reunião, realizada em 20 de janeiro de 2006, durante a qual foram discutidos diversos aspectos da formatação e do conteúdo do texto, foi produzida uma quarta versão. Em 07 de fevereiro de 2006, após uma nova reunião da equipe, o Relatório foi finalizado.

6.2- Em busca de saídas: demandas, esperanças, fé O que vem a ser o povo da rua?

Fazendo o que me via forçado a fazer também era compelido a uma constante busca para vencer uma condição em que o *lumpen-proletário* (e não operário) definia os limites ou as fronteiras do que não era gente. Antes de estudar esse processo na pesquisa sobre o negro, vivi-o em todos os matizes e magnitudes. A fronteira que me era negada também era conhecida pela experiência concreta. Na casa da minha madrinha Herminia Bresser de Lima, onde vivi durante uma parte da infância, ou ocasionalmente ia passar alguns dias; e na casa de outros patrões de minha mãe, entrei em contato com o que era ser gente e viver como gente (Florestan Fernandes, Ciências sociais: na óptica do intelectual militante. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, n. 22, setembro-dezembro de 1994).

Então, as pessoas ainda têm esperança de dias melhores. Eles estão em busca de uma moradia, de um trabalho, de ter uma vida digna (MORADORA A).

²⁰ BATESON, Gregory. *Mente e natureza*; a unidade necessária. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

Sonhos, desejos, tanto os objetivos (materiais e simbólicos, tangíveis e intangíveis) quanto àqueles mais escondidos – aos quais alguém pode chamar de subjetivos. Essa foi a porta por onde resolvemos adentrar no universo de quem vive na e da rua; daqueles que, muitas vezes indistintamente somados aos “excluídos”, são percebidos como escória.

Na verdade, são, no máximo, tidos como aqueles que compõem uma parte daquilo que Marx, certa vez, chamou de *lumpen proletariat*: as mais baixas e as mais miseráveis camadas do proletariado, composto pelos setores mais carentes do exército industrial da reserva. A sua renda é tão baixa, e as circunstâncias de vida são tão más, que não podem mesmo ter recursos para uma roupa limpa e não rasgada. São manipuláveis e manipulados e, como agentes a serviço da ordem, servem para lutar contra a possibilidade da transformação social (veja-se, também, a análise sobre o 18 Brumário de Luis Bonaparte, de Marx).

Nessa visão, esse povo compõe-se, obrigatoriamente, daquelas pessoas para as quais, tendo sido negada uma maneira legítima de “ganhar” a vida, recorrem ao ilegítimo; ou seja, são os ladrões, interceptadores, traficantes, apostadores, cafetões, prostitutas, agiotas, pedintes, valentões, etc. São, enfim, uma “classe” de parasitas que vive do trabalho de outros.

Se acreditássemos nisso, nossa pesquisa não poderia atingir os objetivos propostos e nem faria sentido buscar sonhos e demandas que não fossem as materiais. Porém, mais do que a nossa intenção, as entrevistas realizadas demonstraram que o determinismo da posição de classe ou da estratificação piramidal da sociedade é incapaz de entender quem são e como efetivamente vivem essas pessoas.

Por isso, resolvemos começar pelo que pareceria ser o fim (ou a conclusão do trabalho): a porta de saída. Pois é isso mesmo que essas pessoas buscam, saídas. Não se pode acreditar, foi o que ouvimos, que as pessoas desejam viver na e da rua. Se elas o fazem, é porque faltam condições materiais, sociais, políticas, e por questões de ordem subjetiva.

As pessoas que entrevistamos – e muitas outras que foram representadas em suas falas – estão ou estiveram nas ruas por causa das histórias (ora semelhantes, ora não), das contradições do viver, do ser pobre, do ser individual e socialmente reprimido, do ser pessoa numa sociedade capitalista.

É por causa dessas histórias e do desejo de sair da rua que a maioria das propostas apresentadas pelos moradores em situação de rua referia-se ao trabalho e à moradia. Pareceria óbvio que assim fosse, mas isso talvez em nada modifique a percepção anteriormente apresentada sobre o *lumpen*. Contudo, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que o que essas pessoas desejam é viver como as demais.

É nesse sentido que a MORADORA A levanta a seguinte questão: “Por que não faz um planejamento habitacional? O povo não quer de graça não. Que faça uma taxa. Que dê condições

pra esse povo ter o direito de se levantar, se reerguer". Noutra entrevista, essa questão reaparece: "O trabalho é a dignidade do ser humano" (MORADORA H).

Existe expectativa em relação à conquista do emprego formal e também são apresentadas alternativas: "Então, se houver mais oportunidade de emprego, que seja em forma de cooperativismo, que seja alguma forma, ninguém vai ficar sentado" (MORADORA A). Há uma identificação do associativismo como porta de saída para a geração de trabalho e renda para a população em situação de rua: "Né? Igual eu te falei, faço parte de duas associações, quero ver crescer, porque, eu vendo ela crescendo, o que vai estar acontecendo? Eu vou ver os meus irmãos crescerem. Eu vou ver cada um tirar a sua renda. Mesmo que mínima, mas vai ter uma renda" (MORADORA A).

O trabalho, para outros três entrevistados (MORADORA C, MORADOR D, MORADOR E), aparece como condição necessária para a realização do objetivo de morar em uma casa. Um deles, há menos de um ano em situação de rua, associa a trajetória que o levou a essa condição à falta de trabalho e renda (MORADOR D), e relaciona diretamente a possibilidade de mudança de posição com a chance de trabalhar. Acredita que a rua é uma situação temporária, um mau período que está demorando a passar.

Também entre as pessoas entrevistadas, uma que já deixou a rua, e é assistida pelo Serviço de Acompanhamento Sócio-Familiar no Domicílio/Bolsa-Moradia da SMAAS, tem como desejo conquistar uma casa própria, e ela entende que isso é possível somente através do trabalho e do aumento da renda. Para ela, seus sonhos já estão se realizando, pois já não mora na rua: tem casa, embora seja de aluguel, pago pelo Programa Bolsa-Moradia/URBEL, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH); tem sua própria família, estruturada nos moldes tradicionais; seu companheiro tem trabalho. Quer criar seus filhos e sua família com carinho, e proporcionar para eles a estrutura familiar que ela não teve.

Dois outros entrevistados centram seus desejos num futuro vinculado a programas públicos de previdência social: a MORADORA F e o MORADOR G esperam a concessão de aposentadoria; além disso, a MORADORA F deseja ir morar em uma "casa dos pobres", da Sociedade São Vicente de Paula.

Por outro lado, para a MORADORA C, força de vontade é o elemento que viabiliza o sonho: "Porque quem luta, vence. E eu sempre lutei pra que isso acontecesse", diz, referindo-se a casa onde mora hoje e à família que construiu. Ainda conforme diz, referindo-se ao uso de álcool e drogas na rua, "a pessoa afunda, mas quando ela quer subir, ela sobe".

Também se identifica uma proposta de moradia assistida para os moradores em situação de rua portadores de sofrimento mental: "num é que vai excluir elas da sociedade não, jamais. O que eu num quero pra mim eu num quero pros outros. Só ter uma clínica pra pessoas que têm doença mental tipo uma casa-clínica, né? Que a pessoa tem os cuidados certos, na hora certa" (MORADORA H).

Os desejos e as manifestações dos entrevistados também percorrem o campo da realização pessoal, tais como ser feliz ou voltar a estudar. A MORADORA C tem como desejo cursar "até o terceiro ano mesmo. E se eu arrumasse um emprego bom, que desse pra mim pagar a faculdade, eu ia fazer faculdade". E relata, referindo-se ao acesso à escola: "Eu não estudei porque eu procurei vaga na escola, aí quando eu falei que morava lá debaixo do viaduto, eles não abriram a vaga pra mim. Aí eu peguei e desisti de voltar a estudar".

Num outro âmbito, eles dizem querer a paz mundial, a universalização dos direitos básicos da humanidade:

Meu sonho é ver a paz mundial em todos os segmentos, todos os direitos do cidadão realizados, né, mas com trabalho, com dignidade, né, de poder chegar e falar assim: - "Poxa, eu tenho o meu dinheirinho, mesmo que pouco, mas foi suado, foi ganhando honestamente". Sabe? Ver todas as crianças com direito à escola, sem mesmo o comprovante de residência, todas as pessoas terem direito a uma consulta médica, sem precisar dessa mesma burocracia. É de ver as coisas caminharem do jeito que têm que ser (MORADORA A).

É possível identificar as necessidades relacionadas ao acesso aos cuidados elementares da saúde pública, como deixa transparecer a fala de um entrevistado, que demanda saúde e cuidado estético para poder ser reconhecido como cidadão portador de direitos: "A coisa que eu mais desejava na vida era pôr esses dentes. Chegar na Câmara [Municipal] lá e falar: "Será que tem condição de vocês colocarem quatro dentes na minha boca?" (MORADOR I).

O reconhecimento da cidadania do morador de rua aparece também nas entrevistas como um desejo: "O meu objetivo é ser uma cidadã, ser reconhecida pela sociedade, não ser humilhada por ninguém, ter meu serviço e ter minha casa" (MORADORA H).

E ser cidadão passa, então, pelo fim da discriminação, que se revela no momento inclusive de obtenção de documentos de identificação: "Ó, pra eu conseguir uma certidão de São Paulo, eu não consigo. - 'Ah, não tem jeito, não tem jeito' Então, eu ando. Se eu cair aqui duro, não vai ter jeito de você falar: - 'O nome dele é MORADOR I'. Eu não tenho nenhum documento. Então é chato, você é muito discriminado".²¹

Os sonhos se referem, basicamente, à conquista da casa, do trabalho, do direito, da família. Nesse sentido, os depoimentos reforçam firmemente que o fim da discriminação e do preconceito constitui um dos elementos fundamentais que orienta os desejos e as demandas dessas pessoas.

²¹ Todos os serviços da Gerência de Coordenação de Ações para População de Rua (Gecapo-PBH) são orientados, ao iniciar o acompanhamento desse público, a providenciar os encaminhamentos necessários à organização documental do morador em situação de rua. Contudo, parte das pessoas em situação de rua não sabem todos os dados necessários para a busca da certidão de nascimento, às vezes sequer o cartório em que foram registrados(as). Quando a cidade possui poucos cartórios, a Gecapo-PBH pede busca em

O medo provocado pela violência contra a população em situação de rua aparece também na formulação dos desejos. Para vários entrevistados, a violência deve ser eliminada, mas o mais importante é que o direito de quem vive na rua seja respeitado.

As falas parecem revelar que, para essa população, o problema não é apenas o de garantir a sobrevivência física, evitada a violência. É verdade que, por causa da violência, viver na rua é efetivamente não saber o que pode ser o amanhã. Assim revela uma frase do MORADOR I, para quem o maior medo é o de ser assassinado brutalmente: "Eu tenho o sonho de não morrer mal. Eu tenho medo de covardia na rua". Foi possível notar que há, por parte dos entrevistados, uma percepção da relação entre a violência que é praticada contra eles e a sua condição de sujeitos de direitos.

Um depoimento sintetiza o que aparece nessas propostas de sonhos, quando uma entrevistada afirma que

todo ser humano tem direito ao mínimo possível, que é a dignidade, ter o trabalho. Nós em situação de rua não queremos ficar mendigando por um direito que é do povo, um direito de cidadão brasileiro. Porque todos estão à procura de algo; de uma oportunidade para se resgatar a sua própria cidadania, sua dignidade como ser humano, né? (MORADORA A).

6.3- O contexto da vida na cidade e na rua: desigualdade, preconceito, violência

Muito sofrimento, muita revolta, humilhação (MORADORA B).

Nesse ponto, nossa análise se volta a certas dimensões do sofrimento social (humilhação, vergonha, falta de reconhecimento) vivido por categorias subalternizadas e aos efeitos produzidos na dimensão comunitária, social e grupal. [...] este sofrimento não tem visibilidade: ele se inscreve no interior das subjetividades sem, no entanto, ser compartilhado coletivamente (CARRETEIRO, Tereza C. Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2003).

Confrontando os sonhos, o que aparece de forma muito significativa, nas entrevistas, quando perguntados sobre como é a vida nas ruas, é o sofrimento, ao qual há diversas referências, em vários pontos de todas as entrevistas. Um entrevistado define assim a vida na rua: "Na rua é triste. Só você convivendo. Quando você vê, à noite, dá aquele friozinho, neguinho te rouba coberto. [...] Então a coisa da rua é isso, você tem que aprender a sofrer. Sinceramente. Você tem que aprender a sofrer. Se não souber sofrer, você tá n'água" (MORADOR I).

todos. Porém, em São Paulo e no Rio de Janeiro, isso é inviável, devido ao grande número desses serviços existente nessas cidades.

A despeito dessa percepção, esse mesmo entrevistado, ao se definir, mostra como o sofrimento contribui para a construção de sua auto-estima: sou "um grande guerreiro de rua, eu sei como é o sofrimento de rua". De qualquer forma, ainda segundo ele, melhor seria não estar nessa condição, pois "Quem vive na rua é uma tristeza".

Para o MORADOR G, "Ó, morar na rua é um sofrimento, entendeu? Porque você corre muito risco, é, as pessoas te humilham [...] um sofrimento, quem vive na rua vive no sofrimento". Uma entrevistada afirmou que o morador de rua "é uma pessoa comum, que não tem pra onde ir, que a rua é o único lugar assim que te estende, que te abre a mão, é a rua" (MORADORA C).

Para o MORADOR J, a vida na rua pode ser traduzida como "Humilhação. Eu falo isso. Dá pra mim descrever como morar na rua, humilhação. Você fala por muitos preconceitos".

A falta de lugar para se abrigar das intempéries e para guardar os pertences também aparece em várias entrevistas. A MORADORA A ilustra bem a questão com o seu depoimento: "Quando está chovendo, tem que sair procurando uma marquise. Muitas vezes não encontra. No amanhecer do dia, se dormiu debaixo de uma marquise, é uma loja, tem que estar saindo com chuva também, né? Então, é uma vida muito sofrida. É sofrida. É sofrida".

Segundo o MORADOR E, para dormir embaixo de marquise, tem que se organizar: "de manhã, a gente levanta, pega, dobra tudo, abre o tampão do bueiro, guarda, pra retornar à noite pra dormir outra vez, né?".

Para as mulheres, a vida na rua apresenta dificuldades ainda maiores, como, por exemplo, manter a higiene pessoal. A MORADORA A define a questão: "Na hora das suas necessidades, né? É complicado. Na hora que nós mulheres menstruamos, é complicado". Para a MORADORA H: "sacaneia com a pessoa, se for uma mulher, estrupa".

As mulheres entrevistadas manifestam dificuldade com relação ao tema: "Se virando, ué. Enrolava na coberta e fazia até de um banheiro. Na hora do banho ia pra Praça da Estação e tomava banho de roupa. Que não existia Centro de Referência, né? Os albergues só funcionam horário noturno" (MORADORA A).

É constante a referência à discriminação sofrida pelos moradores de rua: "A parte ruim é porque tem recriminação. A gente é muito recriminada. E, assim, há muito preconceito pra gente, né?" (MORADORA B).

Na verdade, existe a percepção de que a discriminação e a negação da cidadania andam juntas: ser cidadão "é a gente poder sair, as pessoas não ficar olhando com olho de incriminar, sabe?" (MORADORA C). Ainda para ela,

Ah, eu acharia que devia ter mais oportunidade pra quem vive na rua, pros dependentes químicos, sabe? Projeto pra ajudar eles. Só. Alguma coisa pra eles ocuparem a cabeça, pra não pensarem bobeira. [...] Mas é só discriminação, sabe? Se eles estão ali, a Prefeitura está em cima, está no pé, e fica só achando

que é bicho Não é bicho, é ser humano, é gente também. [...] E menos discriminação, porque a pessoa fica muito fútil quando a sociedade discrimina. Igual discriminava a gente muito, lá debaixo do viaduto. Tudo o que acontece nas redondezas, eles iam só no viaduto, só no viaduto, que estava o pessoal alcoolizado, os drogados Mas não via que lá debaixo tinha gente humilde, querendo vencer, querendo subir, que tinha gente lá que não ficava naquilo mesmo. Tem as duas opções: tem as coisas ruins e as coisas boas também.

Para MORADORA C, MORADOR E, MORADOR D, e também para os que participaram da entrevista em grupo, a discriminação também se origina da família que não está em situação de rua. O depoimento colhido na entrevista com a MORADORA C é eloquente:

Porque tem parente que não te aceita, é preconceito, principalmente se você não está trabalhando, que isso, que aquilo, muito preconceito. Ai, na rua, qualquer lugar que você chega, que tem um montinho de gente ali, praticamente te estende a mão, mais do que um parente seu que está em casa, sabe? Então, a porta é o pessoal de rua que abre.

Levando em conta todas essas questões, muitos dos entrevistados se referiram à sociedade como algo externo a eles, como algo estranho, do qual não fazem parte – ou seja, existe a sociedade e existe o morador de rua.

Para alguns, essa conclusão não é fruto de uma reflexão, é expressão de um sentimento, de uma vivência. Para outros, é visível que isso seja parte da discriminação. Uma entrevistada, que atualmente vive em uma república, define assim a sua situação de moradora de rua: "Fora da sociedade. Jogada às traças" (MORADORA H).

Para o MORADOR I:

é o que eu acho, que eu faço parte de outra sociedade. Você faz parte de uma, eu faço parte de outra. Porque agora você vai sair daqui, você vai deitar no seu colchãozinho. Não vai? Não vai tomar o seu banhinho? Eu não vou poder. Se eu quiser, eu vou ter que ir lá no BG: "chuuu!" Água gelada. Certo? [...] Você vive, eu vegeto. Eu estou tentando e é o que acontece com todo mundo, você tenta se manter vivo. [...] Agora, já, já você vai sair daqui, não vai? Eu vou deitar ali. Eu faço parte da cidadania? Não, eu sou um número a mais. Eu sou um zero à esquerda. Porque eu acho que nem no IBGE e estou passando. Então, é triste. É a realidade, mas é triste. Entendeu? Nem no IBGE.

Em todas as entrevistas, conforme já mencionado, é ressaltada a violência praticada contra moradores em situação de rua. Os depoimentos contam como é constante o medo de ser atacado:

Mas o único sonho que eu tenho é de não morrer de covardia. Que na rua acontece muito você está deitado, pegar um tijolo daquele e bum!, na tua idéia. Acabou a tua vida. O pouco que você fez ou deixou de fazer, é uma morte besta.

Neguinho te taca tiner aí e taca fogo É a única coisa que eu penso. Eu rezo toda noite, toda manhã, só pra não ter isso (MORADORA B).

Um outro retrato da violência é dado pela forma como os moradores garantem a sua própria segurança na rua: "Só não dormia no mesmo lugar e nem comia no mesmo lugar todo dia. [...] Pra porque, tipo assim, se eu dormisse aqui hoje e amanhã eu fosse dormir naquele mesmo lugar, podia ter alguém me esperando lá, me tocando" (MORADORA H).

Violência e discriminação caminham juntas, conforme os entrevistados deixaram claro. O caso narrado a seguir, pelo MORADOR L, permite entender como isso ocorre, e também ajuda a pensar os motivos dessa sobreposição:

Tive muito preconceito que, às vezes, cê chegava num restaurante pra você pedir um prato de comida, dois três restaurantes não te davam. Mais de dez a quinze restaurante pra frente te arrumava. Os preconceito principalmente é a alimentação que as vez cê chegava num lugar e pedia a pessoa, a pessoa: – "Ah, vai trabalhar, 'cê' tá com um físico bom pra trabalhar, por que você não trabalha?". Eu falei: – "Ah, não trabalho por que cês não tem emprego pra arrumar pra mim, por que se vocês tivessem emprego aí já tinha um jeito de resolver minha vida". – "Vai trabalhar, só, vai procurar, têm tanto jornal", que não sei o quê. Às vezes, eu briguei com uma dona sem mais sem menos, nem comecei batí um papo com ela. Nem conversei, nem conversei nada. Eu cheguei conversei com o gerente, o gerente me arrumou duas maçãs e eu saí andando. Aí ela foi e veio, eu não sabia se ela era dona do restaurante ou que que ela era dona lá, ou do restaurante ou do sacolão, encostado. Não é esse vagabundo que vem aqui todo dia aqui, se marcar é ele que roubou aqui. Aí juntou umas cinco pessoas pra cima de mim querendo bater em cima de mim. Pra brigar mesmo. Aí veio dois seguranças, aí eles tentaram me segurar e não conseguiram não. [...]

Pergunta: E o dono não veio falar que ele te deu a maçã?

Resposta: Não. Não falou nada. Aí no outro dia que que eu fiz. Cheguei arrumadinho, limpinho, lá. Bem arrumado. Aí o segurança falou assim: – "Foi 'ocê' que tava brigando com nós aqui?". – "Foi eu mesmo". Ele falou assim: – "Não cê pode vim direto aqui, que sempre nós damos um prato de comida pro cê aqui". Eu falei: – "Não precisa de nada disso não, que se vocês conversassem comigo da mesma forma que eu converso com vocês tava muito bom pra conversar". Aí deixei isso pra lá

A repressão policial também aparece, em todas as entrevistas, como algo comum nas ruas da cidade: "Uai, a própria polícia. Aqui embaixo mesmo, a praça está ficando bonita. Ficava uma turma ali: – 'Vai circulando, vai circulando'. É dessa forma que são tratados. É dessa forma. Então é forma cruel mesmo" (MORADORA A). Noutra entrevista, a MORADORA B relata que a atuação da polícia era articulada à ação do poder público:

O pessoal da Prefeitura já chegava perto de nós tratando a gente como se a gente fosse um bicho mesmo. Chegava já com a polícia, com aquele caminhãozinho, pegando os carrinhos de papelão de... jogando lá pra cima, ou senão jogava as

Resposta: Não pode. Parece que é taxado: "Porque eu moro na rua".

Pergunta: Você acha que morador de rua é cidadão?

Resposta: Olha, ele é um cidadão. Mas só que ele passa por tanto problema, que esquece o que é cidadão e relaxa, não procura seus direitos. Ele é cidadão, [...] Entendeu? Esse que é o problema, né? Ele pode até pensar que é cidadão, achar que é cidadão, mas outra pessoa não.

E, nas entrevistas, as questões da violência e da destituição de direitos e de oportunidades são também relacionadas às propostas de planejamento do uso do solo urbano, como é o caso do centro da cidade: "Aí elas vão sentar nas praças Quando podia, né? Porque agora, com a higienização, o povo não está tendo nem direito de chegar e sentar na praça" (MORADORA A).

A referência da entrevistada remete a uma questão que foge ao escopo dessa pesquisa, no momento, que é a discussão da natureza da política urbana em curso em Belo Horizonte. Contudo, deve ser registrado que a percepção dada no trecho transcrito acima aponta para uma avaliação negativa que associa as intervenções urbanísticas com a expulsão e/ou com a higienização da população (numa alusão que guarda ecos da conhecida "Revolta da Vacina", que teve lugar no Rio de Janeiro, em novembro de 1904).²⁴

Assim, percebe-se que os projetos em andamento, destinados a produzir uma cidade para todos, não incluí essa população em situação de rua, que é definida pela negação dos direitos. Como afirma a entrevistada anterior: "Uai, transformando a cidade, pra pôr ela mais bonita. E é a expulsão do ser humano, que não tem aonde morar, que vai ficar mais bonita? Não é. Isso é forma cruel. Isso é forma cruel" (MORADORA A).

²⁴ A equipe teve dificuldades em definir as intervenções realizadas como sendo "revitalização" ou como sendo "requalificação". De acordo com Maricato, ambos os conceitos podem ser definidos da seguinte forma: "Na *renovação* há uma mudança no uso do solo devido à instalação, na área central, de novos serviços, ligados aos setores dinâmicos da economia: comunicação, publicidade, gerenciamento, informática, além de serviços de luxo nas sedes de grandes corporações. Os grandes centros comerciais – *shopping centers* – e as redes de comércio e serviço expulsam os pequenos negócios de características tradicionais. Como estes, a população moradora também é expulsa, especialmente pela forte valorização imobiliária que acompanha esses processos. Ao conceito de *reabilitação* (ou *requalificação*) atribuiremos a ação que preserva, o mais possível, o ambiente construído existente (pequenas propriedades, fragmentação no parcelamento do solo, edificações antigas) e dessa forma também os usos e a população moradora. A reforma necessária na infra-estrutura existente para adaptá-la a novas necessidades procura não descaracterizar o ambiente construído herdado. Nos edifícios busca-se fazer 'intervenções mínimas' indispensáveis para garantir conforto ambiental, acessibilidade e segurança estrutural" (MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001).

6.4- Quem é o morador de rua? Processos de perda e de construção da identidade

Por falta de opção. Porque ninguém está na rua porque quer. (MORADORA A)

Em linhas gerais, mesmo que pareça fácil definir o morador em situação de rua (especialmente pela comparação da sua condição negativa), pode-se dizer que existe certa dificuldade em identificar o que é, de fato, ser morador de rua. É isso que se percebe a partir do depoimento da MORADORA H:

Olha, morador mesmo de rua, eu descrevo ele como uma pessoa que precisa de ajuda, sabe? Que pode, pode ser, às vezes a gente acha que nem a gente que já cansou de achar pessoa bêbada, alcoolizada, ou drogada, mas ninguém vê o sofrimento daquela pessoa. Porque todo mundo tá acostumado a apontar os defeitos, os defeitos é muito fácil de apontar, o ruim é apontar as qualidades. Tem morador de rua que cê olha pra ele assim, e ele chora, que ele já foi um cidadão brasileiro, teve tudo, hoje em dia não tem nada, tá ali humilhado, jogado às traças, todo mundo passa e ainda chuta. Então eu acho, eu descrevo o morador de rua como uma pessoa que precisa de muita ajuda, muita ajuda e muito acolhimento, não importa a situação dele. É tentar conversar com ela e tentar acolher ela na melhor forma possível. Se é uma pessoa que mexe com droga, manda pra Tóxico, se é uma pessoa que é alcoólatra, pede pra ir no A.A.,²⁵ ver se consegue encaminhar ela ao A.A., como diz assim, conversando nas palavras, porque não é chegar lá e pegando a pessoa e levando, porque tem pessoa que não aceita isso. Então é isso que eu tenho a falar do morador de rua, acho que o morador precisa de ajuda. [...] Que eu acho que morador de rua, ele cata um papel, ele dorme debaixo da marquise... mas não agride ninguém, não ataca ninguém hora nenhuma. Ele chega assim perto da sociedade pra pedir uma ajuda, pra pedir uma comida. Eu num acho que eu num sei explicar direitinho o que é um morador de rua não.

Para o MORADOR I, a identidade de quem vive nas ruas é pautada por desafios, já que "Na rua é um sistema, é uma coisa eu não vou falar nojenta, porque eu estou nela. Mas é crítico. [...] Eu estou tentando... e é o que acontece com todo mundo, você tenta se manter vivo". Já para o MORADOR G:

Então existe vários... várias tipo de pessoas que vivem na rua. Não existe um só tipo de pessoa. Tem bandido, tem gente que trabalha, que vive na rua, que não teve oportunidade, então é uma coisa que... como é que se diz? que não dá pra definir ao certo, que tipo de pessoa que vive na rua. Só se for assim, minuciosamente assim, né, conversando assim, é que dá pra saber. A maioria que vive na rua é gente boa, a maioria, mas tem uma minoriazinha que é vagabundo, que é bandido.

Nas palavras do MORADOR L, o morador de rua é

²⁵ O entrevistado refere-se à Associação dos Alcoólicos Anônimos, popularmente conhecida pela sigla AA.

aquela pessoa que levanta todo dia cedo, que pega sua bagagem, que deixe olhar mais pra frente. Deixa mais pra frente assim se sua vida pode assim recomençar, né? Levanta cedo, pega sua bagagem anda, anda, anda, anda o dia todo. Naquele mesmo dia, naquele mesmo trajeto anda, anda, anda e não tem mais volta, parece com uma batalha que não tem mais fim. Que eu acho que um morador de rua é isso. E o que eu me lembro é assim.

Pergunta: Pega a bagagem...

Resposta: É. Pega a bagagem assim, exemplo. Tem muitas pessoas que carregam uma sacola, bolsas pesada, né? E o dia todo às vez no sol quente. Às vez quando tá chovendo tem que esconder Eu acho assim o morador de rua passa muitas batalha. Às vezes tem uns que já sai dali da onde que ele convive, né? Onde que ele convive uma coisa certa, não é uma coisa certa dele. É uma coisa assim, um lugar pra ele, pra ele não ficar tomando muito sereno pra não ter uma doença. Tem gente que já levanta cedo, uns já vai catar papel, outro já vai catar latinha. Ali tem outro que, nego fica sabe, assim, o dia todo naquele mesmo lugar, ele não sai até ele voltar pra o trajeto onde que ele tava. Todo dia a mesma coisa, a mesma, mesma coisa. O que um morador de rua passa não é fácil. Eu vejo, não é fácil. São muitas batalhas.

"Trecheiro", "maloqueiro", morador de rua, mendigo, "pardal", "artista" da sobrevivência, etc. Essas são algumas das denominações que os moradores se atribuem. Na verdade, nenhum dos entrevistados conseguiu deixar claro que se percebe como pobre, apesar de terem falado do lugar social de onde vieram – famílias residindo em periferias, famílias pobres, trabalhadores de profissões braçais e mal remuneradas etc. Todos se percebem como um sujeito específico, e os valores que permitem definir essa identidade parecem ser profundamente marcados pelo peso do preconceito sofrido. Conforme analisou uma das técnicas entrevistadas: "A situação de quem tá na rua, ela é violenta, ela é triste, ela é degradante de se ver, de viver e de se ver" (TÉCNICA B).

Nesse sentido, buscamos perceber como é que os técnicos e dirigentes de organizações e instituições públicas e privadas relacionadas ao atendimento à população em situação de rua percebem essa população, uma vez que isso pode auxiliar a entender as causas da carga negativa que a autodefinição feita pelos moradores e egressos da rua revelou.

Numa vertente, as opiniões apresentadas por esses entrevistados apontam que se deve ter cuidado com as generalizações.

Na prática, eu tenho visto nas diversas... tipos de moradores de rua, cada indivíduo e cada um tem um jeito de se organizar, acabam classificando, que eu tenho observado são os padrões de pensamento. Então, na escala de um a dez, os que tão querendo ir pra rua ainda têm aqueles pensamentos ainda de estrutura familiar, aqueles conceitos, né? Os que tão lá na rua há muito tempo vão descendo nessa escala e vão ter padrões de pensamentos que vão valorizando esse coleguismo da bebida, vão mudando padrões de conceitos que vão regendo, né? Porque todo ser humano é fiel aos seus princípios, só que os princípios deles vão mudando nessa escala. Então, todo trabalho que a gente tem tentado lá na equipe de saúde é tentar fazer subir nessa escala de conceitos, né, que eles passem

a valorizar outras coisas e busquem essas outras coisas, né? Lá na equipe, a gente, dependendo do caso, a gente classifica de farol verde, amarelo, ou vermelho. O vermelho é aquele que tem que quase carregar no colo, porque ele não dá conta de nada e se eu não ajudar, ele vai morrer. Urgência; o amarelo precisa de cuidados maiores, né? E resgatar a autonomia, se a gente continuar passando a mão na cabeça, a gente mantém, é por egoísmo nosso, a gente não quer deixar ele crescer, e o sinal verde a gente dá autonomia mesmo, aposta que ele vai conseguir e tenta olhar pra frente. E nós tamos com um grande problema, dentro desse perfil. É a questão dos que... É uma transição: os que tão caindo pra rua ou os que tão subindo da rua. Tá difícil entrar nesse mundo fora da rua e acostumar com esses outros conceitos, então, dentro desse perfil, acho que é muito importante pensar nesses que tão nessa transição (opinião emitida por participante da entrevista em grupo, realizada em 17/11/2005).

Para a TÉCNICA A, "eu vejo o morador de rua como alguém que rompeu todas as redes relacionais. Ou que as tem extremamente fragilizadas. [...] Então, também tem, nesse modo de vida, ele é cercado pela solidão, além da precariedade material, além da precariedade relacional, até por ter pouquíssimas redes relacionais, eles são extremamente solitários".

Isso se apresenta explicitamente na surpreendente e reveladora informação dada por uma das participantes da entrevista realizada, em grupo, com os técnicos. Ao abordar as questões da saúde mental, ela disse que acompanha um "morador de rua que eu nunca ouvi a voz dele". Falando da identidade dessa população, a TÉCNICA B afirma que ela

é heterogênea. São homens, mulheres, crianças cada vez mais famílias inteiras morando nas ruas pelas situações mais diversas: ou porque tem problema familiar com esposo, com pais, com filhos, ou porque a vida inteira nunca teve condição mesmo de morar em outro local ou, às vezes, morava de aluguel, mas por perda do emprego, da falta de condição, acaba indo pra rua. Tem os portadores de sofrimento mental e enfim, o perfil é muito diferenciado. Tem as pessoas que vêm pra cidade, em busca de condição melhor de vida e, muitas vezes, acaba não encontrando, e a rua é o único local que resta. A gente sabe que, aqui, em Belo Horizonte, mas também em outras capitais, por conta do tráfico, muita gente acaba descendo das vilas para o centro tem a questão dos trecheiros, que também é um perfil da rua, e tem coisas que são particulares e comuns a determinados grupos, que às vezes não é comum a toda população, por exemplo, a população que é albergada tem aqueles que estão na rua mesmo tem quem ocupa áreas, viadutos, imóveis que uma característica comum é ... normalmente, são famílias ou, ou grupos de amigos, ou mesmo que seja solteiro, que queira constituir um núcleo familiar.

Os entrevistados percebem o perfil dos moradores em situação de rua como o mais heterogêneo possível, inclusive no que diz respeito a alguns aspectos definidores da estratificação social: são pessoas de ambos os sexos; de diferentes idades; solteiras, casadas, vivendo sozinhas, com amigos ou com familiares; vindos de diferentes regiões do país; aqueles que vivem, por assim dizer, fixos (os "pardais"); os que viajam pelo país afora ("trecheiros"); os que ocupam uma área, e, ainda, aqueles que estão a cada dia em um diferente ponto da cidade. Existem,

também, aqueles que utilizam os serviços e equipamentos oferecidos pela PBH; e aqueles que prescindem desses serviços, utilizando-se de outras estratégias para sobreviver, como, por exemplo, certo vínculo com comerciantes e moradores do local em que vivem.

Por outro lado, há pontos de convergência na história dessa população. Um deles é a experiência de perdas sucessivas – quer seja dos laços familiares, quer seja da capacidade de obtenção de renda – que os leva às ruas. Os problemas familiares são causados ou acentuados pelo uso do álcool, de drogas ou, ainda, da violência. E, no que se refere à questão da renda, essa perda acaba acentuando o processo de empobrecimento de uma população já pobre. Existem, também, os portadores de sofrimento mental, que tanto pode ser a causa como a consequência da estada nas ruas.

Outro ponto de convergência na construção do conceito de população em situação de rua, para os técnicos, é óbvio: a não referência fixa de moradia. Como bem lembra a TÉCNICA D, mesmo que essas pessoas ocupem uma área, elas não são proprietárias, ou seja, a instabilidade, a insegurança, a transitoriedade são marcas da condição e da identidade dessa população.

Um consenso entre as opiniões dos técnicos é que a condição de vida degradante, que dificulta a percepção que esses sujeitos deveriam ter sobre seus direitos como cidadãos, e influencia negativamente a sua auto-estima, é outra marca dessa população e um desafio para o trabalho com eles.

Já a TÉCNICA A questiona o conceito de população em situação de rua, porque os próprios moradores o consideram “discriminatório e excludente”. Ela é enfática ao afirmar que “poderia ser qualquer um de nós”, porque os perfis e motivos que levam as pessoas para essa situação são dos mais variados. Talvez, a precariedade socioeconômica seja um fator comum. Contudo, nem todos passaram por situação de extrema pobreza. São pessoas oriundas de famílias muito pobres, em geral, e que se esforçam para se manter.

Não, espera lá, população de rua, não, mulheres em situação de rua e crianças pequenas. Eu acho que a gente faz o diferencial nesta lógica que massifica a população, a gente provoca essa reflexão: – “Quem é essa população?”, até porque eu tenho uma birra desse negócio de falar que a pessoa é da rua. Ninguém é da rua. (TÉCNICA A)

Caracterizando especificamente o público atendido por ela, essa entrevistada comenta que uma parte das residentes do equipamento que gerencia possuem “um nível de comprometimento mental” porque viveram na rua. São traumatizadas porque a mulher está, na rua, muito mais exposta à violência do que o homem – especialmente à violência sexual, que resulta em gravidez não desejada ou, às vezes, em um aborto praticado sem os cuidados básicos. Assim, além do comprometimento à saúde física, existe o dano psicológico.

Ainda com relação à condição feminina, a entrevistada acredita que a nossa sociedade é “muito machista” e destaca como a violência, na família, é responsável pelo desequilíbrio

emocional da mulher e de sua saída de casa, ou pela expulsão ou pela fuga. Há, também, aquelas que foram parar na rua porque os companheiros as abandonaram. Para a TÉCNICA A, “o que elas colocam o tempo todo é que é preferível apanhar de alguém na rua do que de alguém que você gosta e espera proteção em casa”.

A TÉCNICA A acredita que os moradores em situação de rua são pessoas que, se tivessem tido oportunidades no passado, teriam dado outro rumo para suas vidas, desenvolvido melhor suas potencialidades. Confirma essa afirmação o fato de as mulheres (residentes de um equipamento) dizerem não acreditar que viveram na rua sob condições tão adversas. E, quando se vêem em melhores condições, esforçam-se ao máximo para não retornar à rua. O desafio, para elas, “é sair de um grupo com trajetória de rua e se incluir num outro grupo”. Assim, segundo essa entrevistada, depois que a pessoa consegue se estabilizar, ela não quer mais voltar para a rua.

Já para a TÉCNICA C, o morador de rua pode ser caracterizado como alguém que sofreu um processo de perda de laços relacionais e de empobrecimento, causando-lhe um sentimento de “fracasso”. Para ela, é importante que se entenda a idéia de processo, de certa desconstrução do sujeito. Assim,

o morador de rua não brota da rua, ele não nasce assim, na rua. A chegada à rua e essa condição, ser morador de rua, é, antes, de tudo, uma condição na qual determinadas pessoas se encontram. Normalmente, eles têm, na história dessas pessoas, o que a gente percebe é uma série de sucessivas perdas que vão condicionando esse modo de vida. Perdas que vêm desde aquelas que foram provocadas por um deslocamento, por uma migração em busca de alguma outra coisa, num outro lugar, e o fracasso dessa busca desse sujeito, numa situação de desamparo, de solidão.

A entrevistada chama a atenção para a importância de se perceber que as pessoas que vivem na rua estão realmente vivas, porque é essa percepção que torna possível acreditar que é possível ajudá-las a encontrar uma saída. E, é claro, as estratégias para superar essa condição não são as mesmas para todos. Ainda segundo a mesma entrevistada, o poder público propicia os recursos e tem que perceber que cada indivíduo constrói o seu caminho e deve ter autonomia para isso.

Um dado positivo, apontado pelo TÉCNICO D, é a percepção de que a população em situação de rua se apresenta atualmente como mais “emancipada”:

as pessoas se colocavam muito no lugar de vítima: – “Eu sou um sofredor da rua”. Era muito esse discurso, que eu acho que felizmente não tem mais hoje. O morador de rua, ele razoavelmente emancipa em alguns aspectos. [...] hoje eu vejo o morador de rua mais conscientizado.

Ele também considera que não existe uma população em situação de rua, mas várias, e as divide em dois grupos: uns menos predispostos a sair da rua (“os calções”), que é um público

mais difícil de trabalhar porque causa "uma certa aversão" nas pessoas que estão próximas a ele; e outros mais predispostos ("um público mais de pé"). Esclarece que não é porque a pessoa esteja em melhores condições que ela estará totalmente predisposta a sair da rua; na verdade, segundo o entrevistado, ela está somente um pouco mais predisposta.

Ao contrário do que apontaram outras entrevistas, o TÉCNICO D acredita que o morador de rua "tem aquela sensação de liberdade" e encontra prazer em permanecer na rua.

Ainda no tocante a esse tema, a TÉCNICA E considera que o perfil da população em situação de rua vêm mudando com o tempo: hoje, são pessoas com problemas familiares causados por envolvimento com álcool e drogas; tem aquelas que perderam emprego. Esse grupo (desempregados), para a entrevistada, é a novidade, porque não tinham "trajetória de rua". Para ela, essas pessoas estão nessa situação por conta da crise econômica.

Ainda para a entrevistada, também existem pessoas com sofrimento mental, difíceis de cuidar em razão das muitas deficiências do sistema de saúde e também porque, algumas vezes, a família não aceita cuidar dessas pessoas.

Para a TÉCNICA E, existem mais homens do que mulheres nas ruas; ela também estima que existam mais negros do que brancos, e a escolaridade varia entre eles. Segundo ela, a maioria é "alcoolista". Muitos não bebiam e passaram a beber com os antigos moradores de rua para não ficarem sozinhos, para serem incluídos no novo grupo ou para suportarem a vida na rua. Ela acredita que existem pessoas que se acomodam, vivem alcoolizadas e não fazem nada para sair dessa situação; por outro lado, há aquelas que buscam a mudança.

Eu vejo pessoas aqui que se acomodam um pouco nessa situação. Quase todos os dias estão alcoolizados, aí, sai daqui de manhã e fica sentado na esquina, a gente não vê movimento da pessoa para sair. Muitos a gente vê esse movimento sim, de sair, levanta, vai procurar uma coisa pra estar fazendo, pra adquirir seu dinheiro, mas uns ficam parados, dependendo dos outros. Não é geral essa cultura, a população de rua não é homogênea. (TÉCNICA E)

6.5- Resistência e organização: sobrevivência, trabalho, alegria, política, solidariedade

Você vai adequando a sua vida ao que pode. Entendeu? (MORADOR J)

O preconceito, a violência, a carência e a necessidade de sobreviver, na fala dos entrevistados, são os ingredientes que, combinados, geram a resistência e a organização. Essas começam a partir da obediência às regras da rua, pautadas pelos valores do respeito mútuo e da solidariedade. É daí, inclusive, que se pode pensar em muitos dos medos e dos sonhos anteriormente apresentados.

As estratégias para sobreviver são distintas, mas podem ser, basicamente, divididas entre as individuais e outras coletivas. Para Paugan,²⁶ a busca de alternativas individuais para sobreviver relaciona-se, também, ao modo como os pobres são encarados e tratados socialmente. Para esse autor,

Quando a pobreza é combatida e julgada intolerável pela coletividade no seu conjunto, seu status social é desvalorizado e estigmatizante. Os pobres são, então, mais ou menos compelidos a viver sua situação no isolamento. Procuram dissimular, no seu meio, a inferioridade de seu status e estabelecem relações distantes com aqueles que são próximos de sua condição. A categoria social a que pertencem é heterogênea, o que aumenta, ainda mais, o risco de isolamento de seus membros. (PAUGAN, 1999, p. 41)

Pelos depoimentos, ficou evidente que alguns preferem, de fato, ficar sozinhos. Associam a idéia de grupo à bagunça e maior probabilidade de repressão policial e atração de violência por parte de muitos possíveis agressores (como pessoas voltando de festas e mesmo outros grupos de moradores de rua), pois um grupo chama mais a atenção do que uma ou duas pessoas. O MORADOR G costuma andar com apenas um colega.

Na rua, é comum ter conhecidos; já os amigos são raros. Também o MORADOR D associa a idéia de grupo de moradores com confusão, e é por esse motivo que procura ficar sozinho. Acha que, na hipótese de uma agressão policial a um grupo de moradores de rua, seria poupado do suposto tratamento violento dado aos outros, caso conseguisse explicar sua situação: está na rua porque está desempregado, não morou na rua sempre e logo vai conseguir sair dessa fase.

A MORADORA C, por sua vez, nunca gostou de morar na rua, porque considera que existe muita bagunça, muitas drogas e bebidas. Ela se definiu como sendo uma pessoa mais quieta, que gosta de tranquilidade e, hoje, prefere manter distância de seus antigos colegas para não se envolver com drogas novamente.

Ou seja, permanecer só é, na opinião expressa pelos entrevistados citados, aumentar as chances de sobreviver, evitando-se a violência. Isso se reflete inclusive quando se pensa na questão, constantemente referida, da violência cometida contra eles enquanto dormem.

Nesse caso, as mais variadas táticas para garantir a segurança são usadas, como relata o MORADOR I, que possui um cão do qual se utiliza para se defender: "O Chuck está aí que ele me acorda. Porque é um bunda-mole de mala e cuia. Eu pego, amarro ele na cordinha aí, ele fica deitado do lado de fora. Aí, se passou alguém, parou, ficou olhando muito pro carrinho, ele late. Aí eu latiu, eu acordo. Aí eu: - 'Opal'; Aí corre".

²⁶ PAUGAN, Serge. Fragilização e ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XX, n. 60, p. 41-59, junho de 1999.

É também constante o relato do revezamento na hora de dormir, para poder garantir a integridade física e até mesmo a sobrevivência: "Faz um revezamento. Ele dorme, eu olho. Eu durmo, ele olha. Ou então, o sono leve. Até hoje eu tenho o sono leve, se pôr a mão, né, em mim, eu acordo. As vezes, só da sombra da pessoa passar perto de mim, eu acordo" (MORADORA H).

A referência à exposição a agressões gratuitas aparece também em outros depoimentos. A MORADORA F fala de "pessoas de outros bairros" que vêm "atacar" o pessoal "daqui de baixo".

O MORADOR D e o MORADOR E entendem que dormir na rua é perigoso. Ambos referem-se à imolação de pessoas dormindo na rua, temendo-a devido ao episódio que vitimou o pataxó Galdino Jesus dos Santos, queimado em Brasília, enquanto dormia (porque, conforme sugerem relatos atribuídos aos réus, foi confundido com um mendigo) ou por causa de já terem ouvido falar de casos similares ocorridos em Belo Horizonte.

No entanto, além de se proteger, é fundamental criar maneiras de guardar as coisas: "Tem uns caras que roubam coberta, filha. Sabe o que é isso? Esses buracos da Cemig? Normalmente o pessoal morador de rua guarda a roupa ali. Põe dentro do saco preto, e guarda a roupa lá. Normalmente maloqueiro vai lá e te rouba" (MORADOR I).

O MORADOR E relata que, para garantir que não perderá os acessórios necessários para dormir embaixo de marquise, "de manhã, a gente levanta, pega, dobra tudo, abre o tampão do bueiro, guarda, pra retornar à noite pra dormir outra vez. Né?".

O uso de álcool e de drogas ilícitas também aparece como uma das táticas de resistência ao sofrimento da rua. É nesse sentido que afirma MORADOR I: "Na rua você não fica sem beber. Infelizmente".

As drogas atravessam a trajetória dessas pessoas, mas não porque elas estejam na rua. Não se pode reduzir uma questão à outra, apesar de estarem muito interligadas. Pelo que ouvimos, algumas pessoas as evitam, outras não; algumas entram no universo do alcoolismo e do uso de distintos tipos de drogas alucinógenas, mundo do qual não conseguem ou não desejam mais sair, já outras passam por esse mundo e dele conseguem sair; e algumas vêm para a rua por causa da droga. É o que relata o MORADOR J:

que eu fui pra rua, foi mais a liberdade. Porque eu já tinha uma liberdade dentro do circo, né, mas conhecer novos cruzar novas fronteiras, né? E eu era um cara que eu não tinha muita cabeça. Eu estava bem, mas a droga fazia eu descontrolar. Muitas atitudes que eu tomei, eu tomei com droga na cabeça. De abandonar o circo E isso foi motivo de drogas. Então, eu acho que o que me levou mais a sair do circo e viver na rua, foram as drogas. Foram as drogas, né? E hoje, graças a Deus, eu dei um basta nisso.

De acordo com a MORADORA C, o uso de drogas e álcool é um determinante para que uma pessoa passe à situação de rua: para ela, a pessoa vai para as ruas "muitas das vezes é

porque gosta assim de usar as bebidas, as drogas deles, parente às vezes não gosta que usa na casa dele, aí vai pra rua, porque na rua tem de tudo, do pior até o melhor".

Concordando, o MORADOR G afirma que foi através do álcool que ele passou a morar na rua também. Antes de vir para Belo Horizonte, bebia pouco, não era alcoólatra. Para ele, o álcool é um vício: "O álcool é uma fuga, né? Porque, geralmente, quem tá na rua não almoça, né? Aí, a maioria da população em situação de rua é tudo alcoólatra, então a gente acaba se enturmado com eles e e vai bebendo. Entendeu? É a única forma de que a maioria tem pra agüentar o tranco da rua".

A MORADORA C já fez uso de drogas, mas conseguiu livrar-se disso sozinha, conforme se pode depreender do seu depoimento:

Aí, eu vendo esse pessoal cheirando *thinner*, sabe, aí de embalo eu entrei, me viciiei, fiquei um tempão cheirando, sabe? Praticamente eu gastei a minha juventude assim, só estragando a minha mesmo naquilo. E sem motivo, né? porque ali parece que a pessoa quer se suicidar aos pouquinhos. Aí, graças a Deus, libertei daquilo e consegui sair. [...] primeiro eu não estava conseguindo não, eu parava e voltava, parava e voltava. Aí pega por quê? Porque eu convivia muito com aquilo. Eu estava revoltada. Aí pegou, depois de um certo tempo eu pedi pra arrumar uma psicóloga pra mim. Achei que estava ficando doida já. Aí pega que ela arrumou. Aí eu fui só uma vez também na consulta dela. Aí eu peguei e falei assim: - "Ah, eu não preciso tanto de tratamento assim não, eu sou capaz". Eu falei: - "Eu sou capaz". E desde isso eu peguei e não voltei mais não. Isso não tem muito tempo não, vai fazer uns dois anos só. Aí eu peguei e também parei de ir na rua, larguei aquela vida pra trás, sabe, estava decidida a tocar minha vida pra frente. Não vou lá Aí eu só passo e cumprimento o pessoal, não fico mais na rua, agora só quieta dentro de casa Eu só procuro fazer uma atividade que ocupa a minha cabeça, alguma coisa que ocupa a minha cabeça. Porque mente vazia é oficina do diabo.

Mas a sobrevivência não se dá apenas pelos recursos da "fuga" e da ação isolada de proteção à vida. Ela está também associada ao trabalho e às formas de obtenção de renda. De fato, a maioria dos entrevistados associa renda ao trabalho. A MORADORA C afirma que, para ter renda, "tem que trabalhar. Tem outras formas, mas só quem optar as formas erradas. A forma certa tem que trabalhar".

Além das atividades de catar e vender materiais reaproveitáveis (recicláveis), de vigiar e lavar carros, outros expedientes variados são utilizados para obter renda. Um dos entrevistados, por exemplo, vende, com um colega, camisinhas que ganha.

Adicionalmente às relações que desenvolvem, entre si, para obter trabalho e/ou renda, e àquelas mantidas eventualmente com transeuntes, os moradores de rua buscam manter relacionamentos com as pessoas do entorno onde vivem. Fazem pequenos serviços, ajudam a manter a área limpa, etc. Essa relação também serve para garantir que não sejam expulsos e que as pessoas os vigiem enquanto dormem: "Eu vou adulando ela. Mas não na maldade, só pra eu

ter o meu cantinho. Porque aqui, se ele quiser me tirar, ou um outro senhor, me tira toda hora. Você vai adulando a pessoa" (MORADOR I).

Ainda no que diz respeito às estratégias de sobrevivência, a solidariedade aparece como sendo importante elemento que liga aqueles que a sociedade rejeita. Nesse sentido, a figura da liderança na rua é fundamental para entender como se pode suportar coletivamente as agruras e os preconceitos.

Algumas dessas lideranças chegam até a receber o título de "Pai de Rua" ou "Mãe de Rua": "Pai da rua é quem coordena. Daí, você fala uma coisa, se ela está discutindo contigo, daí: - 'Chama ele lá'. Daí eu vou, falo: - 'Ô, gente, pára aí, tal' Os caras sossegam. Aí é Pai da Rua" (MORADOR I).

Essa figura exerce autoridade sobre as outras, como aparece em outra entrevista: "Quando eu estava na rua, eu punha eles pra lavar a roupa deles. Lá no Centro de Referência, tomava banho e lavava a roupa deles. Eu ficava lá vigiando. Eles me obedeciam demais" (MORADORA B).

A solidariedade e as trocas sociais fundamentais para a organização coletiva são baseadas na definição de uma divisão do trabalho para o atendimento das necessidades diárias, conforme relata a MORADORA A:

Então, ali todo mundo era bem recebido, era bem chegado, todo mundo comia, todo mundo bebia, a gente fazia vaquinha Você entendeu? Foi aí que eu aprendi a viver em coletividade. Foi com o povo da rua que eu aprendi; a todo mundo trabalhar junto, e buscava uma água Eu lavava roupa pra todos, né? E buscava uma água, outro buscava um pouquinho de arroz, outro ia, saía, magueava, encharcava,²⁷ pedia um dinheiro pra comprar uma carne, uma cachacinha Você entendeu? O povo da rua ele é muito unido. Tem um espírito solidário, sabe? Se você está numa roda ali com a população de rua, se você soube chegar, você é bem recebida. [...] É. As vinte cabiam também. Por quê? Nossa cama era um papelão. Então, cada um arrumava o seu pedaço de papelão e dava. Todo mundo se unia. E o negócio acontecia. Comprava um sabão Tudo dentro de uma casa, o que precisava. Né?

Também para manutenção da higiene os grupos se organizam para ajudar os que possuem maior dificuldade de se cuidar. Citando o exemplo de uma outra moradora em situação de rua, a MORADORA B conta: "Então, nós tínhamos ela como avó, né? Mas era eu que cuidava dela, né? Porque ela não andava. Eu dava banho Eu levava pro Centro de Referência".

Os grupos se organizam para garantir a sobrevivência nas ruas e para executar as tarefas necessárias à manutenção do local onde dormem. Cada um faz uma tarefa naquele dia, em nenhuma entrevista aparece menção à existência de funções determinadas. Essa organização

²⁷ O entrevistado está se referindo, respectivamente, aos atos de pedir e de achar.

reflete-se no conceito que os moradores possuem da vida na rua e possibilita, a eles, a consciência da importância da solidariedade nessa situação.

Pode-se perceber, pelas entrevistas, que essa organização nos grupos gera uma solidariedade reconhecida pelos moradores de rua:

Nunca ganhei um abraço dos meus filhos. Só do meu neto. No meu aniversário nunca me deram nada, nenhum dos dois; só desprezo. Os da rua não, é festa, é refrigerante, é tudo o que eu quero. Eu não bebo, mas eles compram refrigerante, vem um com salgado, vem um com churrasco quando eu venho pra rua. Natal eu venho pra rua. Eu me sinto muito feliz no meio deles (MORADORA B).

A solidariedade e a organização aparecem como elementos que proporcionam a resistência dos grupos para se manterem na cidade, e estão relacionadas com a percepção que essas pessoas têm do seu lugar na sociedade. Um depoimento que aponta isso é retirado da entrevista em grupo com pessoas selecionadas em meio à população em situação de rua:

E aí com muitas reuniões, com muitas conscientizações, as pessoas começando a participar de outras coisas, que algumas pessoas começaram: - "Não, a gente quer mudar, a gente quer aqui pra morar". E foi se organizando. Algumas pessoas iam saindo, faziam cursos Só que quando a gente a maioria das pessoas iam que restaram, os bagunceiros saíram, conseguimos cercar as casas, mas antes disso a gente ia na Regional lá perto, a gente não conseguia ser atendido. Porque a gente não era reconhecido como morador do bairro. Assim, a distância não é nem são três quarteirões de onde que eu moro na Regional. E a gente não era reconhecido como morador do bairro. E, assim, pra qualquer coisa que a gente precisasse, a gente não era atendido. E hoje as pessoas, assim, eles passam lá, viram mudança mesmo, hoje, a gente pelo menos o grupo lá, eles entram na Regional, eles atendem a gente melhor hoje. Mas, assim, foi com muita luta, a gente teve que brigar muito. O pessoal do posto de saúde, eles não faziam quando a gente chegou lá, eles não quiseram fazer cadastro de ninguém que morava ali. Também com muito custo a gente Eu mesma engravidei do meu terceiro filho, não fiz pré-natal, porque eles falavam que lá não tinha endereço, a gente não tinha comprovante de nada, então a gente não tinha comprovante do posto. Então, foi com muita persistência também que a gente conseguiu, através do pessoal do Conselho Tutelar, que a gente foi atrás Se a gente tivesse ficado quieto, a gente não tinha conseguido assistência médica. E até pouco tempo atrás, pelo menos um ano atrás, a gente procurava, os moradores de lá procuravam serviço e não às vezes a gente sabia que tinha vaga, ia na empresa, sabia que tinha vaga e quando falava: - "Eu moro em tal, tal lugar". - "Não, essa vaga não tem mais, já foi preenchida". A gente sabia que tinha. Então, assim, a conquista foi aos poucos. A gente foi tendo que mostrar que estava ali era pra das boas, porque o pessoal que mora nos prédios em frente, ele sempre passa lá, pára pra conversar, pára pra perguntar sobre as outras pessoas que já saíram, que estão lá...

Pergunta: É isso? Vocês invadiram. Então, pelo que você está dizendo, a pessoa que invade é confundida com morador de rua? Tem o mesmo...

Resposta: Não, porque lá também a maior parte é ou foi morador de rua. Então...

Pergunta: E aí sofre uma discriminação.

Resposta: Isso.

Pergunta: Por que você acha?

Resposta: Olha, eu acho que, no começo, foi porque não tinha organização.

Pergunta: E o que acontecia?

Resposta: Não tinha organização, tinha muita droga, muita confusão, muita gente passava e via todo mundo sentado, bebendo, pedindo dinheiro. Assim, não tinha organização nenhuma mesmo. Tinha uns que a minoria que queria estar se organizando, estar melhorando, mas tinha também um, dois, três, que tinha muita...

6.6- As raízes e a família (des)construída na rua

tem muita gente aqui que tem família e não volta pra família não (MORADOR N).

Esse tema foi talvez um dos mais difíceis e complicados de tratar com os moradores e ex-moradores em situação de rua que entrevistamos. Muitas vezes, os relatos – que não podem ser generalizados – eram marcados pela tristeza da lembrança. Outras vezes, eles eram traídos pela memória, que trazia à tona as contradições de quem, hoje, não reconhece (ou não consegue mais reconhecer) os laços familiares antigos ou originais – mas que ainda os tem impressos. Nesta seção, então, buscamos apenas registrar como essa questão é lida, descrita, sentida, vivida.

A MORADORA H não tem mais contato com a mãe, que cria o seu filho de 11 anos. De vez em quando, ela se encontra com ele no Restaurante Popular. “Olha, eu fui reconhecer minha mãe eu já tava com quinze anos. Só que, até hoje, eu não considero muito a minha família a minha família não. Eu prefiro ficar longe”.

A relação com a mãe é conflituosa, tendo chegado à situação de uso de violência física:

Quando ela pede pra mim ir atrás dela, pede pra alguém vim me avisar pra mim ir atrás dela, eu começo a tremer de medo. Fico pensando, imaginando que ela vai me bater, que ela vai me humilhar. Porque o ano passado ela me bateu, com corrente e cadeado, aí que eu revoltei mais ainda. Pensei assim: – “Pôxa, essa mulher não gosta de mim”.

Nesse contexto, a dificuldade de manter o contato mais próximo com a família é justificado da seguinte forma: “Eu fui acostumada a andar... a não ter contato muito com as pessoas” (MORADORA H).

Já a MORADORA A mantém contato com a família. Houve conflito, na adolescência, com o pai. Possui filhos e netos e convive com todos: “É, meu pai, meus irmãos. Né? Porque,

apesar de eu ter saído de casa, eles nunca me abandonaram, né?”. Para ela, os membros da família: “São as minhas raízes; estão todas plantadas aqui. Aqui os meus filhos hoje, graças a Deus, os meus netos, tudo moram perto de mim; no mesmo terreiro, no mesmo espaço”.

A MORADORA B foi abandonada pelos pais biológicos por ter engravidado solteira. Foi adotada por uma família, em Belo Horizonte, mas assim que esses pais adotivos morreram, foi internada em clínica psiquiátrica e os seus dois filhos foram para uma instituição. Hoje, não tem mais contato com os irmãos. Sabe onde mora o mais velho, mas não tem nenhum tipo de contato com ele, que vive em São Paulo. Ela vive com o neto, já que a filha, mãe do garoto, foi assassinada.

Uma família que a acolheu e ajudou, durante o período em que foi internada, é uma referência familiar para ela: “Aí apareceu uma família, que até hoje me acompanha, sabe, e me deu uma força, né, pra me conhecer do passado, saber como que eu era sempre fui trabalhadeira, sabe, e tudo. Achei uma injustiça ele fazer isso comigo, né? E foi e me tirou” (MORADORA B).

Já o MORADOR I, muito contundente, alega não ter nenhum contato com a família: “Contato nenhum. Meus pais morreram, a minha família acabou. Eu tenho dois irmãos em São Paulo. [...] Não tenho contato, nem vontade tenho de ter”.

O MORADOR N revela, laconicamente, uma situação que parece ser, na opinião dele, bastante comum:

É, eu vim, pra Belo Horizonte, eu cheguei em Belo Horizonte desde os cinco anos de idade. Morei lá no São Lucas, engraçado é que tem muita gente que tem família e mora na rua, mas não era pra eu estar na rua não, você chega aqui, dependendo igual à criança e fica na rua tem tanta paternidade pra registrar igual a bolsa de aluguel e eu não quis pegar.

A família da MORADORA F é de Ouro Preto. Nunca foi casada. Seus pais morreram quando ela era jovem e um primo, que mora no município de Nova Lima, é seu único parente consanguíneo ainda vivo. Há muito que ela não o vê. Apesar de ter declarado ter com esse parente uma amizade muito forte, confessou que considera os amigos que tem como sendo sua família, hoje.

O MORADOR E veio do Norte do estado para Belo Horizonte, aos quatro anos de idade, com os pais e muitos outros irmãos que possuía. O pai bebia muito. Desde menino, afirmou que apanhava dos pais e fugia de casa. Em uma de suas fugas, resolveu internar-se na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), por vontade própria. Para tanto, aproveitou a ocasião em que uma Kombi dessa instituição passava recolhendo menores em situação de risco. A partir desse momento, foi dado como perdido para a família. Permaneceu na Febem até os 18 anos de idade, quando, então, passou a alternar tentativas de inserção em empregos e constituição de família com a morada na rua, onde, hoje, se encontra.

As relações com a família, marcadas por tensões, são projetadas no tempo, de forma não muito linear. Em seu depoimento, que descreveu sua ida para a rua como resultado da fuga da violência doméstica, o MORADOR E apresenta uma família extensa, bem como informa que mantém contatos com ela, e que seus parentes sabem que ele vive na rua. Perguntado sobre como obtém renda para sobreviver, ele respondeu que o dinheiro que ganha serve para comprar o cigarro e o "meu cartão telefônico pra ligar pra minha família" e também para ajudá-la; "É. Na hora lojinha lá no interior. Pequena, mas... Só porque ele casou, né? Negócio de mexer com vídeo". A descrição que ele faz da família é rica em detalhes:

É, tudo... Tem um que é desenhista, que é o mais velho, tem 41, eu tenho 39 não, 40, eu tenho 39, o outro 38, é a minha, tem o caçula, que é o Wallison Quer dizer, hoje o pessoal fala: - "Por que você não vai pra casa dos seus irmãos?". Meus irmãos hoje é o pessoal de rua. Aqueles ali que são meus irmãos. Que eu não sou discriminado com eles. E a gente chega na casa dos irmãos e sente discriminado, né? Agora, o de rua não, o de rua já tem uma amizade, já sabe conversar... Aqueles que não gostam de conversar, eu não converso... Né?

Ele também fez referência a outros membros da família com os quais tem contato: a mãe (que sempre vem à capital para tratamento médico); uma irmã (moradora do bairro Olaria, na Regional Barreiro, em Belo Horizonte, e que é a pessoa de quem mais gosta); uma tia (que também mora em Belo Horizonte); e o pai (com quem se relaciona apenas formalmente, devido à "revolta" causada pela violência sofrida, quando criança, pela ação deste). Existem também três filhos (duas mulheres e um homem), uma neta e uma ex-sogra (assim considerada, apesar de nunca ter casado).

Já o MORADOR G tem mãe, pai e irmãos: "Eles moram em roça, fora, em cidadezinha do interior". Saiu de casa por deixar de tolerar as tentativas de disciplinamento dos pais a respeito da ingestão de álcool e do abandono da escola. Voltou a visitar a família em Ipatinga "umas quatro ou cinco vezes". Segundo ele, não pode ficar lá porque sua família não tem situação financeira boa o suficiente para o acolher.

Segundo o relato da MORADORA C, ela nasceu na rua. Sua avó iniciou a trajetória da família na rua, a despeito de algumas idas e vindas de residência em casas: "A minha avó sempre morou ali [sob o viaduto]. Morou ali acho que vinte e três anos, ali debaixo da ponte. Ai foi nesse que eu nasci".

Ela é filha única, e considera que foi criada pela avó. Não tem boas relações com a mãe que, em sua opinião, não gosta dela, não a queria desde a gravidez e nunca cuidou dela adequadamente. Ela procurou sozinha sua escola para estudar. Brigaram a vida toda e, aos quinze anos, decidiu sair de casa: "nós duas éramos iguais inimigas dentro de casa, brigando, me

dava vontade de voar nela, de bater nela. Eu também não ia bater, né? Mas, pra mim não fazer isso, eu preferi sair de casa".²⁸

Ela não foi criada nem assumida pelo pai e apenas ouviu rumores a respeito dele. Saindo de casa, foi morar no mesmo viaduto que sua avó, mesmo lugar onde a mãe não demorou a se instalar, em uma "casa" que fez para si.

A MORADORA C acabou constituindo família. Seu companheiro atual não tem trajetória de rua. Têm filhos e, hoje, têm casa, por intermédio do Programa Bolsa-Moradia. Ela tem uma convivência muito próxima com a avó, que passa muitos dias em sua casa e a ajuda a cuidar dos filhos. Ela queria que a avó pudesse morar com ela. Sua mãe também é assistida pelo Programa Bolsa-Moradia, na mesma situação de vizinhança que tinham quando moravam no baixo do viaduto.

Quanto ao MORADOR D, ele nunca teve família estruturada nos moldes tradicionais. Sua mãe ficou grávida quando era solteira, e foi discriminada pela família. Seu pai morreu antes do nascimento dele, e a mãe passou a depender do sustento de um irmão. Começou a trabalhar cedo, entrou em conflito com o tio, que o sustentava e à mãe, e distanciou-se um pouco do resto da família. Quando a mãe faleceu, há 13 anos, acabou de perder os laços familiares com primos e tios. Foi demitido do emprego aos 44 anos de idade e nunca mais conseguiu trabalhar "fichado".

A partir daí, perdeu a estabilidade de moradia: deixou de ter residência fixa e passou a pagar pensão para dormir enquanto tinha dinheiro. Há cerca de dois anos, sem dinheiro e sem ter onde morar, começou a dormir de favor em um posto de gasolina, em Contagem, junto com um vigia. Nessa época, andava duas horas por dia do centro de Belo Horizonte até o posto para dormir. Assumiu o emprego de vigia no posto e continuou dormindo lá. Quando perdeu o emprego, há seis meses, passou a dormir em calçadas, sob marquises.

6.7- O tempo

Mas é difícil simplesmente habitar o lugar que se habita, sem perguntar pelo tempo. Não posso não perguntar pelo tempo; é um estilo de vida e de morte. (Wesley Peres, "Casa entre vértebras ou Ensaio para uma carta a ninguém")²⁹

A permanência na rua cria uma percepção do tempo distinta daquela noção que aprendemos por força da lógica da organização social do trabalho. Para os moradores em

²⁸ A casa à qual a entrevistada se refere é uma habitação construída em um baixo de viaduto, em Belo Horizonte.

²⁹ Disponível em <http://salafernandopessoa.zip.net/arch2005-11-27_2005-12-03.html>, acessado em 19 de dezembro de 2005.

situação de rua, o tempo não é cronológico, e nem segue a suposta linearidade que suas histórias aparentam.

É por isso que uma dos entrevistados descreveu que a sua situação "É um tipo de liberdade, porque antes eu vivia como uma prisioneira, na rua, mas como uma prisioneira. Porque num tinha hora pra nada, num tinha como fazer nada" (MORADORA H).

Ou, ainda, como revelam esses outros dois depoimentos:

Aquela sensação que é o seguinte: a rua, ela que impõe os limites. Você não tem hora pra levantar, você não tem hora pra deitar. (MORADORA A)

Então, é aquele negócio, você perde a noção da vida, você fica assim meio perdido. (MORADOR I)

Para o MORADOR E, a medida do tempo é mesmo singular, e é marcada pelas necessidades da vida e pelo trabalho:

Pra quem vive na rua, é tudo prolongado, é tudo certinho. Não tem feriado, tem dia normal... O feriado pra quem é pessoal de rua, não tem os locais onde que dá a comida pro pessoal de rua. Está tudo fechado. Mas quem vive na rua, tem muitos que catam latinha, cata papelão pra se manter. E aqueles que não fazem nada na rua? Né? Tem uns que não gostam, não pedem nem um prato de comida no restaurante. Uns ganham o dinheirinho deles pra almoçar no Popular. E se não tiver o Popular, vai almoçar aonde? Vai esperar... Igual quem fica no Albergue, vai sair de manhã cedo, só com o café no estômago, vai esperar até oito horas da noite pra jantar no albergue? Né?

Pelo que contaram outros entrevistados, na rua, os dias parecem ser todos iguais, e as diferenças que existem são marcadas pelo fato dos equipamentos e dos lugares onde se consegue comida estarem abertos ou fechados, por exemplo.

Mas, existem aqueles que conseguem vincular a organização do tempo a objetivos claros, como a própria sobrevivência ou a busca do emprego, que é visto como a condição para sair da rua. Esse é o caso do MORADOR D, que, ao descrever como despense o tempo durante os dias, afirmou que, cotidianamente, procura emprego (inclusive comprando jornais populares quando sobra algum dinheiro), distribui cartões para obter renda, procura encontrar conhecidos que sempre tiveram papel relevante na obtenção de renda, emprego e comida e, quando está pessimista, procura "gastar" o tempo para o dia passar rápido, indo em biblioteca, pois gosta de ler.

Mas o tempo foi também referido, nas entrevistas, como possuindo uma outra dimensão, que não a cronológica. Os técnicos referiram-se à questão do tempo do usuário, medido a partir de sua capacidade de responder e da natureza de suas respostas às intervenções feitas pelos Serviços de Abordagem e Acompanhamento. Para o TÉCNICO D,

Eu já vi pessoas dizer, "Ai, que saudade do meu viaduto"; uma família inteira e gerações que foram habitar debaixo do viaduto que não dão conta, já foram duas vezes pro Bolsa-Moradia e não dão conta de se readaptar em uma casa, então para esse, eu preciso todo de um longo processo, e aí vem uma outra dificuldade, que é a questão do tempo político, o tempo do morador de rua é um tempo oposto ao tempo político, que existe um tempo político tanto no município, município enquanto Prefeitura, instituição, né? E o tempo político da sociedade, que exige uma certa pressa pra que a gente tire essas pessoas da rua, a palavra é que existe na sociedade, que nos dificulta o tirar mesmo, é recolher, né? [...] que existe na sociedade, que nos dificulta o nosso trabalho, porque é eles querem que a gente chegue e retire as pessoas da rua, e nós não trabalhamos nessa perspectiva, na perspectiva, porque nós não acreditamos nisso, na perspectiva da retirada, da higienização a gente não acredita nisso; porque o morador de rua, a gente entende que ele precisa de um tempo, e ele tem um tempo dele, o tempo que ele precisa pra sair da rua, para elaborar do seu processo, de saída da rua e esse tempo, a sociedade, ela não nos permite, claro que a gente não vai se dobrar à leitura equivocada que a sociedade tem, que tem que chegar e recolher, e tá tudo limpinho.

6.8- Instituições, equipamentos, programas

Nesta seção, são apresentadas as percepções que os moradores de rua e egressos da população em situação de rua que participaram das entrevistas individuais e em grupo possuem dos equipamentos e serviços públicos e privados que prestam assistência a eles.

A MORADORA H descreve como se sente a respeito da sua condição e do que representa, para ela, o serviço prestado pelos equipamentos e pela política pública voltada para a população em situação de rua:

Então é isso que eu tenho a falar do morador de rua, acho que o morador precisa de ajuda. Eu já precisei muito e, geralmente, eu tive que pôr a boca no trombone, porque senão eu tava às traças até hoje. Apesar que eu não tô tanto assim fora da rua, que eu tô numa República, é um pé dentro da República e outro na rua, mas mesmo assim, mesmo assim, eu vi as pessoas do lado de fora, as pessoas, os moradores de rua, depois que eu saí da rua e chorei junto com eles, que aquilo ali não é vida pra nenhum cidadão.

E é a carência de acesso a esse tipo de serviço que fez com que a MORADORA F tenha ido morar nas ruas da chamada área hospitalar de Belo Horizonte, com a finalidade de ficar mais próxima do atendimento médico, uma vez que problemas de saúde dificultam sua locomoção: "Sabe porque eu vim ficar aqui embaixo? Porque eu estava com problema nas juntas, ia ficar mais perto do hospital".

A rede de atendimento municipal à população em situação de rua é identificada pela MORADORA H como uma conquista desses atores:

Olha, antigamente era bem precária, agora tá melhorando. Com lutas e tudo mais, mas tá melhorando. Eu também tô junto com as pessoas no Fórum da

População de Rua, tô fazendo de tudo pra melhorar mesmo. Porque hoje em dia, o morador de rua ele tem escolha, ele não precisa mais só ficar na rua. [...] ele pode ir no Posto de Saúde, se ele tiver doente, tem lá um médico pra atender ele.³⁰ Eles pensam que é exclusão, eu num acho que é exclusão, eu acho que ele precisa de uma pessoa pra cuidar dele.

O atendimento aos moradores de rua no Centro de Saúde Carlos Chagas é identificado muito positivamente por todos os entrevistados. Para a MORADORA H:

Tem um médico que entende a história dele [do morador de rua] de vida e sabe aonde encaixar ele. Tem uma assistente social e um médico pra atender aquela pessoa, num importa o jeito que ela esteja vestida. Tá ali pra atender. Modéstia à parte, não puxando saco, mas ele é ótimo médico, sou apaixonada com ele, que ele é muito bom. Apesar dele ficar só dando amitriptilina pra gente, mas ele é ótimo médico. [...] Então acho ele muito bom.

Em outra entrevista: "Ó, o melhor lugar que tem, graças a Deus, é o doutor Cláudio, aí no Carlos Chagas. Ele é o médico do povo".

A Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte também é citada, nas entrevistas, como uma entidade que acompanha os moradores de rua, oferecendo-lhes condições para organização. Como afirma a MORADORA H: "Então, há um espaço do morador de rua, eles fizeram esse espaço. Num quer dizer que o morador de rua tem que ser excluído não".

Outra entrevistada completa: "Mas só que tem que a Pastoral está sempre nos apoiando. Mas só nós do projeto, que moramos nesse conjunto. A Pastoral preocupa só com nós. Principalmente eu, né? Eles têm medo de eu fazer Porque eu tomo muito remédio, né?" (MORADORA B).

A Associação dos Catadores de Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte (ASMARE)³¹ é citada por vários moradores de rua como local que possibilita trabalho, geração de renda e capacitação, através da realização de cursos. Ela é definida pelo MORADOR J como uma associação que realiza trabalho social,

onde o que tem a gente divide um pouco lá entre a gente. [...] não ganho muito, mas esse pouco que eu ganho, hoje dá pra mim viver [...] a ASMARE abriu as portas pra mim quando eu estava mais precisando porque eu tinha resolvido parar de usar droga, né, estava querendo voltar pra sociedade de novo, aí ela abriu as portas pra mim, eu estou lá até hoje, é dela que eu tiro o pão, a comida dos meus filhos, da minha filha, da minha esposa, né?

³⁰ A entrevistada refere-se à equipe do Programa de Saúde da Família, exclusiva para a população em situação de rua, disponibilizada pelo Centro de Saúde Carlos Chagas.

³¹ Fundada oficialmente em 01 de maio de 1990, a ASMARE foi o resultado de uma ação de movimentos sociais e da Pastoral de Rua, na organização da população em situação de rua que vivia dependente do trabalho de catação de recicláveis para diversos depósitos e atravessadores de papel, papelão, plástico e metais.

A atuação da ASMARE não se reduz à geração de empregos. Para o MORADOR N, que trabalhou como catador de papel, na rua, para um depósito de materiais recicláveis, a Associação oferece "outros modos de trabalhar lá dentro, sem mexer com papel, igual a outras pessoas trabalham. Eu nunca trabalhei lá não, fiz curso. [...] [de] Instrumento [Musical]. [...] Aprendi foi, aprendi tudo eu acho, tambor, e uns outros negócio aí".

Também a TÉCNICA F aponta o papel relevante da ASMARE, construindo a sua análise a partir do depoimento de moradores de rua ouvidos por ela:

Acho que a ASMARE, quando implantou a coleta de lixo,³² foi fundamental para a cidade como um todo. Pegando individualmente as famílias que trabalhavam com o lixo, recolhendo lixo, mas, pela falta de conhecimento, falta de informação, eles também se sentiam lixo no meio desse lixo. Eu vi grandes depoimentos, extremamente sensíveis, dessas famílias, quando perceberam a importância que tinham para a cidade. E a gente vendo como cidadã, [...] vendo o crescimento, a relação que essas pessoas vêm tendo com a cidade. Antes era aquela coisa, né, ameaçador para as crianças, né? Hoje [...] a organização para te roubar, ameaçador para as crianças, né? Hoje [...] a organização proporcionou um sentido mais coletivo para a ação deles. Mais coletivo e de respeito, de dignidade.

Os entrevistados identificaram, também, uma rede ampla que atende, de alguma forma, aos moradores de rua. Observa-se que essa rede não está institucionalizada e que os moradores usam-na indistintamente como apoio, durante o tempo de permanência na rua e/ou no processo de saída da rua. Por outro lado, conforme revela o depoimento do MORADOR J, a cidade e a rede de serviços de assistência tomam-se parte da vida e dos roteiros dessa população:

Eu acho que pra gente requerer a dignidade aqui, pra mim, no meu caso, eu precisei de muita ajuda. Né? Ajuda e influências que eu tive. Porque BH é um dos únicos estados [sic] e cidades que eu já passei, que tem um programa de assistência social com a Pastoral, né, a Pastoral de Rua. Tem outros programas, tem ali o, o Centro de Referência, que ali você consegue se juntar com o povo de novo, né, começar a conversar, e tem a assistente social, tem uma turma de lá que conversa muito E, além deles serem profissionais, são amigos. Entendeu? Então, eu acho que é por aí que a turma procura sempre BH.

O Centro de Referência da População de Rua, equipamento da PBH, é reconhecido como espaço de convivência e citado, em várias entrevistas, também pelos serviços que oferece: "Eu levava pro Centro de Referência Porque lá fica os moradores de rua. Se você for lá agora, você vê, lá tem o lugar de lavar a roupinha deles Nós íamos pra lá, lavava roupa Né?" (MORADOR B).

³² Na verdade, a ASMARE não implantou nenhum programa de coleta. Ela organizou a população de catadores e catadoras que viviam em situação de rua e foi beneficiária da alteração na legislação

Um ponto que é citado em várias entrevistas é a lotação dos equipamentos municipais de atendimento à população em situação de rua. As Repúblicas, que atendem um número menor de pessoas, aparecem como modelo de atendimento mais qualificado que, para uma entrevistada, deveria ser empregado nos equipamentos de albergamento:

E como existe a República Reviver e a Maria Maria, que fossem criadas pequenas repúblicas, pra que não ficassem tão cheias, né, igual é no albergue, igual é no abrigo, né? Que fossem criadas pequenas repúblicas em lugares diferentes. Né? Muitas vezes Igual tem pessoas que vão, pernoitam lá no Abrigo São Paulo. (MORADORA A)

O Albergue Municipal Tia Branca é também citado:

Tem televisão, tem lugar deles dormir, tem a casa, tem uns lugar legal pra eles, tudo bem. Mas eu não aceitei aquele negócio deles comer em bacia, de pegar lençol, roupa pra eles, pegar com luva, sabe? Porque eu acho assim, se tem um órgão da Prefeitura que alguém te dá alguma coisa, material pro cê com uma luva, é sinal que ela não te conhece, ela não sabe seu estado de saúde. Então devia ter uma regra, um, tipo assim uma escala da saúde das pessoas e evitar isso no meu caso, isso é discriminação. Cê pegar uma roupa de cama e dá pra uma pessoa com uma luva, acho que é discriminação. Até chorei de ver aquilo. Não gostei de ver eles comendo naquela bacia. Falei: "Jesus! É porco?" (MORADORA H).³³

O fato de ser um equipamento que só oferece pernoite aparece como fator importante para os entrevistados, mesmo que existam restrições: "Mas você tem que sair de manhã, se você tiver uma mala, você tem que sair com a mala. Você entendeu? Não pode ficar lá guardado" (MORADORA A).

Algumas pessoas alegam preferir dormir nas ruas, não gostando de dormir no Albergue, mesmo com a insegurança que essa decisão acarreta. Na fala do MORADOR I: "Fiquei um tempinho no Tia Branca, daí eu não me enquadrei, tinha muita gente esquisita lá, eu preferi ficar na rua". O MORADOR N considera que ter que utilizar o Albergue

não é vida não, ali não tem liberdade nenhuma. Igual muita gente fala, não tem liberdade nenhuma.

Pergunta: Porque que não tem liberdade? Como é que é não ter liberdade?

Resposta: A senhora, quando chega na casa da senhora, a senhora não liga a televisão e deita na cama e fica assistindo a televisão até no outro dia? [...] A senhora, quando chega na casa da senhora, a senhora não liga a televisão e fica lá

municipal que, em 1992, instituiu que organizações associativas e cooperativas teriam preferência na destinação do material coletado seletivamente pela PBH.

³³ No Albergue Noturno, não existe a prática do uso de luvas, de entrega de lençóis e nem doação de roupas. A utilização de luvas é feita pelos funcionários responsáveis pela faxina, atendendo à legislação sanitária, e não para atendimento dos usuários.

assistindo a televisão e depois desliga de novo? Ter liberdade pra mim é isso! Lá não tem liberdade nenhuma! Lá não tem liberdade nenhuma! Liberdade é a na casa da gente.

Para o MORADOR E, mesmo sabendo que outros moradores de rua não gostam do albergue, por acreditarem que na rua existe maior liberdade, "o Albergue não é cadeia, é a mesma coisa de a gente estar dentro da casa da gente, sem a gente estar escondendo de discriminação igual eu acho que tem alguém que rouba, né, do relento, tem um banho, tem a dormida, tem a janta, o café da manhã E pronto".

Ainda segundo o MORADOR E, "Atendimento pra mim mesmo quer dizer, tem a Pastoral que me ajuda demais, não reclama né, tem a Pastoral, o Albergue também, toda vez que eu vou lá, tem a porta aberta pra mim. O Centro de Referência eu depois eu já fui na Asmare umas três vezes. Trabalhando num negócio".

Já para o MORADOR G, a passagem pelo Albergue auxilia a estruturar ou a organizar o dia:

Aí, quando é geralmente lá pras 5 horas da tarde, a gente vai e sobe lá pra Tia Branca, o Albergue, pra poder tomar um banho e jantar. Ó, eu acordo geralmente 6 horas, hoje em dia, no Albergue, eu acordo 6 horas, aí eu lavo o rosto, vou tomar um café, aí quando é 7 horas eu saio.

O Abrigo São Paulo também aparece nas entrevistas. Referências foram feitas ao fato de esse equipamento encontrar-se localizado distante do centro da cidade, o que dificulta o acesso dos moradores de rua ao local. Também é apresentada a limitação do pernoite. A MORADORA A sugere o desenvolvimento de atividades diurnas no Abrigo São Paulo:

Bom, então, já que eu estava falando de abrigo, né, o abrigo, ele acolhe, sai de manhã, tudo bem. Uma idéia que eu acho que poderia ser feita com o abrigo, ao invés de ser Abrigo, poderia... esses moradores em situação de rua que vão pra lá, que têm que sair pela manhã, que haja uma capacitação e durante o dia se torne uma linha de produção. Aí o que vai estar acontecendo? Eles não vão precisar ter que ficar saindo, né, carregando malas pesadas, e eles estarão produzindo. Aqueles que não tiverem aptidão pra uma linha que for montada lá dentro, tanta terra abandonada, tem muita gente que gosta de mexer com plantação. Seria produção pro país. Muita mão-de-obra. E todos querem na pesquisa que foi feita lá, todos querem um trabalho.

Ainda quanto a esse tema, o MORADOR I referiu-se ao serviço de fornecimento de passagens para retorno à cidade de origem, prestado aos moradores de rua, pela Secretária

Municipal Adjunta de Assistência Social. De acordo com ele, na "Tupis",³⁴ eu já peguei duas passagens lá pra São Paulo".

Como um dos equipamentos citados pelos entrevistados, aparece o "Olho Vivo",³⁵ como sendo "aquele que está te vigiando" e "monitorando", chegando a verificar pessoas que estavam "até três dias com as calças arreadas no mesmo local".

São várias as possibilidades para a obtenção de alimentos, roupas e remédios que aparecem em todas as entrevistas, a maioria identificada como iniciativas ligadas a pessoas bondosas, bem como a grupos ou a instituições religiosas. Conforme depôs a MORADORA H:

Eu sempre ia na [Igreja da] Boa Viagem tomar um banho, eu ia lá pegar um remédio, eu ia lá pegar uma roupa, conversava com os padres e eles arrumavam dinheiro pra mim comer, quando eu não conseguia arrumar. E mesmo pra mim tomar banho na rodoviária, eles me davam dinheiro, quando não podia tomar banho lá perto. Então, eu usei muito esses órgãos. Usei o [Hospital Psiquiátrico] André Luiz, usei tem um outro um moço que num tô lembrando dele mais, o nome dele, mas ele me ajudou demais. É num sei se é Alfredo, Sr. Alfredo que ele mora lá na Serra. [...] Dr. Alfredo, é isso mesmo. Então ele quando a gente chegava na casa dele, ou ele mandava buscar o remédio na farmácia dele ou então ele dava o dinheiro pra gente. Pra gente ir comprar. Passava lá e pedia ele, falava que tava sem comida em casa, ele vinha e dava o dinheiro da cesta todo ou mandava comprar a cesta básica. Sempre foi muito útil pra nós. Até hoje tá sendo pro povo lá da Serra. Que ele falou que enquanto ele num morresse ele num ia parar de ajudar os pobres. Toda vez que chega perto dele e bate bate a campainha da casa dele, ele tá de braços abertos e um sorriso largo pra atender qualquer um. Uma pessoa muito querida. Não é de nenhuma instituição, não faz parte de nenhum grupo de das pastorais nenhuma, mas sempre foi uma pessoa de bom coração, sempre ajudou a gente.

O MORADOR D, por sua vez, ressaltou o papel dos Serviços de Abordagem e de Acompanhamento como importantes para a (re)constituição do sujeito:

Porque, na minha opinião, você está ali na rua e tem uma pessoa que você pode desabafar ali, e você desabafando o que você está passando, né, e aquela pessoa do outro lado te escutando, querendo te ajudar, é ótimo. É ótimo. Ali você transfere mais uma oportunidade de uma pessoa querer te ajudar também, né?

³⁴ O entrevistado refere-se ao endereço onde se localiza essa, Secretaria, em Belo Horizonte: Rua Tupis, no centro da cidade.

³⁵ O entrevistado referiu-se ao "Programa Olho Vivo", concebido pela Lei 15.435, de 11/01/2005, e alterado pelo Projeto de Lei 2.136, de 18/03/2005. Esse Programa consiste na instalação de câmeras de vigilância no hipercentro da cidade de Belo Horizonte, com o intuito de promover maior segurança e garantir a volta da população à área de comércio. De acordo com a PBH, faz parte "de um pacote de medidas [inseridas no Projeto Centro Vivo] para reduzir os índices de criminalidade nas principais áreas de risco da capital e Região Metropolitana", e o critério escolhido para implementação das câmeras "foi realizado pela PMMG, que apontou as áreas com maior índice de criminalidade em cada uma das regiões" (*Diário Oficial do Município de Belo Horizonte*, 15/01/2005).

Além de você querer, tem uma pessoa que está querendo te ajudar, né? De uma forma ou de outra, está querendo te ajudar.

Pergunta: Você daria alguma sugestão para fazer o trabalho melhor ainda?

Resposta: Não, eu acho que é isso mesmo, né, que ela está trabalhando comigo. É mais ou menos isso mesmo. Quer A pessoa também tem que querer ser Porque a pessoa não quer também, não adianta ela querer ajudar, se a pessoa própria não quer ser ajudada, né? Então, a primeira coisa a pessoa tem que querer. Ela mesma que tem que querer sair dessa situação, né, tal, e tudo. Se não quiser, não adianta nada a outra pessoa querer te ajudar, né, quer te dar uma força. Então, em primeiro lugar, quem está ali sentado tem que querer também. Entendeu? Ela tem que querer sair dessa, ela mesma se ajudar, querer sair dessa.

Além disso, segundo o MORADOR D, esses serviços são importantes porque existem "pessoas querendo tirar as pessoas de rua, né, que querem sair da rua". Quando foi perguntado sobre a abordagem para aqueles que não querem sair da rua, sua opinião reforçou o papel da política pública:

Pergunta: E para aqueles que não querem sair da rua, o que você acha que deveria ser feito?

Resposta: É, aí fica difícil. Porque igual eu te falei, a pessoa não quer, como que a outra pode ajudar? Pegar ela à força? [...] [Deve haver] Ajuda de psicóloga, pra ver por que a pessoa está lá, né, não quer sair, por que é... Né? Tipo assim, ajuda... Né? Porque a vida na rua é triste. Se a pessoa não quiser sair, é porque tem alguma coisa de anormal, né, tal. Tem alguma coisa, né? Mesmo se brigar com a família, vai arrumar um emprego, vai morar sozinho, vai... Né? Mas a vida de rua não é pra ficar não, pra um ser humano viver não.

Duas entrevistadas mencionaram sua participação no Fórum da População de Rua de Belo Horizonte, ressaltando a importância do protagonismo e da organização dos moradores de rua na conquista de políticas públicas. Para uma delas:

É, o que está faltando? A pessoa ter mais mão amiga pra chegar e dar a mão. Na hora que eles me viram, eles falam: --"Pôxa, baixinha, você conseguiu". Eu falei: --"Não, todos nós vamos conseguir. Depende de vocês". Então, eu vivo, eu saio, estou chamando todos os moradores: --"Vamos participar do Fórum, gente". Porque é através do Fórum que, às vezes, eu posso ter uma idéia que é de todos, é uma coisa coletiva. É uma construção conjunta, onde está envolvida a população de rua e a sociedade civil. Então, é importante a participação. Eu não quero só pra mim. O que mudar numa lei, muda pra todos. Tem que ser uma coisa universal. Por quê? Tudo de ruim que eu passei, eu não quero que os meus filhos passem. Eu não quero que os meus netos, essa geração futura venham a passar. Né? (MORADORA A).

Do ponto de vista dos técnicos e dirigentes ouvidos, foi apontada a necessidade de superação dos preconceitos pessoais e sociais: "Em primeiro lugar a disponibilidade de um

encontro verdadeiro com essas pessoas aprendemos a ter um olhar sobre isso que diz que aquele que está na rua é um vagabundo, ou que ele é um mendigo ou que ele é um louco".

Reverter toda essa situação demanda pensar como construir a cidadania e os direitos:

que essas pessoas passem a ser vistas como cidadãos que tão naquela situação por conseqüências [sic] diversas mas que devem ser respeitadas e, que, que tem um direito como toda e qualquer uma pessoa. E depois ter a garantia mesmo desses direitos nas políticas aí, públicas e sociais. (Depoimento de técnica participante da entrevista em grupo com técnicos e trabalhadores dos equipamentos)

O desafio inicial, como alerta a TÉCNICA B:

a condição que muitas pessoas se encontram degradante auto-estima muito baixa e, muitas vezes nem se reconhecerem enquanto cidadãos eu acho que esse é o maior desafio. Assim, num primeiro momento, quando a gente começa a conhecer um grupo, ou começa a estabelecer uma relação é um processo lento. Até a gente conseguir quebrar essa barreira é um tempo muito grande. Tem a questão dos altos e baixos onde a pessoa está bem, no outro momento já não. Tem casos, por exemplo, da pessoa ser encaminhada para a moradia ou para o trabalho, passar um tempo bem e depois tem a recaída.

Como afirma a TÉCNICA C, o aspecto positivo é que "A política busca uma outra forma de inserção dos moradores de rua, recusando as formas de segregação e exclusão da diferença".

Existe, porém, uma constatação relativa à existência de fragmentação na rede de serviços implantada. Para uma das técnicas participantes da entrevista em grupo, com trabalhadores e técnicos dos equipamentos, "a gente vê que nossa área é fragmentada existe lacunas, grandes crateras que te impede de desenvolver sua profissão, que impede você desenvolver corretamente, sendo que sua parte vai até aquilo ali".

Listando uma série de problemas do cotidiano dos equipamentos em que trabalham, os técnicos e trabalhadores que participaram dessa entrevista chamaram a atenção para o fato de, muitas vezes, sua atuação ser a de "apagar incêndios", impedindo que a intervenção seja capaz de "romper com essa fratura que existe aí nesse social" (depoimento de uma das técnicas, usando expressão retirada, segundo ela, das idéias de Robert Castells).

Nesse sentido, deve-se ter atenção para o fato de que, apesar dos avanços, existem estrangulamentos que devem ser desfeitos. Assim, por exemplo, como afirma um dos participantes da entrevista em grupo com os técnicos e trabalhadores dos equipamentos:

Olha a questão do Bolsa-Moradia, que eu vejo também, um grande nó é que nós abordamos na rua, vamos avaliar a casa, tá pronto, liberou o Bolsa Moradia; não adianta liberar Bolsa Moradia se a pessoa não tem uma cama, não tem um colchão, aí cê começa a tentar conseguir fora, mas aí cê coloca uma pessoa dentro de casa que tem um fogão, mas não tem botijão de gás, não tem a comida,

então, eu acho que tinha que ser melhor discutido porque não é só a casa que vai resolver o problema dessa pessoa, existe uma série de coisas, porque eu já coloquei família que não tinha o gás e o quê que cê vai fazer? Aí, quando nós chegamos lá, eles tinham desmontado o fogão, vendido as partes do fogão pra comprar comida e isso é constante, então falta tudo, então, eu acho que tem que ter uma explicação melhor pra tá levando essas pessoas pra casa.

Nesse contexto, uma contradição foi apontada: a que existe entre a tentativa de

incluir decididamente na cidadania e aquela de repetir as práticas de limpeza do espaço público Essa é uma contradição e que não é algo que aconteça só em Belo Horizonte. Normalmente, o poder público tende a tratar a questão do morador de rua por esse viés. O que Belo Horizonte tem de diferente é de ter inaugurado um outro espaço, uma outra forma. Então, acho que a sustentação dessa outra forma, dessa outra proposta, desse outro modo de abordar a questão é que precisa ser cada vez mais fortalecida. Precisa demonstrar os seus efeitos, seus resultados, com seus indicadores, os anos de desenvolvimento dessa política pra que não reste dúvida quanto a isso. Pra que isso tenha, de fato, um estatuto de uma política social de fato. Que a gente reconheça a população em situação de rua como um segmento que precisa de rede de proteção social e não de banimento. (TÉCNICA C)

Diante disso, as propostas apontadas pelos técnicos sugerem que é necessária uma ação geral, coordenada, que tenha como pressupostos e/ou produza os seguintes resultados:

- reconhecimento das soluções criativas apresentadas pelos envolvidos com essa política pública, bem como das potencialidades individuais;
- respeito às opções e ao tempo dos indivíduos;
- rompimento com as práticas centradas na institucionalização da política;
- fortalecimento do Fórum de População de Rua;
- divulgação das produções e das iniciativas positivas que existem na rua; promoção da intersetorialidade nas políticas de atendimento e universalização dessas políticas;
- busca de parcerias e co-responsabilidade da sociedade nas questões da população em situação de rua;

Afirmou-se, ainda, que é necessário perceber que a "proposta é de complementaridade de serviços, para que a rede exista" (depoimento de técnica participante da entrevista em grupo com técnicos e trabalhadores dos equipamentos).

Mais especificamente, quanto à rede de atendimento, as propostas apresentadas pelos entrevistados apontaram a necessidade de:

- produzir maior integração da rede, com maior diálogo entre os equipamentos/serviços de atendimento;
- ampliar a rede;

- introduzir política de atendimento diferenciada, por gênero;
- organizar o trabalho da equipe de abordagem nos finais de semana, "para tecer e construir uma rede de proteção verdadeira";
- criar alternativas de acolhimento da população de rua, além do modelo de albergamento;

Quanto aos equipamentos, foi apontado que é importante garantir:

- a abordagem da saúde mental junto à população em situação de rua;
- o aumento da equipe que atende a população em situação de rua nos equipamentos;
- a introdução de atividades culturais e esportivas nos equipamentos ou fora deles;
- a alocação de profissionais de saúde e de educação física no Albergue;
- a criação de mais repúblicas, com menor número de moradores por unidade;
- a provisão de um suporte maior aos moradores, no Abrigo;
- a criação de abrigos com localização mais central;
- a criação de um maior espaço para atendimento à população em situação de rua na rede de saúde.

Quanto ao trabalho, as propostas dos técnicos apontaram para a necessidade de se:

- criar redes com empregadores para contratação da população em situação de rua;
- adotar política melhor definida de geração de trabalho e renda;
- incentivar a formação de grupos de produção, o associativismo e o cooperativismo;
- estimular as redes de Economia Solidária;
- qualificar profissionalmente, garantindo o encaminhamento efetivo para o trabalho.

Quanto à moradia, os técnicos declararam, durante as entrevistas, tanto nas individuais quanto na coletiva, que é necessário instituir uma política de habitação que promova efetivamente o assentamento definitivo, a preparação das pessoas para esse assentamento e o acompanhamento após a instalação na moradia. Mesmo porque existem moradores de rua que conseguem se adaptar às casas, enquanto outros não.

Em relação aos parceiros, há uma referência direta à ação da Pastoral de Rua, sugerindo que

a política de população de rua tem uma dívida histórica com esse protagonismo que a Pastoral instituiu. A Pastoral era, em 1993, a única instituição que ousava fazer isso, que ousava chegar perto dos moradores de rua, ao invés de dar as coisas pra eles. Que ousava chegar de mãos vazias para construir alguma coisa, e aí ia reconhecendo o outro, o querer dele e é isso que compromete as pessoas, e não aquilo que a gente dá. O que compromete é a nossa disposição pra estar ali, pra ajudar a inventar, e aí a gente que tem mais capital social, lógico que somos nós que vamos buscar os recursos, ou vamos orientar essa busca. Então, eu acho

que esse protagonismo é um protagonismo importante e é um protagonismo que a gente percebe nos projetos que são exitosos nesse sentido. Em São Paulo, também, tem toda uma atuação que é super protagonista nessa área, que tem essa mesma vertente. Ela começa da sociedade civil. Assim, a sabedoria do Estado é de saber acolher isso, de dar sustentação, de fazer essa parceria, de buscar qualificar essa relação. A saída num está no Estado, que o Estado só sabe institucionalizar. A saída tem que estar fora, tem que estar na vida lá fora. (TÉCNICA C)

6.9- Assistência social, saúde, educação, trabalho e moradia: uma perspectiva intersetorial

Os moradores de rua identificaram, nas entrevistas, a necessidade de relacionar políticas de geração de trabalho e renda à política habitacional, ressaltando a importância de se ter os dois lados atendidos para que haja uma verdadeira promoção social do indivíduo:

Você entra pro Albergue, vamos supor, às dezoito horas. Quando for no outro dia, cinco, cinco e meia, você já tem que estar levantando. Esteja sol ou esteja chuva. E tem que sair com as bolsas nas costas. Você vai procurar um emprego, te pedem o comprovante de residência, você não tem. Apresenta o do Albergue. Então, o preconceito que recebe primeiro: "Eu vou apoiar morador de rua, que mora em Albergue?" Né? É complicado. (MORADORA A)

Em todas as entrevistas a conquista da habitação aparece, necessariamente, atrelada à possibilidade de obtenção de trabalho ou emprego e, conseqüentemente, à geração de renda. Ambas são interpretadas como alternativas viáveis para a mudança de condição de vida e saída efetiva da rua: "– 'Ih, albergue. Esse daí eu não dou chance não". Agora, chega a senhorita: – 'Onde você mora?' –'Bairro Dom Pedro, tal'. Você tem uma residência... Quem mora na rua não tem chance nenhuma de trabalho" (MORADOR I).

As associações e cooperativas foram apontadas como formas de garantir geração de trabalho e de renda para os moradores de rua, para além da mera qualificação profissional. Nesse sentido, as políticas de educação e trabalho deveriam ser articuladas, uma vez que existem vários cursos de qualificação profissional e poucas oportunidades reais de geração de renda. Os seguintes depoimentos são claros a esse respeito:

Então, eu luto muito também pelo cooperativismo, o associativismo. Porque emprego está difícil. Mas que venham os programas e que dêem condições do povo estar continuando. Porque muitas vezes a gente vai numa capacitação, aprendiam, pegavam um certificado, mas terminou o curso, cadê a oportunidade de trabalho? Então, só vai tendo um acréscimo de certificado, certificado, certificado, mas oportunidade, neca. Né? (MORADORA A)

Por exemplo, se tem uma casa a pessoa tem uma casa, tem a credibilidade de alguém dar um emprego, por mais humilde que seja, ela saber que vai ter a sua renda, que vai ter comida na panela, se tiver filhos, ter como educar. Ela tendo, ela vai ficar na rua? Não vai não, ué. Ela vai ter a sua liberdade de ter a sua independência. (MORADORA A)

Assim, a política de inclusão social dessa população deve prever investimentos em postos de trabalho, ou seja, possibilidade de geração de renda. Somado a isso, há o entendimento de que essa população não tem meios de, sozinha, criar as possibilidades de mudança de sua condição social. É um público diferenciado que necessita do auxílio das políticas sociais. Uma característica especial é o fato de estarem, há muitos anos, fora do mercado de trabalho e de possuírem pouca qualificação, tornando difícil a sua inserção no mesmo.

Nessa perspectiva, pode-se compreender por que a TÉCNICA C salienta a importância do trabalho da abordagem – o primeiro contato do morador em situação de rua com o poder público –, no sentido do cuidado para não afastá-lo ainda mais e auxiliá-lo na construção de caminhos para superar a sua condição:

Porque a política, ela deve oferecer os recursos, ela tem que ter elementos que ajude cada um a construir sua saída, mas nós não construímos a saída para o outro. Cada um inventa um jeito muito próprio de poder concluir, de romper com as condições de vida indigna.

Uma das maiores dificuldades no trabalho com a população em situação de rua – apontada pelos técnicos entrevistados – é a reduzida integração das políticas públicas no atendimento das necessidades básicas referentes à moradia, ao trabalho, à educação e à saúde. Quando há algum resultado positivo na mobilização dos moradores, não é possível encaminhá-los para oportunidades concretas de mudança. É necessário avançar muito na integração dessas políticas, porque somente os recursos da assistência social não são suficientes para atender às demandas dessa população.

Para alguns dos técnicos entrevistados, esses problemas também afetam grande parte da população brasileira, mas os moradores de rua merecem uma atenção e tratamento diferenciados, exatamente porque eles não têm como pressionar o poder público para a garantia de seus direitos, como, em certa medida, fazem os outros segmentos da sociedade.

A situação de alguns membros do grupo Moradia para Todos, relatada pela entrevistada, ilustra bem o estrangulamento das políticas, uma vez que parte dos moradores dificilmente será reassentada, porque não possui renda suficiente, podendo não conseguir arcar com as despesas do financiamento. Entre moradia e trabalho a relação é bastante interdependente: sem trabalho não se mantém financeiramente uma casa; e, sem esta, não é possível permanecer no trabalho.

A TÉCNICA A cita exemplos de como a complementaridade das políticas contribui para o sucesso de uma iniciativa, como é o caso de um beneficiário do Bolsa-Moradia que foi

encaminhado para o trabalho (mesmo que informal), foi obtida vaga em creche para a criança dela e o acompanhamento psicológico foi bem sucedido. Para a TÉCNICA B,

Os dois grandes gargalos da população de rua são a questão da falta de moradia e de trabalho. A gente sabe que uma coisa não anda sem a outra, porque, muitas vezes, até arruma o trabalho, mas sem um endereço de referência, um lugar que pode descansar de fato, muitas vezes, as pessoas não dá conta de continuar no trabalho.

Do mesmo modo, a opinião dos técnicos entrevistados é consensual quanto ao fato de a pouca experiência de trabalho e a baixa qualificação serem barreiras para a inserção dessa população no mercado formal de trabalho. Alguns técnicos afirmam que, mesmo sendo qualificada ou requalificada, não existem postos de trabalho para todos esses sujeitos. É uma questão de natureza estrutural, na verdade.

O atendimento nas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) também é considerado precário. Faltam vagas para consultas especializadas, e alguns profissionais ainda têm restrição para atender à população em situação de rua. A exceção é o Centro de Saúde Carlos Chagas, já anteriormente citado, que oferece um atendimento diferenciado ao morador de rua, sem discriminá-lo.

Nesse sentido, conforme aponta TÉCNICA C, é necessário criar estratégias para que a cidade entenda que a população em situação de rua não é a única responsável por sua condição: "É importante criar um diálogo com a cidade. É preciso produzir uma intervenção cultural para mudar o olhar da cidade sobre a situação de quem vive na rua. Porque não dá para a cidade ficar olhando para quem vive na rua como se ele fosse o único responsável por essa condição".

Ao serem ouvidos, o que os trabalhadores dos serviços de atendimento à população em situação de rua relataram foi, em suma, uma tensão entre a vivência deles com essa população e a conformação da política e das ações do poder público, impressas num determinado planejamento do trabalho; esses técnicos e dirigentes são os sujeitos operadores de uma política que tem como matéria-prima aqueles que boa parte da sociedade não deseja ver e nem ouvir.

Assim, a participação deles na entrevista em grupo, realizada no dia 17 de novembro, permitiu levantar questões e interpretações muito ricas, que apontaram contradições, dificuldades e desafios do trabalho com pessoas em situação de rua, bem como algumas importantes recomendações.

Daquilo que foi apresentado, foram reveladores os depoimentos que apontaram para a necessidade de inclusão do morador de rua na construção da política. Isso se expressa, por exemplo, no seguinte questionamento: se, atualmente, o eixo das políticas públicas é a família, como viabilizar essa perspectiva se "não temos abrigo para a família? As famílias são separadas.

[Há uma] série de coisas que dificultam. Como reforçar o vínculo familiar se estamos trabalhando na contramão? O SUAS³⁶ é uma esperança para não fragmentar a família”.

Para outro entrevistado, um problema do desenvolvimento da política é o aumento da demanda, porque, “se o poder público atende bem, vêm outras pessoas de outras cidades”. Ademais, “existe um refluxo – volta para as ruas – e não temos conhecimento desses dados. O que fazer?” (depoimento de um técnico na entrevista em grupo com trabalhadores dos equipamentos).

Dois desafios correlacionados e que impactam o trabalho cotidiano dos técnicos são os de buscar “trabalhar com as pessoas que têm potencial de sair [da rua], de [criar] autonomia” e de ter que “trabalhar a subjetividade, vínculos, antes de tirar as pessoas da rua”.

Nesse sentido, uma questão premente é que

os técnicos também precisam ser ouvidos. Eles correm risco de sofrerem agressão, de ameaça de morte, de pedradas, fúria. Necessidade para os técnicos de uma supervisão, de uma terapia de grupo. Um momento para falar, para soltar os bichos. [...] Poderia ser feito um trabalho com os parceiros. (Depoimento de uma técnica na entrevista em grupo com trabalhadores dos equipamentos)

Dito de outra forma: “quem está lá em cima, na direção, deveria ouvir quem está na ponta. Ouvir os gerentes, pelo menos”. Talvez também por isso foi emitida a opinião de que “muitas pessoas se queimam nesse trabalho. As que se queimam colocam a vida na profissão. As que permanecem, põem a profissão na vida. São felizes em outras áreas: familiar, etc.” (relatos de técnicos que participaram da entrevista em grupo).

Mas, para além da atenção às questões do relacionamento interno, às equipes que operacionalizam as políticas, é importante, para os entrevistados, se atentar para as carências da população em situação de rua. Assim, é necessário “fazer pelos moradores algo mais, no centro [da cidade], a exemplo do que se fez com os camelôs. Há tanto prédio público que poderia ser aproveitado”. Da mesma forma, é necessário lidar com aquilo que foi identificado como falho: a “inclusão produtiva nos equipamentos, parceria, convênios com empresas. Não adianta só cursos profissionalizantes”. Junto a isso, é preciso ter “instituições para tratamento de viciados em álcool, drogas” (relatos de técnicos que participaram da entrevista em grupo).

O trabalho com essa população, como expressou um entrevistado nesse grupo, implica lidar com “pessoas carentes, [que] querem vencer. Trabalho com machucado, feridas: vícios com

³⁶ Sistema Único de Assistência Social, proposto em 2003, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O SUAS tem por objetivo identificar os problemas sociais enfocando as necessidades de cada município e ampliando a eficiência dos recursos financeiros e da cobertura social. Trata-se de um modelo democrático e voltado para a ampliação da rede de assistência social brasileira, segundo definido pelo MDS.

drogas, álcool. A pessoa quer parar, mas não consegue” (relato de técnico que participou da entrevista em grupo).

O dilema, então, não é o de assistir ou não. A questão tem, no fundo, a dimensão da construção de espaços de cidadania para aqueles que se sentem e são percebidos como verdadeiros estranhos.

Ressalta-se, por fim, a importância da inclusão da sociedade civil na elaboração da política para a população em situação de rua, conforme opinou uma das técnicas entrevistadas: “Só se consegue sustentar um projeto tão audacioso se a gente tem a sociedade civil como parceira. Porque não é uma questão de uma política estatal” apenas.

Partindo desse tipo de construção sobre quem é e como vive a população em situação de rua, em Belo Horizonte, ouvindo suas histórias e suas demandas, pensando em colaborar para que os seus sonhos possam se manifestar e se realizar, o presente trabalho de pesquisa procurou contribuir com um esforço coletivo para o estabelecimento de um diálogo necessário à elaboração de uma política que atenda efetivamente a esse público, promovendo-o socialmente e respondendo aos seus anseios, tão humanos como os nossos.

7- RELATÓRIO SOBRE FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELO SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO SÓCIO-FAMILIAR / BOLSA-MORADIA E PESSOAS E FAMÍLIAS ATENDIDAS QUE RESIDEM EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO

A Coordenação do 2º Censo de População de Rua de Belo Horizonte acordou em realizar o levantamento de algumas das características da população em situação de rua que se encontra vivendo em ocupações de imóveis, em Belo Horizonte, bem como dos moradores de rua participantes do Programa Bolsa-Moradia.

7.1- Serviço de Acompanhamento Sócio-Familiar no Domicílio (SASF)

O Serviço de Acompanhamento Sócio-Familiar no Domicílio (SASF) / Bolsa-Moradia, de acordo com a Lei 11.375, de 02 de julho de 2003, acompanha as famílias inseridas no Programa Bolsa-Moradia / Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). Essa lei garante um benefício destinado ao pagamento de aluguel a pessoas e famílias em situação de rua, assim como àquelas que residem em área de risco geológico e geotécnico. O SASF tem como objetivo possibilitar a organização da população com trajetória de rua adequada ao novo contexto (casa).

O Serviço funciona desde 2003, porém, já fazia parte da Política para População de Rua em Belo Horizonte o encaminhamento à moradia provisória, pela então Secretaria Municipal de Assistência Social. O projeto "Se essa casa fosse minha", criado em 1998, oferecia uma bolsa-aluguel aos moradores em situação de rua atendidos pelos serviços voltados a essa população, com acompanhamento pós-morar por equipe técnica.

As famílias e/ou pessoas a serem incluídas no Bolsa-Moradia são encaminhadas pelos demais serviços da Gerência de Coordenação de Ações para População de Rua. Atualmente, são acompanhadas 149 famílias, com previsão de serem incluídas mais 160 famílias, ainda no primeiro semestre de 2006.

O SASF é composto por uma equipe técnica multidisciplinar que acompanha as famílias a partir de três modalidades, dependendo do grau de organização da família: visita domiciliar, plantões, e reuniões mensais com os técnicos de referência. Através dessas modalidades, o acompanhamento social objetiva dar suporte, encaminhamentos e orientações (nos níveis educacional, jurídico, cultural, bem como de labor e saúde física e mental, entre outros). Esse acompanhamento social tem por base a "escuta" do desejo e das demandas do sujeito atendido, em correlação com os limites desse Serviço e da Política Pública para População de Rua do município de Belo Horizonte.

Pretendendo possibilitar a organização do referido público, foi estabelecida uma conduta dialógica e interativa, na qual as famílias atendidas possam se organizar enquanto sujeitos sociais, nesse novo contexto de moradia provisória.

A Tabela 1 apresenta os dados correspondentes às famílias acompanhadas pelo Programa Bolsa-Moradia e Projeto "Se essa casa fosse minha", no período de novembro de 1998 a fevereiro de 2006.

Tabela 1
Famílias acompanhadas pelo programa Bolsa-Moradia até fevereiro/ 2006

Famílias Acompanhadas pelo Programa	Frequência	%
Famílias em acompanhamento	149	56,87
Famílias desligadas	43	16,41
Falecidos	02	0,76
Indenizados	04	1,53
Atendidos pelo "Se essa casa fosse minha"	64	24,43
Total	262	100,00

Fonte: PBH/SMAAS/GPES

Pode-se observar, pela tabela acima, que, do total de atendidos pelo programa, 56,87% estão em acompanhamento, 16% das famílias foram desligadas e quatro famílias foram indenizadas.

Atualmente, são acompanhadas 149 famílias, num total de 420 pessoas. Dessas, 230 são adultos e 190 crianças. O SASF, desde sua criação, em 2003, atendeu a 198 famílias.

As tabelas de 2 a 7 referem-se aos dados consolidados sobre os titulares das famílias que estão em acompanhamento pelo Programa Bolsa-Moradia.

Tabela 2
Sexo do titular

Sexo	Frequência	%
Masculino	69	46,30
Feminino	80	53,70
Total	149	100,00

Fonte: PBH/SMAAS/GPES

Os dados indicam que o percentual de mulheres que são titulares do Programa é pouco maior do que o de homens (53,7% contra 46,3%).

Tabela 3
Estado civil do titular

Estado Civil	Frequência	%
Solteiros	87	58,38
Casados	62	41,62
Total	149	100,00

Fonte: PBH/SMAAS/GPES

Quanto ao estado civil, é maior o número de solteiros (58,38%), em relação aos casados (41,62%).

Tabela 4
Origem das famílias

Origem	Frequência	%
Belo Horizonte	52	34,90
Interior de Minas Gerais	57	38,25
Outros Estados	40	26,85
Total	149	100,00

Fonte: PBH/SMAAS/GPES

A maioria das famílias acompanhadas pelo Programa Bolsa-Moradia vem do interior de Minas Gerais (38,25%). Segue, com percentual próximo, aquelas cuja procedência é Belo Horizonte (34,90%). Por último, mas com percentual também significativo, as advindas de outros estados do Brasil (26,85%).

Tabela 5
Escolaridade do titular

Escolaridade	Frequência	%
Analfabetos	31	20,80
Ensino Fundamental	108	72,48
Ensino Médio	10	6,72
Total	149	100,00

Fonte: PBH/SMAAS/GPES

Em relação à escolaridade, verifica-se que, entre os titulares do Bolsa-Moradia, a maioria possui o Ensino Fundamental (72,48%), mas apenas 6,72% possuem o Ensino Médio. É bastante expressivo o número de analfabetos, que atinge 20,80%.

Tabela 6
Condições de trabalho do titular

Condições de Trabalho	Frequência	%
Desempregado	58	38,43
Trabalho informal	76	51,01
Trabalho formal	15	10,06
Total	149	100,00

Fonte: PBH/SMAAS/GPES

Pouco mais da metade dos titulares das famílias acompanhadas pelo Bolsa-Moradia tiram seu sustento através de trabalho informal; cerca de 38% estão desempregados e apenas 10,06% se encontram no trabalho formal.

Tabela 7
Renda mensal familiar

Renda mensal familiar	Frequência	%
Nenhuma	45	30,20
Até ½ salário mínimo	51	34,23
De ½ a 1 salário mínimo	37	24,83
Acima de 1 salário mínimo	16	10,74
Total	149	100,00

Fonte: PBH/SMAAS/GPES

Mais da metade das famílias acompanhadas possui renda familiar mensal de até um salário mínimo, enquanto 30,20% não possuem nenhum tipo de renda. Apenas 10,74% possuem renda familiar mensal acima de um salário mínimo.

A Tabela 8 refere-se ao destino das famílias acompanhadas pelo Projeto "Se essa casa fosse minha", que foi extinto em maio de 2005.

Tabela 8
Projeto "Se essa casa fosse minha"

	Frequência	%
Famílias reassentadas pelo PROAS	34	53,12
Famílias reassentadas no Conjunto Camargos	29	45,31
Famílias encaminhadas para o Bolsa-Moradia	01	1,57
Total	64	100,00

Fonte: PBH/SMAAS/GPES

Pode-se verificar, a partir dos dados acima, que mais da metade das famílias atendidas no Projeto (53,12%) foram reassentadas pelo Programa de Reassentamento em Função de Risco ou Obras Públicas (PROAS); 45,31% das famílias foram reassentadas no Conjunto Camargos, e apenas 01 família foi encaminhada para o Programa Bolsa-Moradia.

7.2. Pessoas e famílias residentes em áreas de ocupação

Como primeira fase desse trabalho, foi formada uma equipe³⁷ que visitou algumas ocupações indicadas pelos moradores de rua que participaram do censo, o que permitiu definir o nível de consolidação dessas ocupações.

Estabeleceram-se como principais critérios para se determinar o grau de consolidação da ocupação: 1) a relação do grupo com o entorno; 2) a presença de serviços públicos (fornecimento de água encanada, energia elétrica, coleta de esgoto, etc.); 3) crianças matriculadas em escolas e creches da rede pública nas proximidades. Há que se destacar que, mesmo se tratando de ocupações com um grau considerável de consolidação, existe uma certa rotatividade de seus ocupantes e uma instabilidade relacionada à ilegalidade da situação.

Em consenso, a coordenação definiu que, nas ocupações não consolidadas, seria aplicado o censo e que as ocupações consolidadas seriam mencionadas neste relatório através de dados coletados pela Pastoral de Rua, que acompanha três ocupações. Os dados sobre essas três ocupações servem como amostragem da realidade de outras ocupações da cidade, e são apresentados nas tabelas 1 a 20, a seguir.

As tabelas de 1 a 5 apresentam os dados consolidados das três ocupações sobre as quais foram fornecidas informações.

Tabela 1
Distribuição dos moradores das ocupações por idade

Faixa de Idade	Freqüência	%	% de Respostas Válidas	% Acumulado
0 a 6	86	13,2	13,2	13,2
7 a 14	141	21,6	21,7	34,9
15 a 18	66	10,1	10,1	45,0
19 a 25	97	14,9	14,9	59,9
26 a 35	140	21,4	21,5	81,4
36 a 50	92	14,1	14,1	95,5
Mais de 50 anos	29	4,4	4,5	100,0
Total	651	99,7	100,0	
Sem Resposta	2	0,3		
Total	653	100,0		

Os dados revelam que a maior parcela da população das ocupações em questão é de crianças e adolescentes (entre 0 e 18 anos), correspondendo a 45% da população total. O número de adultos com idade igual ou superior a 36 anos é de 18,5%. A concentração de população

³⁷ Formada por José dos Reis da Silva e Antônio Rodrigues da Silva (pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte); Claudenice Rodrigues Lopes (pela Pastoral de Rua); Anita Gomes dos Santos, Luiz Cláudio Alves Lemes e José Pedro da Silva (representantes da população em situação de rua).

jovem, em contraste com a de idade adulta, permite supor que existe um grande número de famílias (formalmente constituídas ou não). Por outro lado, o reduzido número de adultos formados e de idosos sugere que as condições de vida na rua limitam a expectativa de vida dessa população.

Os dados apresentados na Tabela 2, por sua vez, indicam que a população feminina é ligeiramente superior à masculina. Essa informação mostra uma quase paridade entre o número de homens e mulheres, realidade diferenciada em relação aos que estão efetivamente na rua, que é de maioria masculina.

Tabela 2
Distribuição dos moradores das ocupações por sexo

Sexo	Freqüência	%	% de Respostas Válidas	% Acumulado
Masculino	325	49,8	49,8	49,8
Feminino	328	50,2	50,2	100,0
Total	653	100,0		

Os dados apresentados na Tabela 3, relativos às razões que determinaram a ida dessa parcela da população em situação de rua a ir para as ocupações, na cidade de Belo Horizonte, apontam que os principais motivos para ocupar e permanecer em uma ocupação são, por ordem de indicações: situação de despejo, morar na rua antes de ir para a ocupação, não ter onde morar anteriormente à ocupação, estar em família (ou seja, por ter ido para a ocupação acompanhando os pais), morar de favor anteriormente, ter nascido na ocupação. Outros motivos diversos aparecem como uma proporção significativa das respostas (mais de 7%), mas a dispersão das situações não torna cada motivo mais significativo do que os apontados isoladamente.

Tabela 3
Distribuição dos moradores das ocupações por motivo da ida para a ocupação

Motivo	Freqüência	%	% de Respostas Válidas	% Acumulado
Morava na rua	51	19,5	20,1	20,1
Sair do aluguel (desemprego)	87	33,2	34,2	54,3
Morava de favor	16	6,1	6,3	60,6
Nasceu na ocupação	16	6,1	6,3	66,9
Veio com os pais	18	6,9	7,1	74,0
Não tinha onde morar (conflito/despejo)	47	17,9	18,5	92,5
Outros motivos	19	7,2	7,5	100,0
Total	254	96,9	100,0	
Sem resposta	8	3,1		
Total	262	100,0		

Na Tabela 4, é apresentada a origem dos moradores das ocupações pesquisadas. Nota-se que a maioria é brasileira (99,4%), com uma expressiva maioria de mineiros (89,4% do total de respostas válidas e 89,9% do total de brasileiros) e de belorizontinos (52,0% do total de respostas válidas e 58,2% do total de mineiros).

Por outro lado, ainda de acordo com a Tabela 4, o grande número de pessoas que não declararam ter sua origem em Belo Horizonte (ou 48% do total de respostas válidas) permite presumir que é grande o número daqueles que podem ter sido migrantes.

Tabela 4
Distribuição dos moradores das ocupações por origem

Origem	Frequência	%	% de Respostas Válidas	% Acumulado
Belo Horizonte	338	51,8	52,0	52,0
Região Metropolitana BH	34	5,2	5,2	57,2
Interior de Minas	209	32,0	32,2	89,4
Outros estados brasileiros	65	10,0	10,0	99,4
Outros países	4	0,6	0,6	100,0
Total	650	99,6	100,0	
Sem resposta	3	0,4		
Total	653	100,0		

A Tabela 5, última a apresentar os dados consolidados, revela que a maior parte dos moradores das ocupações possui baixo grau de escolaridade, sendo expressivo o número de analfabetos totais ou funcionais. Assim, cerca de 25% declararam não possuir tipo algum de escolarização, a maioria por não estar em idade escolar ou estarem em creches. Esse dado combina com a distribuição das faixas etárias da população pesquisada.

De qualquer forma, mesmo que os que se declararam analfabetos ou não alfabetizados sejam apenas 4,5%, é expressivo o número dos que possuem baixa escolaridade. Apenas 6% concluíram as séries iniciais do atual Ensino Fundamental (designado como básico – 1ª a 4ª séries – pelos que responderam), enquanto apenas 5,2% concluíram todo o Ensino Fundamental (ou seja, da 1ª a 8ª séries).

Se for verificado o percentual dos que não concluíram os níveis indicados como básico e fundamental, número que chega a pouco mais do que 52% do total de respostas válidas, a informação sobre analfabetismo funcional apresentada anteriormente fica mais adequada.

Dentre aqueles que declararam possuir mais do que o Ensino Fundamental, cerca de 11%, apenas pouco mais da metade possui o Ensino Médio completo (1º ao 3º anos do antigo 2º Grau).

Esses números reforçam a conclusão de que se trata de uma população desprovida do acesso a um dos bens públicos fundamentais da sociedade moderna e base inquestionável da cidadania: a escola.

Tabela 5
Distribuição dos moradores das ocupações por escolaridade

Escolaridade	Frequência	%	% de Respostas Válidas	% Acumulado
Sem idade escolar	118	18,1	18,2	18,2
Analfabeto	23	3,5	3,6	21,8
Não alfabetizado	6	0,9	0,9	22,7
Alfabetizado	2	0,3	0,3	23,0
Creche	16	2,5	2,5	25,5
Básico incompleto	144	22,0	22,2	47,7
Básico completo	39	6,0	6,0	53,7
Fundamental incompleto	195	29,9	30,1	83,8
Fundamental completo	34	5,2	5,2	89,0
Médio incompleto	28	4,3	4,3	93,3
Médio completo	43	6,6	6,6	99,9
Superior incompleto	1	0,1	0,1	100,0
Total	649	99,4	100,0	
Sem resposta	4	0,6		
Total	653	100,0		

8- CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma maneira geral, pode-se concluir que, entre vários fatores, alguns parecem ser mais determinantes para a existência e o aumento do número de pessoas em situação de rua: a falta de moradia, o desemprego, os problemas mentais, as rupturas familiares, a violência doméstica o uso de drogas, e a pobreza. Fatos que quase sempre estão presentes quando esse grupo populacional é caracterizado.

Tanto em Belo Horizonte, como no Brasil, muitas pesquisas ainda são necessárias e os próprios dados obtidos pelos censos precisam ser mais trabalhados, no sentido de melhorar a compreensão desse segmento de cidadãos, seus determinantes, suas necessidades e que políticas públicas devem estar envolvidas para minorar o sofrimento dessas pessoas.

A população em situação de rua é um fenômeno global e não necessariamente apenas urbano. São pessoas de ambos os sexos, de diferentes idades, solteiras, casadas, vivendo sozinhas, com amigos ou com familiares; vêm de diferentes regiões do país, possuindo inúmeros problemas de saúde e tendo várias ocupações. Esses fatos, por si só, dão a dimensão da complexidade em se lidar com esse grupo social.

Na maioria das vezes, esses grupos estão expostos a situações de intensa violência, seja física ou psicológica, sendo especialmente vulneráveis as mulheres e as crianças, pessoas diretamente responsáveis pela formação e composição das futuras gerações. Os problemas familiares são causados ou acentuados pelo uso do álcool e de drogas, comumente usados pela população de rua.

A instabilidade, a insegurança, a transitoriedade são situações vivenciadas por essa população. No entanto, mesmo considerando a grande diversidade de experiências e contextos da população de rua, é possível identificar e classificar determinados grupos, com características mais ou menos homogêneas. Assim, no Censo de 1998, foi possível distinguir, pelo menos num primeiro momento, três grandes grupos: um relativo ao público encontrado nos albergues públicos e nas instituições que prestam serviços à população de rua; um segundo grupo, característico dos baixios de viadutos, que normalmente congregava o maior número de mulheres e crianças; e, finalmente, aquelas pessoas que, de uma forma mais geral, habitavam os logradouros públicos. No Censo 2005, a categoria baixios dos viadutos foi esvaziada, dadas as políticas de remoção das pessoas dessas áreas. No entanto, verifica-se um aumento de moradores na rua, marquises, ocupações e serviços. Uma outra variável, que também possui um impacto importante na trajetória de vida dessas pessoas, na forma como ela está inserida no meio em que se encontra, é o tempo de rua. Consideravelmente, os problemas de saúde, as condições materiais e as probabilidades de sair das ruas estão relacionados ao tempo em que o indivíduo permanece na rua.

Finalmente, além das complexidades encontradas na obtenção dos dados e em sua análise, têm-se as dificuldades em desenvolver e implementar políticas públicas específicas para

essa população. Historicamente, várias ações têm sido realizadas junto a essas pessoas, mas seus resultados, nem sempre, vêm tendo os efeitos esperados. Entre elas, registram-se as tradicionais remoções, muitas vezes violentas, a criação de albergues, abrigos, além da disponibilidade de vários tipos de serviços, como os de saúde, de higiene, alimentação, iniciativas de geração de trabalho e renda, etc., tanto fornecidos pelos poderes públicos, como pela iniciativa privada e não-governamental.

Cada experiência possui suas próprias peculiaridades e diferentes graus de êxito, ao lidar com esse grupo populacional e, para avaliá-los, serão necessários estudos específicos, caso a caso, sob pena de generalizações e conclusões apressadas sobre a abrangência dos resultados dessas políticas. Porém, de uma forma geral, pelo menos duas grandes características podem ser apreendidas das políticas públicas voltadas para a pessoa em situação de rua. A primeira é a de que intervenções setoriais, que visem apenas a determinados aspectos do problema, como só a saúde ou só a geração de emprego e renda ou, ainda, só a habitação, tendem ao fracasso, na medida em que o fenômeno população de rua é multidimensional, por natureza. O segundo aspecto decorre do primeiro, e diz respeito ao tempo e aos custos envolvidos. Normalmente, o desenvolvimento e a manutenção de políticas para esse tipo de população devem abranger grandes períodos de tempo e acompanhamento. A saída da rua é um processo lento, e por vezes doloroso, especialmente para aqueles que já se encontram há muito tempo em condições degradadas. Uma consequência de todas essas características é que os custos envolvidos são elevados, o que, por sua vez, não incentiva a elaboração e a programação de políticas muito abrangentes.

EQUIPE DE TRABALHO

COORDENAÇÃO:

Denise de Magalhães Matos – Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Maria Cristina Bove Roletti – Fórum de População de Rua de Belo Horizonte
Múcio Tosta Gonçalves – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável de Belo Horizonte (INSEA)
Regina Coeli de Oliveira – Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, Unidade Coração Eucarístico

SUPERVISÃO TÉCNICA:

Maria Lúcia Lopes da Silva – Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

CONSULTOR DO CENSO:

Frederico Poley M. Ferreira – Doutor em Demografia, Mestre em Planejamento Urbano e Coordenador do 1º Censo População de Rua

SUPERVISORAS DO TRABALHO DE CAMPO DO CENSO:

Flávia de Oliveira Nascimento Silva
Joaquina Júlia Martins
Maria Auxiliadora Pereira Paula Marangon Felipe
Sônia Francisca de Carvalho Silva
Suely Maria de Jesus

MORADORES(AS) DE RUA PARTICIPANTES DO CENSO:

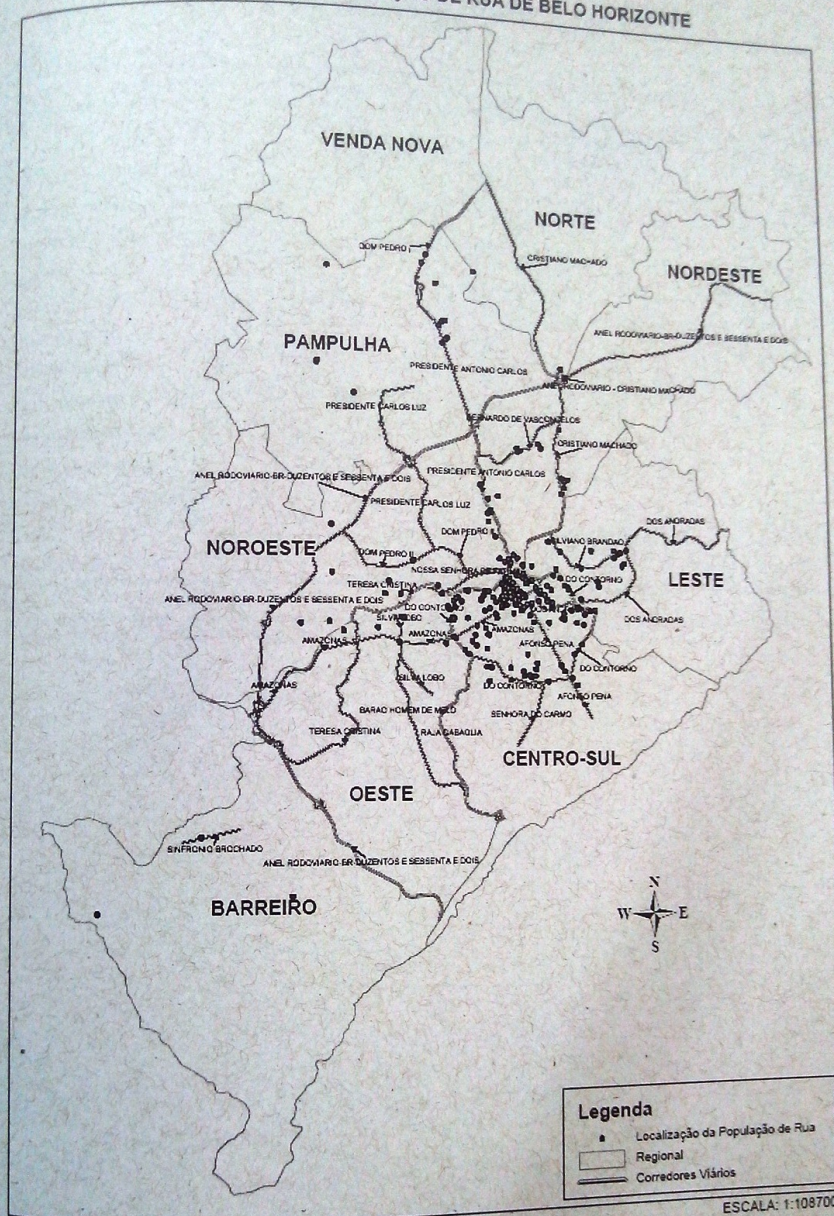
Anita Gomes dos Santos
Carlos Muniz Rocha
Claudinei Eugênio dos Santos
Elisângela Candida da Silva
José Pedro da Silva
Luiz Cláudio Alves Lemes

GERENTES E TÉCNICOS(AS) DA SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Liliane Neves do Carmo
José dos Reis da Silva
Myrtô Áurea de Lima Sucupira Machado
Denise Amaral Soares Carla Andréia Ribeiro Antônio Rodrigues da Silva
Eliane Quaresma Caldeira Araújo

ANEXO 2 – MAPA 1

LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE



FONTE: 2º Censo de População de Rua de Belo Horizonte - 2005 e Prodabel

ANEXO 3 – TABELAS DO CENSO

Tabela 1: MOTIVOS POR QUE NÃO RESPONDEU À ENTREVISTA

Tabela 1

Motivos por que não respondeu à entrevista, na primeira visita

	Nº	% dos não preenchidos	% do Total Questionários
Não quis responder	81	34,0	7,0
Estava dormindo	45	18,9	3,9
Aparentemente embriagado	40	16,8	3,4
Aparentemente drogado	21	8,8	1,8
Distúrbios mentais aparentes	21	8,8	1,8
Doença / dores	8	3,4	0,7
Deficiência auditiva	5	2,1	0,4
Alegou cansaço	3	1,3	0,3
Não soube responder	3	1,3	0,3
Estava trabalhando	1	0,4	0,1
Informações inadequadas	10	4,2	0,9
Subtotal	238	100,0	20,4
Questionários preenchidos	926		79,6
Total	1164		100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabelas 2: SEXO, IDADE E COR/RAÇA

Tabela 2.1.

População adulta de rua, por sexo

	Nº	%	% dos dados válidos
Masculino	987	84,8	85,6
Feminino	166	14,3	14,4
Subtotal	11	0,9	100,0
Dados não válidos	1164	100,0	
Total			

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 2.2.

População, por idade

	Nº	%	% dos dados válidos
< 18	75	6,1	7,2
18 a 19 anos	34	2,7	3,3
20 a 24 anos	96	7,7	9,2
25 a 29 anos	128	10,3	12,3
30 a 34 anos	152	12,3	14,6
35 a 39 anos	120	9,7	11,5
40 a 44 anos	128	10,3	12,3
45 a 49 anos	117	9,4	11,2
50 a 54 anos	78	6,3	7,5
55 a 59 anos	56	4,5	5,4
60 a 64 anos	32	2,6	3,1
65 a 69 anos	16	1,3	1,5
70 a 74 anos	5	0,4	0,5
75 a 79 anos	4	0,3	0,4
80 a 84 anos	2	0,2	0,2
85 a 89 anos	1	0,1	0,1
Subtotal	1044	84,3	100,0
Dados não válidos	195	15,7	
Total	1239	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 2.3.

Idade dos adultos e das crianças/adolescentes que os acompanham, segundo o sexo

Idade em faixa etária	Homens		Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
< 1 ano	-	-	-	-	6	0,6
1 a 4 anos	8	0,9	6	3,3	14	1,3
5 a 9 anos	12	1,4	12	6,5	24	2,3
10 a 14 anos	26	3,0	8	4,3	34	3,3
15 a 19 anos	26	3,0	8	4,3	34	3,3
20 a 24 anos	72	8,4	24	13,0	96	9,2
25 a 29 anos	104	12,1	24	13,0	128	12,3
30 a 34 anos	127	14,8	25	13,6	152	14,6
35 a 39 anos	108	12,6	12	6,5	120	11,5
40 a 44 anos	111	13,0	17	9,2	128	12,3
45 a 49 anos	105	12,3	12	6,5	117	11,2
50 a 54 anos	63	7,4	15	8,2	78	7,5
55 a 59 anos	47	5,5	9	4,9	56	5,4
60 a 64 anos	26	3,0	6	3,3	32	3,1
65 a 69 anos	13	1,5	3	1,6	16	1,5
70 a 74 anos	4	0,5	1	0,5	5	0,5
75 a 79 anos	4	0,5	0	0,0	4	0,4
80 a 84 anos	1	0,1	1	0,5	2	0,2
85 a 89 anos	0	0,0	1	0,5	1	0,1
Total	857	97,5	184	100,0	1.042	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte – 2005.

(*) Não há informação sobre o sexo das 6 crianças de menos de 1 ano.

Tabela 2.4.

Percentual da idade dos adultos e das crianças/adolescentes que os acompanham, segundo o sexo

Idade em faixa etária	Homens		Mulheres		Total
	%	Nº	%	Nº	
< 1 ano	-	-	-	-	(*)
1 a 4 anos	57,1	8	42,9	6	100,0
5 a 9 anos	50,0	12	50,0	12	100,0
10 a 14 anos	76,5	26	23,5	8	100,0
15 a 19 anos	76,5	26	23,5	8	100,0
20 a 24 anos	75,0	72	25,0	24	100,0
25 a 29 anos	81,3	104	18,8	24	100,0
30 a 34 anos	83,6	127	16,4	25	100,0
35 a 39 anos	90,0	108	10,0	12	100,0
40 a 44 anos	86,7	111	13,3	17	100,0

CONTINUAÇÃO

Idade em faixa etária	Homens		Mulheres		Total
	%	Nº	%	Nº	
45 a 49 anos	89,7	105	10,3	12	100,0
50 a 54 anos	80,8	96	19,2	24	100,0
55 a 59 anos	83,9	96	16,1	24	100,0
60 a 64 anos	81,3	96	18,8	24	100,0
65 a 69 anos	81,3	96	18,8	24	100,0
70 a 74 anos	80,0	96	20,0	24	100,0
75 a 79 anos	100,0	4	0,0	0	100,0
80 a 84 anos	50,0	2	50,0	2	100,0
85 a 89 anos	0,0	0	100,0	1	100,0
Total	82,3	969	17,7	969	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 2.5.

População adulta em grandes faixas etárias

Grandes grupos de idade	Nº	%	% dos dados válidos
18 a 40 anos	564	48,5	58,2
41 a 59 anos	345	29,6	35,6
60 anos e mais	60	5,2	6,2
Subtotal	969	83,2	100,0
Dados não válidos	195	16,8	
Total	1164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte – 2005.

Tabela 2.6.

Sexo do entrevistado, segundo a idade

Grandes grupos etários	Sexo		Total
	Masculino*	Feminino	
18 a 40 anos	465	99	564
41 a 59 anos	298	47	345
60 a 89 anos	48	12	60
Total	811	158	969

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 2.7.
Percentual do sexo dos entrevistados, segundo a idade

Grandes grupos etários	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
18 a 40 anos	57,3	62,7	58,2
41 a 59 anos	36,7	29,7	35,6
60 a 89 anos	5,9	7,6	6,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 2.8.
Percentual do sexo do entrevistado, segundo a idade

Grandes grupos etários	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
18 a 40 anos	82,4	17,6	100,0
41 a 59 anos	86,4	13,6	100,0
60 a 89 anos	80,0	20,0	100,0
Total	83,7	16,3	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 2.9.
Menores, por idade

Idade simples	Homens	Mulheres	Total
0	-	-	6
1	2	5	7
3	1	1	2
4	5	0	5
5	2	4	6
6	4	1	5
7	2	2	4
8	2	3	5
9	2	2	4
11	3	3	6
12	3	1	4
13	3	2	5
14	1	2	3
15	2	2	4
16	1	1	2

CONTINUAÇÃO

Menores, por idade	Homens	Mulheres	Total
Idade simples	4	1	5
16	3	2	5
17	37	30	73
Subtotal	-	-	2
Sem informação de sexo	37	30	75 (*)
Total			

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

(*) O total de 75 inclui as 6 crianças de menos de 1 ano e os 2 casos sem informação de sexo.

Obs: 36 estão frequentando a escola.

Tabela 2.10.

População adulta, por idade

Idade simples	Nº	%	% dos dados válidos
18	16	1,4	1,7
19	18	1,5	1,9
20	14	1,2	1,4
21	17	1,5	1,8
22	15	1,3	1,5
23	22	1,9	2,3
24	28	2,4	2,9
25	35	3,0	3,6
26	24	2,1	2,5
27	24	2,1	2,5
28	18	1,5	1,9
29	27	2,3	2,8
30	26	2,2	2,7
31	22	1,9	2,3
32	34	2,9	3,5
33	38	3,3	3,9
34	32	2,7	3,3
35	21	1,8	2,2
36	16	1,4	1,7
37	26	2,2	2,7
38	37	3,2	3,8
39	20	1,7	2,1
40	34	2,9	3,5
41	14	1,2	1,4

CONTINUAÇÃO
População adulta, por idade

Idade simples	Nº	%	% dos dados válidos
42	23	2,0	2,4
43	28	2,4	2,9
44	29	2,5	3,0
45	31	2,7	3,2
46	19	1,6	2,0
47	24	2,1	2,5
48	19	1,6	2,0
49	24	2,1	2,5
50	31	2,7	3,2
51	7	0,6	0,7
52	12	1,0	1,2
53	9	0,8	0,9
54	19	1,6	2,0
55	19	1,6	2,0
56	14	1,2	1,4
57	11	0,9	1,1
58	7	0,6	0,7
59	5	0,4	0,5
60	8	0,7	0,8
61	2	0,2	0,2
62	9	0,8	0,9
63	8	0,7	0,8
64	5	0,4	0,5
65	8	0,7	0,8
66	1	0,1	0,1
67	2	0,2	0,2
68	3	0,3	0,3
69	2	0,2	0,2
70	2	0,2	0,2
71	1	0,1	0,1
72	2	0,2	0,2
75	2	0,2	0,2
76	2	0,2	0,2
80	1	0,1	0,1
84	1	0,1	0,1

CONTINUAÇÃO
População adulta, por idade

	Nº	%	% dos dados válidos
Idade simples	1	0,1	0,1
89	969	83,2	100,0
Subtotal	195	16,8	
Dados não válidos	1164	100,0	
Total			

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 2.11.

Menores, por idade

Idade simples	Nº	%
0	6	8,0
1	7	9,3
3	2	2,7
4	6	8,0
5	5	6,7
6	5	6,7
7	4	5,3
8	5	6,7
9	4	5,3
11	6	8,0
12	4	5,3
13	3	4,0
14	4	5,3
15	2	2,7
16	5	6,7
17	5	6,7
Dados não válidos	2	2,7
Total	75	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.
Obs: 36 estão frequentando a escola

Tabelas 3: COR / RAÇA

Tabela 3.1

Cor / raça	Nº	%	% dos dados válidos
Parda	666	57,2	59,9
Negra	268	23,0	24,1
Branca	169	14,5	15,2
Amarela/Vermelha	9	0,8	0,8
Subtotal	1112	95,5	100,0
Dados não válidos	52	4,5	
Total	1164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 3.2

Cor / raça - Declarada	Nº	%	% dos dados válidos
Moreno, moreno claro, moreno escuro, moreno pardo ou moreno negro	473	40,6	42,5
Negro ou preto	268	23,0	24,1
Pardo	142	12,2	12,8
Branco	140	12,0	12,6
Claro	25	2,1	2,2
Escuro ou escurim	17	1,5	1,5
Marrom ou marrom bom-bom	10	0,9	0,9
Mulato, mulato claro ou mulato escuro	10	0,9	0,9
Mulato, mulato claro ou mulato escuro	8	0,7	0,7
Amarelo ou amarelado	6	0,5	0,5
Castanho	3	0,3	0,3
Jambo	2	0,2	0,2
Russo	1	0,1	0,1
Vermelho	1	0,1	0,1
Café-com-leite	1	0,1	0,1
Cravo e canela	1	0,1	0,1
Mestiço	1	0,1	0,1
Pálido	1	0,1	0,1
Roxo	1	0,1	0,1
Ruivo	1	0,1	0,1

CONTINUAÇÃO

Cor / raça - Declarada	Nº	%	% dos dados válidos
Serará	1	0,1	0,1
Subtotal	1112	95,5	100,0
Dados não válidos	52	4,5	
Total	1164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabelas 4: ESCOLARIDADE

Tabela 4.1.

Grau de alfabetização

	Nº	%	% dos dados válidos
Sabe ler e escrever	744	63,9	78,6
Só assina o nome	100	8,6	10,6
Analfabeto	102	8,8	10,8
Subtotal	946	81,3	100,0
Dados não válidos	218	18,7	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 4.2

Percentual de acordo com afabetização, segundo o sexo - 2005

	Masculino	Feminino	Total
Sabe ler e escrever	80,4	69,7	78,6
Só assina o nome	9,6	15,5	10,6
Analfabeto	10,0	14,8	10,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 4.3

Percentual de acordo com afabetização, segundo o sexo - 1998

	Masculino	Feminino	Total
Sabe ler e escrever	79,2	62,1	75,6
Só assina o nome	13,1	23,1	15,2
Analfabeto	7,7	14,8	9,2
Total	100,0	100,0	100,00

Fonte: 1º Censo da População de Rua de Belo Horizonte-1988

Tabela 4.4

Grau de escolaridade, segundo o sexo do entrevistado

	Masculino	Feminino	Total
Nunca foi à escola	66	15	81
1a a 4a série	302	79	381
5a a 8a série	315	50	365

CONTINUAÇÃO

Grau de escolaridade, segundo o sexo do entrevistado

	Masculino	Feminino	Total
	83	7	90
	23		23
Ensino Médio Superior	789	151	940

Total de dados válidos

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 4.5.

Percentual do grau de escolaridade, segundo o sexo do entrevistado

	Masculino	Feminino	Total
Nunca foi à escola	8,4	9,9	8,6
1a a 4a série	38,3	52,3	40,5
5a a 8a série	39,9	33,1	38,8
Ensino Médio Superior	10,5	4,6	9,6
	2,9	0,0	2,4
Total de dados válidos	100,0	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 4.6.

Grau de escolaridade completa ou incompleta, segundo o sexo do entrevistado

	Completo			Incompleto			S/I	Total
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total		
1a a 4a série	124	28	152	146	44	190	39	381
5a a 8a série	101	13	114	171	24	195	56	365
Ensino Médio Superior	46	4	50	28	3	31	9	90
	9	0	9	10	0	10	4	23
Total de dados válidos	280	45	325	355	71	426	108	859

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 4.7

Distribuição relativa por grau de escolaridade completa ou incompleta, relativamente ao total por sexo

	Completo			Incompleto			Total*
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	
1a a 4a série	44,3	62,2	46,8	41,1	62,0	44,6	0,0
5a a 8a série	36,1	28,9	35,1	48,2	33,8	45,8	16,7
Ensino Médio Superior	16,4	8,9	15,4	7,9	4,2	7,3	33,3

CONTINUAÇÃO

Distribuição relativa por grau de escolaridade completa ou incompleta, relativamente ao total por sexo

	Completo			Incompleto			Total*
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	
Superior	3,2	0,0	2,8	2,8	0,0	2,3	50,0
Total de dados válidos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Total dos que possuem escolaridade

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabelas 5: MIGRAÇÃO

Tabela 5.1

Lugar onde nasceu	Nº	% dos dados válidos
Belo Horizonte	300	32,6
Região Metropolitana de BH, exceto BH	37	4,0
Interior de Minas Gerais	379	41,2
Outros estados	201	21,9
Outros países	2	0,2
Total dos que responderam	919	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 5.2

Nascimento na área urbana ou rural	Nº	%
Cidade	773	84,9
Roça	138	15,1
Total	911	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 5.3

Tempo de moradia em Belo Horizonte	Nº	%	% dos dados válidos
Menos de 06 meses	95	8,2	15,0
De 06 meses a 2 anos	65	5,6	10,3
De 2 a 5 anos	68	5,8	10,7
Mais de 5 anos	405	34,8	64,0
Subtotal	633	54,4	100,0
Dados não válidos	531	45,6	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 5.5

Último lugar de moradia anterior a Belo Horizonte

	Nº	% dos dados válidos
Região Metropolitana de BH	53	9,1
Interior de Minas Gerais	281	48,0
Outros estados	248	42,4
Outros países	3	0,5
Total	585	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 5.6.

Última unidade da federação onde morou, anteriormente à vinda para Belo Horizonte

	Nº	%	% dos dados válidos
MG	349	30,0	58,4
SP	82	7,0	13,7
RJ	40	3,4	6,7
BA	34	2,9	5,7
ES	34	2,9	5,7
DF	12	1,0	2,0
PR	10	0,9	1,7
PE	6	0,5	1,0
GO	5	0,4	0,8
MS	5	0,4	0,8
MT	5	0,4	0,8
PI	4	0,3	0,7
AM	2	0,2	0,3
AL	1	0,1	0,2
CE	1	0,1	0,2
MA	1	0,1	0,2
PA	1	0,1	0,2
PB	1	0,1	0,2
RN	1	0,1	0,2
RO	1	0,1	0,2
RS	1	0,1	0,2
SE	1	0,1	0,2
TO	1	0,1	0,2
Subtotal	598	51,4	100,0
Dados não válidos	2	0,2	
Não se aplica	564	48,5	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 5.7.

Residência em área urbana ou rural, anteriormente à vinda para Belo Horizonte

	Nº	%	% dos dados válidos
Área urbana	478	41,1	86,3
Área rural	76	6,5	13,7
Subtotal	554	47,6	100,0
Dados não válidos	610	52,4	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 5.8

Motivo da vinda para Belo Horizonte

	Nº	% dos dados válidos
Procura de trabalho	311	50,4
Acompanhamento de familiar	90	14,6
Desavença familiar	43	7,0
Tratamento de saúde	25	4,1
Outros	148	24,0
Total	617	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabelas 6: SITUAÇÃO NA RUA / INSTITUIÇÕES:

Tabela 6.1

Lugar onde se encontrava, no momento da entrevista			
Censos 1998 e 2005			
	1998 (%)	2005 (%)	
Avenidas, praças, ruas	39,74	60,43	
Instituições	38,32	39,57	
Baixios de viadutos	21,94	-	
Total	100,0	1164	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 6.2.

Instituição onde se encontrava, no momento da entrevista			
	Nº	%	% dos dados válidos
Albergue Municipal Tia Branca	261	22,4	56,9
Centro de Referência Estadual do Migrante - (Ex-Abrigo BH)	71	6,1	15,5
Toca de Assis (ONG - Abrigo)	31	2,7	6,8
República Maria Maria (Feminina)	29	2,5	6,3
República Reviver (Masculina)	26	2,2	5,7
FUNDAP - (EX-IMAP) Casa Irmã Sheila (Abrigo)	22	1,9	4,8
Instituto Raul Soares (Hospital psiquiátrico)	6	0,5	1,3
Minha Casa (ONG)	6	0,5	1,3
Hospital Júlia Kubitschek - (Hospital geral)	3	0,3	0,7
Hospital Odilon Behrens (Hospital geral)	2	0,2	0,4
Hospital Nossa Senhora da Aparecida (Hospital geral)	1	0,1	0,2
Clinica Nossa Senhora da Conceição (Entidade filantrópica)	1	0,1	0,2
Subtotal	459	39,4	100,0
Dados não válidos	704	60,5	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 6.3.

Lugar onde se encontrava no momento da entrevista, segundo o sexo do entrevistado			
	Masculino	Feminino	Total
Avenidas, praças, ruas, baixios de viaduto, etc	624	70	694
Instituições	392	64	456
Total	1016	134	1150

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 6.4.

Percentual do lugar onde se encontrava no momento da entrevista, segundo o sexo do entrevistado			
	Masculino	Feminino	Total
Avenidas, praças, ruas, baixios de viaduto, etc	61,4	52,2	60,3
Instituições	38,6	47,8	39,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 6.5.

Declaração, pelo entrevistado, do lugar onde dorme			
	Nº	%	% dos dados válidos
Logradouros públicos (ruas, avenidas, praças e baixios de viadutos)	480	41,2	52,1
Instituições públicas (albergues, abrigos, serviços, etc)	366	31,4	39,7
Instituições privadas	37	3,2	4,0
Ocupações não consolidadas	20	1,7	2,2
Outros	19	1,6	2,1
Subtotal	922	79,2	100,0
Dados não válidos	242	20,8	
Total	1164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 6.6.

Declaração, pelo entrevistado, do lugar onde dorme, segundo o sexo			
	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Instituições públicas (albergues, abrigos, serviços, etc)		46	366
Logradouros públicos (ruas, avenidas, praças e baixios de viadutos)	426	54	480
Instituições privadas	27	10	37
Ocupações não consolidadas	13	7	20
Outros	12	7	19
Total	798	124	922

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 6.7.

Percentual da declaração, pelo entrevistado, do lugar onde dorme, segundo o sexo

	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Instituições públicas (albergues, abrigos, serviços etc)	40,1	37,1	39,7
Instituições privadas	3,4	8,1	4,0
Ocupações não consolidadas	1,6	5,6	2,2
Outros	1,5	5,6	2,1
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 6.8.

Tempo de permanência na rua

	Nº	%	% dos dados válidos
Menos de 1 mês	69	5,9	7,52
De 1 a 6 meses	142	12,2	15,49
De 6 meses a 1 ano	76	6,5	8,29
De 1 a 5 anos	272	23,4	29,66
De 5 a 10 anos	153	13,1	16,68
Acima de 10 anos	205	17,6	22,36
Subtotal	917	78,8	100,00
Dados não válidos	247	21,2	
Total	1164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 6.9.

Tempo de permanência na rua, segundo o sexo do entrevistado

	Masculino		Feminino		Total	
	Nº	% dos dados válidos	Nº	% dos dados válidos	Nº	% dos dados válidos
Menos de 1 mês	60	7,5	9	7,4	69	7,5
De 1 a 6 meses	118	14,8	24	19,8	142	15,5
De 6 meses a 1 ano	67	8,4	9	7,4	76	8,3
De 1 a 5 anos	243	30,5	29	24,0	272	29,7
De 5 a 10 anos	131	16,5	22	18,2	153	16,7
Acima de 10 anos	177	22,2	28	23,1	205	22,4
Subtotal	796	100,0	121	100,0	917	100,0

CONTINUAÇÃO

Tempo de permanência na rua, segundo o sexo do entrevistado

	Masculino		Feminino		Total	
	Nº	% dos dados válidos	Nº	% dos dados válidos	Nº	% dos dados válidos
Dados não válidos	202		13		215	
Total	998		134		1132	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 6.10.

Percentual de passagem por instituições, segundo o tempo de permanência na rua

Instituições	Tempo de permanência na rua						S/I	Total
	Menos de 1 mês	De 1 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos		
Não	12,4	20,2	10,4	27,0	12,4	16,3	1,3	100,0
Orfanatos, internatos, etc.	2,8	7,0	2,8	35,2	19,7	31,0	1,4	100,0
Hospital - clínica geral	5,0	12,1	6,6	30,4	18,4	24,1	3,4	100,0
Hospital psiquiátrico	5,8	9,5	5,1	28,5	19,0	26,3	5,8	100,0
CERSAM - Centro de Referência em Saúde Mental	8,0	14,7	2,7	29,3	16,0	22,7	6,7	100,0
Instituições de recuperação dependência química	5,4	15,5	3,1	27,1	21,7	24,8	2,3	100,0
Febem	3,5	3,5	2,6	20,0	23,5	45,2	1,7	100,0
Instituições de detenção	5,6	9,9	6,8	25,5	21,1	29,2	1,9	100,0
Outras	5,7	17,0	9,4	20,8	18,9	26,4	1,9	100,0
Dados não válidos	1,3	0,9	0,0	4,8	1,3	1,8	89,9	100,0
Total	6,0	11,4	5,5	24,5	15,8	22,1	14,7	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 6.11.

Tempo de desemprego, segundo o tempo de permanência na rua

Tempo de permanência na rua	Tempo de desemprego					Dados não válidos	Total
	menos 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	mais 5 anos		
Menos de 1 mês	7	5	9	9	22	17	69
De 1 a 6 meses	11	13	10	31	33	44	142
De 6 meses a 1 ano	0	6	4	18	28	20	76
De 1 a 5 anos	8	10	22	51	100	81	272
De 5 a 10 anos	6	6	7	22	75	37	153

CONTINUAÇÃO

Tempo de desemprego, segundo o tempo de permanência na rua

Tempo de permanência na rua	Tempo de desemprego					Dados não válidos	Total
	menos 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	mais 5 anos		
Acima de 10 anos	7	6	12	22	83	75	205
Dados não válidos	1	0	0	0	11	274	917
Total	40	46	64	153	352	509	1164

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 6.12.

Percentual do tempo de desemprego, segundo o tempo de permanência na rua

Tempo de permanência na rua	Tempo de desemprego					Dados não válidos	Total
	menos 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	mais 5 anos		
Menos de 1 mês	17,9	10,9	14,1	5,9	6,5	6,2	7,5
De 1 a 6 meses	28,2	28,3	15,6	20,3	9,7	16,1	15,5
De 6 meses a 1 ano	0,0	13,0	6,3	11,8	8,2	7,3	8,3
De 1 a 5 anos	20,5	21,7	34,4	33,3	29,3	29,6	29,7
De 5 a 10 anos	15,4	13,0	10,9	14,4	22,0	13,5	16,7
Acima de 10 anos	17,9	13,0	18,8	14,4	24,3	27,4	22,4
Total dos dados válidos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 6.13.

Declaração, pelo entrevistado, de ter problema de saúde, segundo o tempo de permanência na rua

Tempo de permanência na rua	Não Tem	Tem	Dados não válidos	Total
Menos de 1 mês	41	27	1	69
De 1 a 6 meses	81	60	1	142
De 6 meses a 1 ano	49	27	0	76
De 1 a 5 anos	149	116	7	272
De 5 a 10 anos	81	70	2	153
Acima de 10 anos	108	89	8	205
Subtotal	509	389	19	917
Dados não válidos	10	13	224	247
Total	519	402	243	1.164

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 6.14.

Percentual da declaração, pelo entrevistado, de ter problema de saúde, segundo o tempo de permanência na rua

Tempo de permanência na rua	Não Tem	Tem	Dados não válidos	Total
Menos de 1 mês	8,1	6,9	5,3	7,5
De 1 a 6 meses	15,9	15,4	5,3	15,5
De 6 meses a 1 ano	9,6	6,9	-	8,3
De 1 a 5 anos	29,3	29,8	36,8	29,7
De 5 a 10 anos	15,9	18,0	10,5	16,7
Acima de 10 anos	21,2	22,9	42,1	22,4
Total dos dados válidos	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 7: MORADIA

Tabela 7.1

Já teve casa em Belo Horizonte, antes de ir para a rua

Censos 1998 e 2005

Categorias de respostas	(%) 1998	(%) 2005
Não	52,9	43,6
Sim, casa de favor	4,1	4,0
Sim, casa própria	9,0	19,3
Sim, casa de parente	16,1	15,7
Sim, casa alugada	13,6	13,8
Sim, casa em área de risco	-	2,6
Outros	4,4	1,1
Total	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 7.2

Já teve casa em Belo Horizonte, antes de ir para a rua

Censo 1998

	Nº	%
Não	52,85	43,6
Sim, casa de favor	4,07	4,0
Sim, casa própria	8,96	19,3
Sim, casa de parente	16,07	15,7
Sim, casa alugada	13,62	13,8
Outros	4,42	2,6
Subtotal	100	1,1
Dados não válidos	241	100,0
Total	1164	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabelas 8: PASSAGENS POR INSTITUIÇÕES

Tabela 8.1

Voce já esteve em alguma instituição?

INSTITUIÇÕES	% dos dados válidos (*)
Não	21,47
Sim, Hospital - clínica geral	26,64
Sim, Instituição de detenção	11,40
Sim, Hospital psiquiátrico	9,79
Sim, Instituição de recuperação de dependência química	9,02
Sim, Febem	8,04
Sim, orfanatos, internatos, etc.	5,66
Sim, CERSAM - Centro de Referência em Saúde Mental	5,66
Sim, Outras	2,31
Total acumulado	100,00

(*) É possível que uma mesma pessoa tenha frequentado mais de uma instituição
Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 8.2

Frequência a instituições

	Nº
Não	147
Sim, Albergue	420
Sim, Centro de Referência da População de Rua de BH	386
Sim, Abrigo São Paulo	355
Sim, Centro de Referência Estadual do Migrante (Ex-Abrigo BH)	179
Sim, República Reviver	86
Sim, República Maria Maria	50
Sim, Núcleo de Apoio à Família	19
Sim, Outras	53
Subtotal acumulado	1695
Dados não válidos	224
Total acumulado	1919

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

(*) % relativo ao total de casos válidos: 940 (1164-224).

(**) % relativo ao total dos dados válidos, ou seja, do acumulado das escolhas: 1695. A mesma pessoa pode ter frequentado mais de uma instituição.

Tabelas 9: MOBILIDADE

Tabela 9.1.

Saída de BH e retorno, de janeiro a outubro de 2005

	Nº	%	% dos dados válidos
Não	748	64,3	81,1
Sim	174	14,9	18,9
Subtotal	922	79,2	100,0
Dados não válidos	242	20,8	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 9.2.

Nº de vezes que saiu de BH e retornou, de janeiro a outubro de 2005

	Nº	%	% dos dados válidos
1 vez	104	8,9	62,7
2 vezes	26	2,2	15,7
3 vezes	13	1,1	7,8
4 vezes ou mais	23	2,0	13,9
Subtotal	166	14,3	100,0
Dados não válidos	998	85,7	
Total	1.164	*100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 9.3.

Meio de transporte utilizado na saída de BH, de janeiro a outubro de 2005

	Nº	%	% dos dados válidos
Ônibus	79	6,8	49
A pé	33	2,8	21
Carona	19	1,6	12
Trem	16	1,4	10
Caminhão	5	0,4	3
Carro	3	0,3	2
Van	2	0,2	1
Bicicleta	1	0,1	1
Ambulância	1	0,1	1

CONTINUAÇÃO
Meio de transporte utilizado na saída de BH, de janeiro a outubro de 2005

	Nº	%	% dos dados válidos
Avião (por conta da firma)	1	0,1	1
Subtotal	160	13,7	100
Dados não válidos	1.004	86,3	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 9.4.
Região para onde foi e de onde retornou a BH, de janeiro a outubro de 2005

	Nº	%	% dos dados válidos
Outros estados	74	6,4	45,4
Interior de MG	69	5,9	42,3
Região Metropolitana de BH, exceto BH	20	1,7	12,3
Subtotal	163	14,0	100,0
Dados não válidos	1.001	86,0	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 9.5.

Motivo da viagem feita de janeiro a outubro de 2005

	Nº	%	% dos dados válidos
Referência geral a trabalho e emprego	46	4,0	28,0
(Re)construção de relações afetivas/familiares	40	3,4	24,4
Realização de trabalho específico	18	1,5	11,0
Distração, diversão, passeio, férias	16	1,4	9,8
Conhecer: a cidade / a praia / as morenas	8	0,7	4,9
Busca de novas possibilidades ou melhores condições de vida	5	0,4	3,0
Tratamento de saúde	5	0,4	3,0
Sem motivo definido	2	0,2	1,2
Atividades do Centro de Referência da População de Rua	2	0,2	1,2
Moradia em outro município	2	0,2	1,2
Recuperação de dependência química	2	0,2	1,2
Motivos religiosos	2	0,2	1,2
Obtenção de dinheiro	2	0,2	1,2

CONTINUAÇÃO

Motivo da viagem feita de janeiro a outubro de 2005

Motivo da viagem	Nº	%	% dos dados válidos
Não chegada ao destino desejado	2	0,2	1,2
Obtenção de documento	2	0,2	1,2
Para ficar na rua	1	0,1	0,6
Fuga de clínica de recuperação	1	0,1	0,6
Levar dinheiro para familiar	1	0,1	0,6
Negou-se a responder	1	0,1	0,6
Programa	1	0,1	0,6
Resolução de problema	1	0,1	0,6
Se colocar num lugar	1	0,1	0,6
Retorno para casa	1	0,1	0,6
Votação	1	0,1	0,6
Problemas ("Cabeça pesada")	1	0,1	0,6
Subtotal	164	14,1	100,0
Dados não válidos	1.000	85,9	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 9.6.

Mês em que saiu de Belo Horizonte, de janeiro a outubro de 2005

Mês	Nº	%	% dos dados válidos
Setembro	22	1,9	15,4
Outubro	21	1,8	14,7
Junho	16	1,4	11,2
Janeiro	15	1,3	10,5
Agosto	14	1,2	9,8
Fevereiro	12	1,0	8,4
Mai	10	0,9	7,0
Julho	9	0,8	6,3
Março	8	0,7	5,6
Abril	8	0,7	5,6
Começo do ano	7	0,6	4,9
Meio do ano	1	0,1	0,7
Subtotal	143	12,3	100,0
Dados não válidos	1.021	87,7	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 9.7.

Quanto tempo permaneceu fora de BH, de janeiro a outubro de 2005

Tempo	Nº	%	% dos dados válidos
Até 1 semana, inclusive	35	23,2	19,9
Mais de 1 semana até 1 mês	54	35,8	30,7
Mais de 1 mês a 3 meses	34	22,5	19,3
Mais de 3 meses a 6 meses	15	9,9	8,5
Mais de 6 meses	13	8,6	7,4
Subtotal	151	100,0	100,0
Dados não válidos	1.013	670,9	
Total	1.164	770,9	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabelas 10: TRABALHO

Tabela 10.1

Profissão (*)	Nº	%	% dos dados válidos
Pedreiro	83	7,1	21,0
Pintor	43	3,7	10,9
Trabalhador doméstico	43	3,7	10,9
Servente de pedreiro	39	3,4	9,8
Faxineiro	25	2,1	6,3
Eletricista	22	1,9	5,6
Servente	19	1,6	4,8
Cozinheiro	19	1,6	4,8
Motorista	18	1,5	4,5
Balconista	16	1,4	4,0
Mecânico	12	1,0	3,0
Carpinteiro	11	0,9	2,8
Lavador de carros	9	0,8	2,3
Vigia	7	0,6	1,8
Operador	6	0,5	1,5
Armador de estruturas	5	0,4	1,3
Segurança	5	0,4	1,3
Garçon	5	0,4	1,3
Auxiliar de produção	3	0,3	0,8
Tratorista	2	0,2	0,5
Tomeiro mecânico	2	0,2	0,5
Peão de rodeio	1	0,1	0,3
Inspetor de qualidade	1	0,1	0,3
Subtotal	396	34,0	100,0
Dados não válidos	768	66,0	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

(*) Foram adotadas as categorias profissionais utilizadas no 1º Censo da População de Rua de Belo Horizonte de 1998.

Tabela 10.2.

Especificação da profissão, segundo o sexo do entrevistado	Masculino		Feminino	Total
Pedreiro	83	0		83
Pintor	43	0		43

CONTINUAÇÃO

Especificação da profissão, segundo o sexo do entrevistado	Masculino	Feminino	Total
	8	35	43
Trabalhador doméstico	39	0	39
Servente de pedreiro	17	8	25
Faxineiro	22	0	22
Eletricista	19	0	19
Servente	11	8	19
Cozinheiro	18	0	18
Motorista	15	1	16
Balconista	12	0	12
Mecânico	11	0	11
Carpinteiro	9	0	9
Lavador de carros	7	0	7
Vigia	6	0	6
Operador	5	0	5
Armador de estruturas	5	0	5
Segurança	5	0	5
Garçon	5	0	5
Auxiliar de produção	3	0	3
Tratorista	2	0	2
Tomeiro mecânico	2	0	2
Peão de rodeio	0	1	1
Inspetor de qualidade	1	0	1
Subtotal	343	53	396
Dados não válidos	673	81	754
Total	1.016	134	1.150

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 10.3.

Experiência de trabalho fichado

	Nº	%	% dos dados válidos
Não	248	21,3	27,3
Sim	660	56,7	72,7
Subtotal	908	78,0	100,0
Dados não válidos	256	22,0	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 10.4.
Há quanto tempo trabalhou fichado?

	Nº	%	% dos dados válidos
Há menos de 6 meses	40	3,4	6,1
De 6 meses a 1 ano	46	4,0	7,0
De 1 ano a 2 anos	64	5,5	9,8
De 2 anos a 5 anos	153	13,1	23,4
Mais de 5 anos	352	30,2	53,7
Subtotal	655	56,3	100,0
Dados não válidos	509	43,7	
Total	1164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 10.5.
Atividade realizada para ganhar dinheiro

	Nº	% dos casos válidos (*)	% dos dados válidos (**)
Cata material reciclável	354	37,54	32,9
Pede ajuda	151	16,01	14,0
Não tem ocupação	109	11,56	10,1
Trabalha sem carteira assinada	106	11,24	9,9
Trabalha com carteira assinada	15	1,59	1,4
Trabalha com contrato temporário	3	0,32	0,3
Outras ocupações (***)	337	35,74	31,3
Subtotal	1075	114,00	100,0
Dados não válidos	221	23,44	
Total	1296	137,43	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

(*) Percentual em relação ao total de casos válidos: 943 (1164-221)

(**) Percentual em relação ao total de dados válidos: 1075

(***) Especificação de "Outras ocupações" na Tabela 10.6

Tabela 10.6.

(**) Especificação de "Outras ocupações"

	Nº	%	% dos dados válidos
Vigia, lava e/ou manobra carros	100	29,7	9,3
Faz bicos ou biscate declarados	74	22,0	6,9

CONTINUAÇÃO
(**) Especificação de "Outras ocupações"

	Nº	%	% dos dados válidos
Trabalha no comércio informal	31	9,2	2,9
Artesanato e reciclagem	23	6,8	2,1
Trabalha na área de transporte e carregamento: ajudante de caminhão, carregador, carroto, etc.	21	6,2	2,0
Atos ilícitos	15	4,5	1,4
"Esmolas"	13	3,9	1,2
Trabalhos na construção civil, servente, bicos, etc	11	3,3	1,0
Atividades ligadas a ferro velho	9	2,7	0,8
Recebe doações da família e/ou amigos	8	2,4	0,7
Outras ocupações/fontes	32	9,5	3,0
Total	337	100,0	31,3

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 10.7.

Ocupação, segundo o sexo do entrevistado

	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
Sem ocupação	89	20	9,6	15,0
Trabalha com carteira assinada	11	4	1,2	3,0
Trabalha sem carteira assinada	99	7	10,7	5,3
Trabalha com contrato temporário	3	0	0,3	0,0
Cata material reciclável	308	48	33,3	36,1
Pede ajuda	113	24	12,2	18,0
Outros	301	30	32,6	22,6
Total de dados válidos	924	133	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 10.8.

Especificação da atividade realizada para ganhar dinheiro e indicada em primeiro lugar

	Nº	% (*)	% dos dados válidos
Cata de material reciclável ou reciclagem	329	28,3	44,0
Vigia, lava e/ou manobra carros, flanelinha, vende de cartão rotativo, frentista, etc.	100	8,6	13,4
Pede ajuda / pede dinheiro / esmola	69	5,9	9,2
Comércio informal: camelô, cambista, etc.	42	3,6	5,6

CONTINUAÇÃO
Especificação da atividade realizada para ganhar dinheiro e indicada em primeiro lugar

	Nº	% (*)	% dos dados válidos
Trabalhos na construção civil: pedreiro, servente, bicos, etc.	37	3,2	5,0
Bicos ou biscate declarados	36	3,1	4,8
Área transporte e carregamento: ajudante de caminhão, carregador, etc.	29	2,5	3,9
Arte e artesanato	22	1,9	2,9
Ajudante/aux de serviços gerais, sem especificação	13	1,1	1,7
Faxina / doméstica / lava roupa / faz salgados / babá, etc.	13	1,1	1,7
Roubo e furto	6	0,5	0,8
Limpa jardim e/ou lote / corte de árvore / jardineiro	5	0,4	0,7
Operador de máquina	4	0,3	0,5
Atividades ligadas a drogas	2	0,2	0,3
Prostituição/programa	2	0,2	0,3
Não quis falar	2	0,2	0,3
Outros	36	3,1	4,8
Subtotal	747	64,2	100,0
Dados não válidos	417	35,8	
Total	1164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 10.9.

Percentual da atividade realizada para ganhar dinheiro e especificada em primeiro lugar, segundo o sexo dos entrevistados

Atividades	Homens	Mulheres	Total
Cata de material reciclável ou reciclagem	42,1	48,3	42,8
Vigia, lava e/ou manobra carros, flanelinha, vende cartão rotativo, frentista, etc.	13,4	10,1	13,0
Pede ajuda / pede dinheiro / esmola	8,1	15,7	9,0
Comércio informal: camelô, cambista, etc.	6,0	1,1	5,5
Trabalha na construção civil: pedreiro, servente, bicos, etc.	5,4	0,0	4,8
Faz bicos ou biscate declarados	5,3	0,0	4,7
Trabalha na área de transporte e carregamento: ajudante de caminhão, carregador, etc.	4,3	0,0	3,8
Outros	3,2	2,2	3,1
Produce objetos de arte e artesanato	3,1	1,1	2,9
Sem informação ou com informação inadequada	2,5	3,4	2,6
Faz trabalhos domésticos: trabalhos em geral / faxina / lava roupa / salgados / babá, etc.	0,3	12,4	1,7
Ajudante/auxiliar de serviços gerais, sem especificação	1,8	1,1	1,7

CONTINUAÇÃO

Percentual da atividade realizada para ganhar dinheiro e especificada em primeiro lugar, segundo o sexo dos entrevistados

	Homens	Mulheres	Total
Atividades	1,6	1,1	1,6
Açougueiro, balconista, borracheiro, costureira, etc.	0,7	1,1	0,8
Pratica roubo ou furto	0,7	0,0	0,7
Limpa jardim e/ou lote / corte de árvore / jardineiro	0,6	0,0	0,5
Operador de máquina	0,1	1,1	0,3
Recebe benefícios previdenciários ou assistenciais	0,3	0,0	0,3
Prostituição/programa	0,3	0,0	0,3
Não quis falar	0,1	1,1	0,3
Atividades ligadas a drogas			
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 10.10.

Ocupação, segundo o tempo de permanência na rua

	Menos de 1 mês	De 1 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Não tem ocupação	12	23	7	28	16	15	109
Trabalha com carteira assinada	2	7	1	2	2	1	15
Trabalha sem carteira assinada	10	12	7	33	24	20	106
Trabalha com contrato temporário	1	1	0	1	0	0	3
Cata material reciclável	17	43	34	90	65	100	354
Pede ajuda	13	14	11	40	15	39	137
Outros	24	52	24	103	53	67	323
Subtotal	79	152	84	297	175	242	1047
Dados não válidos	1	3	2	9	1	5	21
Total	80	155	86	306	176	247	1068

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 10.11.

Percentual de ocupação, segundo o tempo de permanência na rua

	Menos de 1 mês	De 1 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Não tem ocupação	15,2	15,1	8,3	9,4	9,1	6,2	10,4
Trabalha com carteira assinada	2,5	4,6	1,2	0,7	1,1	0,4	1,4
Trabalha sem carteira assinada	12,7	7,9	8,3	11,1	13,7	8,3	10,1
Trabalha com contrato temporário	1,3	0,7	0,0	0,3	0,0	0,0	0,3

CONTINUAÇÃO
Percentual de ocupação, segundo o tempo de permanência na rua

	Menos de 1 mês	De 1 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Carta material reciclável	21,5	28,3	40,5	30,3	37,1	41,3	33,8
Pede ajuda	16,5	9,2	13,1	13,5	8,6	16,1	13,1
Outros	30,4	34,2	28,6	34,7	30,3	27,7	30,9
Total de dados válidos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 10.12.
Ocupação, segundo o grau de alfabetização do entrevistado

	Sabe ler e escrever	Só assina o nome	Analfabeto	Total
Sem ocupação	84	11	13	108
Trabalha com carteira assinada	14	0	0	14
Trabalha sem carteira assinada	89	9	4	102
Trabalha com contrato temporário	3	0	0	3
Carta material reciclável	265	48	39	352
Pede ajuda	105	11	19	135
Outros	261	29	37	327
Subtotal	821	108	112	1.041
Dados não válidos	30	4	4	38
Total	851	112	116	1.079

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 10.13.
Percentual de ocupação, segundo o grau de alfabetização do entrevistado

	Sabe ler e escrever	Só assina o nome	Analfabeto	S//
Sem ocupação	10,2	10,2	11,6	10,4
Trabalha com carteira assinada	1,7	0,0	0,0	1,3
Trabalha sem carteira assinada	10,8	8,3	3,6	9,8
Trabalha com contrato temporário	0,4	0,0	0,0	0,3
Carta material reciclável	32,3	44,4	34,8	33,8
Pede ajuda	12,8	10,2	17,0	13,0
Outros	31,8	26,9	33,0	31,4
Total de dados válidos	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 10.14.
Há quanto tempo trabalhou fichado, segundo o tempo de permanência na rua

Última vez em que trabalhou com carteira assinada	menos 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	mais 5 anos	Dados não válidos	Total
Menos de 1 mês	7	5	9	9	22	17	69
De 1 a 6 meses	11	13	10	31	33	44	142
De 6 meses a 1 ano	0	6	4	18	28	20	76
De 1 a 5 anos	8	10	22	51	100	81	272
De 5 a 10 anos	6	6	7	22	75	37	153
Acima de 10 anos	7	6	12	22	83	75	205
Subtotal	39	46	64	153	341	274	917
Dados não válidos	1	0	0	0	11	235	247
Total	40	46	64	153	352	509	1164

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 10.15.
Percentual do tempo de desemprego, segundo o tempo de permanência na rua

Última vez em que trabalhou com carteira assinada	menos 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	mais 5 anos	Dados não válidos	Total
Menos de 1 mês	10,1	7,2	13,0	13,0	31,9	24,6	100,0
De 1 a 6 meses	7,7	9,2	7,0	21,8	23,2	31,0	100,0
De 6 meses a 1 ano	0,0	7,9	5,3	23,7	36,8	26,3	100,0
De 1 a 5 anos	2,9	3,7	8,1	18,8	36,8	29,8	100,0
De 5 a 10 anos	3,9	3,9	4,6	14,4	49,0	24,2	100,0
Acima de 10 anos	3,4	2,9	5,9	10,7	40,5	36,6	100,0
Dados não válidos	0,4	0,0	0,0	0,0	4,5	95,1	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 11: RENDIMENTO

Tabela 11.1.
Rendimento individual médio mensal das atividades especificadas pelo entrevistado (*)

Rendimento em salário mínimo	Nº	%	% dos dados válidos
Rendimento em salário mínimo	60	5,2	9,5
+ de 0 a 1/4 sm	88	7,6	14,0
+ de 1/4 a 1/5 sm	166	14,3	26,4
+ de 1/5 a 1 sm	200	17,2	31,8
+ de 1 a 2 sm	64	5,5	10,2
+ de 2 a 3 sm	20	1,7	3,2
+ de 3 a 4 sm	9	0,8	1,4
+ de 4 a 5 sm	22	1,9	3,5
+ de 5 sm	629	54,0	100,0
Subtotal	535	46,0	
Renda 0 ou sem informação			
Total	1164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

(*) Foram consideradas todas as atividades relacionadas na questão 19.1 do questionário: até 3.

Tabela 11.2.

Percentual do rendimento individual médio mensal, até três atividades especificadas, segundo o sexo do entrevistado (*)

Rendimento em salário mínimo	Masculino		Feminino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
+ de 0 a 1/4 sm	52	9,6	8	8,9	60	9,5
+ de 1/4 a 1/2 sm	71	13,1	17	18,9	88	14,0
+ de 1/5 a 1 sm	132	24,4	35	38,9	166	26,4
+ de 1 a 2 sm	181	33,5	19	21,1	200	31,8
+ de 2 a 3 sm	56	10,4	8	8,9	64	10,2
+ de 3 a 4 sm	20	3,7	1	1,1	20	3,2
+ de 4 a 5 sm	8	1,5	1	1,1	9	1,4
+ de 5 sm	21	3,9	1	1,1	22	3,5
Total de dados válidos	541	100	90	100	629	100

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

(*) Não foi considerado o rendimento 0

Tabela 11.3.

Percentual do rendimento individual médio mensal, até três atividades especificadas, segundo o sexo do entrevistado

Rendimento em salário mínimo	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Rendimento em salário mínimo	85,7	14,3	100,0
0 ou sem informação	86,7	13,3	100,0
+ de 0 a 1/4 sm	80,7	19,3	100,0
+ de 1/4 a 1/5 sm	79,0	21,0	100,0
+ de 1/5 a 1 sm	90,5	9,5	100,0
+ de 1 a 2 sm	87,5	12,5	100,0
+ de 2 a 3 sm	95,2	4,8	100,0
+ de 3 a 4 sm	88,9	11,1	100,0
+ de 4 a 5 sm	95,5	4,5	100,0
+ de 5 sm	85,7	14,3	100,0
Total			

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 11.4.

Percentual do rendimento individual médio mensal, até três atividades especificadas, segundo o sexo do entrevistado

Rendimento em salário mínimo	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Rendimento em salário mínimo			9,5
+ de 0 a 1/4 sm	9,6	8,9	14,0
+ de 1/4 a 1/2 sm	13,1	18,9	26,4
+ de 1/5 a 1 sm	24,4	38,9	31,8
+ de 1 a 2 sm	33,5	21,1	10,2
+ de 2 a 3 sm	10,4	8,9	3,2
+ de 3 a 4 sm	3,7	1,1	1,4
+ de 4 a 5 sm	1,5	1,1	3,5
+ de 5 sm	3,9	1,1	
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 11.5.

Percentual do rendimento individual médio mensal, até três atividades, segundo grandes grupos de idade

Rendimento em Salário Mínimo	18 a 40 anos	41 a 59 anos	60 a 89 anos	Total
0 ou sem informação	44,1	44,1	11,8	100,0

CONTINUAÇÃO

Percentual do rendimento individual médio mensal, até três atividades, segundo grandes grupos de idade

Idade	18 a 40 anos	41 a 59 anos	60 a 89 anos	Total
Rendimento em Salário Mínimo				
+ de 0 a ¼ sm	48,3	46,7	5,0	100,0
+ de ¼ a 1/5 sm	64,8	30,7	4,5	100,0
+ de 1/5 a 1 sm	65,2	32,3	2,4	100,0
+ de 1 a 2 sm	63,8	33,7	2,5	100,0
+ de 2 a 3 sm	78,1	17,2	4,7	100,0
+ de 3 a 4 sm	85,0	10,0	5,0	100,0
+ de 4 a 5 sm	88,9	11,1	0,0	100,0
+ de 5 sm	63,6	31,8	4,5	100,0
Total	58,1	35,7	6,2	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 11.6.

Percentual do rendimento individual médio mensal, até três atividades, segundo grandes grupos de idade

Idade	18 a 40 anos	41 a 59 anos	60 a 89 anos	Total
Rendimento em Salário Mínimo				
0 ou sem informação	25,8	42,0	64,4	34,0
+ de 0 a 1/4 sm	5,3	8,3	5,1	6,3
+ de 1/4 a 1/5 sm	10,3	8,0	6,8	9,3
+ de 1/5 a 1 sm	19,4	15,7	6,8	17,3
+ de 1 a 2 sm	23,0	19,8	8,5	21,0
+ de 2 a 3 sm	9,1	3,3	5,1	6,8
+ de 3 a 4 sm	3,1	0,6	1,7	2,1
+ de 4 a 5 sm	3,1	0,6	1,7	0,9
+ de 5 sm	1,5	0,3	0,0	2,3
+ de 5 sm	2,5	2,1	1,7	2,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 11.7.

Benefício que recebe	Nº	%
Aposentadoria/pensão	39	43,8
Vale-transporte	11	12,4
Boisa família	10	11,2
Benefício de prestação continuada	8	9,0

CONTINUAÇÃO

Benefício que recebe

	Nº	%
Costa básica	5	5,8
Auxílio-doença	2	2,2
Auxílio-gás	1	1,1
Sim, outros	13	14,6
Total	89	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 11.8.

Rendimento individual médio mensal, até três atividades especificadas em salário mínimo, segundo o lugar onde dorme, declarado pelo entrevistado

	Instituições públicas	Logradouros públicos	Instituições privadas	Ocupações não consolidadas	Outros	Total
0 ou sem informação	127	124	29	3	4	287
+ de 0 a 1/4 sm	33	24	1	0	0	58
+ de 1/4 a 1/5 sm	39	46	0	0	1	86
+ de 1/5 a 1 sm	58	93	1	7	3	162
+ de 1 a 2 sm	62	116	5	6	6	195
+ de 2 a 3 sm	16	41	1	1	3	62
+ de 3 a 4 sm	5	14	0	0	1	20
+ de 4 a 5 sm	2	6	0	1	0	9
+ de 5 sm	10	9	0	1	1	21
	352	473	37	19	19	890

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 11.9.

Percentual do rendimento individual médio mensal, até três atividades especificadas em salário mínimo, segundo o lugar onde dorme, declarado pelo entrevistado

	Instituições públicas (albergues, abrigos, serviços etc)	Logradouros públicos (ruas, avenidas, praças e baixios de viadutos)	Instituições privadas	Ocupações não consolidadas	Outros	Total
0 ou sem informação	44,3	43,2	10,1	1,0	1,4	100,0
+ de 0 a ¼ sm	56,9	41,4	1,7	0,0	0,0	100,0
+ de ¼ a 1/5 sm	45,3	53,5	0,0	0,0	1,2	100,0
+ de 1/5 a 1 sm	35,8	57,4	0,6	4,3	1,9	100,0
+ de 1 a 2 sm	31,8	59,5	2,6	3,1	3,1	100,0
+ de 2 a 3 sm	25,8	66,1	1,6	1,6	4,9	100,0

CONTINUAÇÃO

Percentual do rendimento individual médio mensal, até três atividades especificadas em salário mínimo, segundo o lugar onde dorme, declarado pelo entrevistado

	Instituições públicas (albergues, abrigos, serviços etc)	Logradouros públicos (ruas, avenidas, praças e baixios de viadutos)	Instituições privadas	Ocupações não consolidadas	Outros	Total
+ de 3 a 4 sm	25,0	70,0	0,0	0,0	5,0	100,0
+ de 4 a 5 sm	22,2	66,7	0,0	11,1	0,0	100,0
+ de 5 sm	47,6	42,9	0,0	4,8	4,8	100,0
Total	39,1	52,6	4,1	2,1	2,1	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 11.10.

Percentual do rendimento individual médio mensal, até três atividades especificadas em salário mínimo, segundo o lugar onde dorme, declarado pelo entrevistado

	Instituições públicas (albergues, abrigos, serviços etc)	Logradouros públicos (ruas, avenidas, praças e baixios de viadutos)	Instituições privadas	Ocupações não consolidadas	Outros	Total
0 ou sem informação	36,1	26,2	78,4	15,8	21,1	31,9
+ de 0 a 1/4 sm	9,4	5,1	2,7	0,0	0,0	6,4
+ de 1/4 a 1/5 sm	11,1	9,7	0,0	0,0	5,3	9,6
+ de 1/5 a 1 sm	16,5	19,7	2,7	36,8	15,8	18,0
+ de 1 a 2 sm	17,6	24,5	13,5	31,6	31,6	21,7
+ de 2 a 3 sm	4,5	8,7	2,7	5,3	15,8	6,9
+ de 3 a 4 sm	1,4	3,0	0,0	0,0	5,3	2,2
+ de 4 a 5 sm	0,6	1,3	0,0	5,3	5,3	1,0
+ de 5 sm	2,8	1,9	0,0	5,3	5,3	2,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabelas 12: DOCUMENTAÇÃO

Tabela 12.1.

Documentos que possui	Nº	% dos casos válidos (*)	% dos dados válidos (**)
Não possui qualquer documento		238	926
Especificação dos documentos que possui	587	61,7	21,3
Carteira de Identidade	552	58,0	20,1
Certidão de Nascimento	510	53,6	18,5
Carteira de Trabalho	497	52,3	18,1
Título de Eleitor	467	49,1	17,0
CPF	467	14,4	5,0
Outros (***)	137	289,2	100,0
Subtotal	2750		
Dados não válidos	212		
Total acumulado	2750		

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

(*) Percentual em relação ao total de casos (1164)

(**) Percentual em relação ao total de dados válidos: 951 (1164-213)

(***) Especificados na Tabela 12.2.

Tabela 12.2.

Outros documentos que possui	Nº	%	% dos dados válidos
Certificado de Reservista	85	7,3	59,4
Carteira Nacional de Habilitação	20	1,7	14,0
Certidão de Casamento	7	0,6	4,9
Atestado de Bons Antecedentes	5	0,4	3,5
Cartão Cidadão	4	0,3	2,8
Cartão PIS	4	0,3	2,8
Boletim de Ocorrência	3	0,3	2,1
Cartão da Caixa Econômica Federal	2	0,2	1,4
Passaporte	2	0,2	1,4
Cartão Bolsa Família	1	0,1	0,7
Cartão de Aposentadoria	1	0,1	0,7
Carteira Estudantil	1	0,1	0,7
Carteira de Doação para a Instituição Irmão Glauco	1	0,1	0,7
Cópia da Carteira de Identidade	1	0,1	0,7
Subtotal	137	12,3	100,0
Dados não válidos	1.027	87,7	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005

Tabelas 13: SAÚDE

Tabela 13.1.

Declaração, pelo entrevistado, de ter problema de saúde

	Nº	%	% dos dados válidos
Não	519	44,6	56,4
Sim	402	34,5	43,6
Subtotal	921	79,1	100,0
Dados não válidos	243	20,9	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 13.2.

Grupos de doença segundo o Código Internacional de Doenças 10 - CID 10

	Nº	%	% dos dados válidos
Doenças do aparelho circulatório	72	6,2	28,3
Doenças do aparelho respiratório	41	3,5	16,1
Transtornos mentais e comportamentais	30	2,6	11,8
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	24	2,1	9,4
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	23	2,0	9,1
Doenças do sistema nervoso	22	1,9	8,7
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	13	1,1	5,1
Doenças do aparelho digestivo	12	1,0	4,7
Doenças do olho e anexos	9	0,8	3,5
Doenças do aparelho geniturinário	4	0,3	1,6
Neoplasias - tumores	2	0,2	0,8
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2	0,2	0,8
Subtotal	254	21,8	100,0
Dados não válidos	910	78,2	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 13.3.

Declaração, pelo entrevistado, de problema de saúde, segundo a idade

Idade	Tem		Não tem	
	Nº	%	Nº	%
18 e 19 anos	19	3,7	12	3,0
20 a 24 anos	63	12,2	29	7,3

CONTINUAÇÃO

Declaração, pelo entrevistado, de problema de saúde, segundo a idade

Idade	Tem		Não tem	
	Nº	%	Nº	%
25 a 29 anos	90	17,5	31	7,8
30 a 34 anos	85	16,5	60	15,0
35 a 39 anos	69	13,4	48	12,0
40 a 44 anos	64	12,4	55	13,8
45 a 49 anos	49	9,5	62	15,5
50 a 54 anos	35	6,8	38	9,5
55 a 59 anos	21	4,1	33	8,3
60 a 64 anos	10	1,9	18	4,5
65 a 69 anos	7	1,4	6	1,5
70 a 74 anos	1	0,2	4	1,0
75 a 79 anos	2	0,4	2	0,5
80 a 84 anos	0	0,0	0	0,0
85 a 89 anos	0	0,0	1	0,3
Total de dados válidos	515	100,0	399	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 13.4.

Declaração, pelo entrevistado, de ter deficiência

	Nº	%	% dos dados válidos
Não	746	64,1	81,4
Sim	170	14,6	18,6
Subtotal	916	78,7	100,0
Dados não válidos	248	21,3	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 13.5.

Declaração, pelo entrevistado, de deficiência, segundo a idade

Idade	Tem		Não tem	
	Nº	%	Nº	%
18 e 19 anos	27	3,6	4	2,4
20 a 24 anos	81	10,9	11	6,5
25 a 29 anos	102	13,8	18	10,7
30 a 34 anos	122	16,5	22	13,0
35 a 39 anos	90	12,2	24	14,2
40 a 44 anos	100	13,5	21	12,4
45 a 49 anos	76	10,3	34	20,1

CONTINUAÇÃO
Declaração, pelo entrevistado, de deficiência, segundo a idade

Idade	Tem		Não tem	
	Nº	%	Nº	%
50 a 54 anos	57	7,7	15	8,9
55 a 59 anos	41	5,5	12	7,1
60 a 64 anos	25	3,4	4	2,4
65 a 69 anos	11	1,5	2	1,2
70 a 74 anos	5	0,7	0	0,0
75 a 79 anos	2	0,3	2	1,2
80 a 84 anos	0	0,0	0	0,0
85 a 89 anos	1	0,1	0	0,0
Total de dados válidos	740	100,0	169	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 13.6.

Declaração, pelo entrevistado, de utilização de serviço de saúde em Belo Horizonte

	Nº	%	% dos dados válidos
Não	279	24,0	30,6
Sim	632	54,3	69,4
Subtotal	911	78,3	100,0
Dados não válidos	253	21,7	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 13.7.

Declaração, pelo entrevistado, de utilização de serviço de saúde em Belo Horizonte, segundo a idade

Idade	Sim		Não	
	Nº	%	Nº	%
18 e 19 anos	12	4,3	18	2,9
20 a 24 anos	36	13,0	55	8,8
25 a 29 anos	35	12,6	84	13,4
30 a 34 anos	43	15,5	99	15,8
35 a 39 anos	23	8,3	91	14,5
40 a 44 anos	43	15,5	76	12,1
45 a 49 anos	25	9,0	86	13,7
50 a 54 anos	18	6,5	53	8,5
55 a 59 anos	22	7,9	32	5,1
60 a 64 anos	10	3,6	19	3,0
65 a 69 anos	5	1,8	9	1,4

CONTINUAÇÃO
Declaração, pelo entrevistado, de utilização de serviço de saúde em Belo Horizonte, segundo a idade

Idade	Sim		Não	
	Nº	%	Nº	%
4	4	1,4	1	0,2
70 a 74 anos	1	0,4	3	0,5
75 a 79 anos	0	0,0	0	0,0
80 a 84 anos	0	0,0	1	0,2
85 a 89 anos	277	100,0	627	100,0
Total dos dados válidos				

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 13.8.

Motivos da procura de serviço de saúde, classificados por grupos de doença do CID 10

	Nº	%	% dos dados válidos
Causas externas de morbidade e de mortalidade	86	7,4	22,6
Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	72	6,2	18,9
Transtornos mentais e comportamentais	38	3,3	10,0
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	35	3,0	9,2
Doenças do aparelho respiratório	32	2,7	8,4
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	29	2,5	7,6
Doenças do aparelho digestivo	23	2,0	6,1
Gravidez, parto e puerpério	15	1,3	3,9
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	14	1,2	3,7
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	13	1,1	3,4
Doenças do olho e anexos	7	0,6	1,8
Doenças do aparelho circulatório	6	0,5	1,6
Doenças do aparelho geniturinário	6	0,5	1,6
Lesões, envenenamento e algumas outras conseqüências de causas externas	3	0,3	0,8
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	1	0,1	0,3
Subtotal	380	32,6	100,0
Dados não válidos	784	67,4	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 13.9.
Uso de medicamento

	Nº	%	% dos dados válidos
Não	657	56,4	72,0
Sim	255	21,9	28,0
Subtotal	912	78,4	100,0
Dados não válidos	252	21,6	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 13.10.
Uso de medicamento, segundo a idade do entrevistado

Idade	Sim		Não	
	Nº	%	Nº	%
18 e 19 anos	27	4,1	4	1,6
20 a 24 anos	82	12,6	8	3,2
25 a 29 anos	100	15,3	20	7,9
30 a 34 anos	108	16,5	33	13,1
35 a 39 anos	78	11,9	37	14,7
40 a 44 anos	91	13,9	29	11,5
45 a 49 anos	63	9,6	48	19,0
50 a 54 anos	41	6,3	30	11,9
55 a 59 anos	35	5,4	19	7,5
60 a 64 anos	15	2,3	13	5,2
65 a 69 anos	10	1,5	4	1,6
70 a 74 anos	2	0,3	3	1,2
75 a 79 anos	1	0,2	3	1,2
80 a 84 anos	0	0,0	0	0,0
85 a 89 anos	0	0,0	1	0,4
Total de dados válidos	653	100,0	252	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 13.11.
Medicamento que usa, classificado por grupos de doença do CID 10

	Nº	%	% dos dados válidos
Anti-hipertensivo	33	2,8	22,6
Anticonvulsivante	26	2,2	17,8
Ansiolítico	22	1,9	15,1
Anti-inflamatório	14	1,2	9,6

CONTINUAÇÃO
Medicamento que usa, classificado por grupos de doença do CID 10

	Nº	%	% dos dados válidos
Analgésico	11	0,9	7,5
Neuroléptico	9	0,8	6,2
Antibiótico	8	0,7	5,5
Vitamina	4	0,3	2,7
Antivirais	4	0,3	2,7
Antidepressivo	3	0,3	2,1
Hipoglicemianfe	3	0,3	2,1
Broncodilatador	2	0,2	1,4
Anti-parkinsoniano	2	0,2	1,4
Tuberculostático	2	0,2	1,4
Anti-anêmico	2	0,2	1,4
Colírio	1	0,1	0,7
Subtotal	146	12,5	100,0
Dados não válidos	1.018	87,5	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 13.12.
Forma ou lugar onde obtém o medicamento que usa

	Nº	%	% dos dados válidos
Centro de Saúde com ou sem especificação	106	9,1	45,5
CS Carlos Chagas - PSF da População de Rua de BH	35	3,0	15,0
Compra	19	1,6	8,2
Serviços de saúde ou instituição de atendimento à população de rua sem especificação	17	1,5	7,3
Farmácia pública (Prefeitura, SUS, governo)	10	0,9	4,3
Centro de Referência em Saúde Mental (CERSAM)	8	0,7	3,4
Doação de entidades ou pessoas	8	0,7	3,4
Hospitais	7	0,6	3,0
Toca de Assis	5	0,4	2,1
Centro Mineiro de Toximania (CMT)	3	0,3	1,3
Centro de Triagem Social (CETES)	3	0,3	1,3
Policlínica especificada	2	0,2	0,9
Doação de profissionais de saúde	2	0,2	0,9

CONTINUAÇÃO

Forma ou lugar onde obtém o medicamento que usa

	Nº	%	% dos dados válidos
Ajuda de familiares	1		
Albergue	1	0,1	0,4
Convênio	1	0,1	0,4
Casa de tratamento e recuperação de portadores de HIV sem especificação	1	0,1	0,4
Hemominas	1	0,1	0,4
Pede ajuda na rua	1	0,1	0,4
Minha Casa (ONG)	1	0,1	0,4
República Maria Maria	1	0,1	0,4
Subtotal	233	20,0	0,4
Dados não válidos	931	80,0	100,0
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 13.13.

Grupo de doença do CID - 10, segundo a idade do entrevistado

Grupo de doenças segundo o CID - 10	Grupos de idade														Total
	0-17	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	85-89	
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	0	0	4	7	2	3	4	2	1	0	0	0	0	0	23
Neoplasias - tumores	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	1	0	0	3	0	2	1	2	2	2	0	0	0	0	13
Transtornos mentais e comportamentais	2	2	0	5	4	2	3	2	5	2	1	1	0	0	29
Doenças do sistema nervoso	1	1	3	6	2	5	2	1	0	1	0	0	0	0	22
Doenças do olho e anexos	0	0	1	1	1	3	2	1	0	0	0	0	0	0	9
Doenças do aparelho circulatório	0	3	2	6	8	8	14	10	10	6	1	2	1	1	72
Doenças do aparelho respiratório	3	13	3	4	4	6	1	3	1	2	1	0	0	0	41
Doenças do aparelho digestivo	0	0	1	3	3	1	1	3	0	0	0	0	0	0	12
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2

CONTINUAÇÃO

Grupo de doença do CID - 10, segundo a idade do entrevistado

Grupo de doenças segundo o CID - 10	Grupos de idade														Total
	0-17	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	85-89	
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0	1	1	3	1	3	8	2	2	2	1	0	0	0	24
Doenças do aparelho geniturinário	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4
Total	8	20	16	39	25	35	38	26	21	15	4	3	2	1	253

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 13.14.

Percentual dos grupos de doença do CID - 10, segundo a idade do entrevistado

Grupo de doenças segundo o CID - 10	Grupos de idade														Total
	0-17	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	85-89	
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	0,0	0,0	25,0	17,9	8,0	8,6	10,5	7,7	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,1
Neoplasias - tumores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	12,5	0,0	0,0	7,7	0,0	5,7	2,6	7,7	9,5	13,3	0,0	0,0	0,0	0,0	5,1
Transtornos mentais e comportamentais	25,0	10,0	0,0	12,8	16,0	5,7	7,9	7,7	23,8	13,3	25,0	33,3	0,0	0,0	11,5
Doenças do sistema nervoso	12,5	5,0	18,8	15,4	8,0	14,3	5,3	3,8	0,0	6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	8,7
Doenças do olho e anexos	0,0	0,0	6,3	2,6	4,0	8,6	5,3	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,6
Doenças do aparelho circulatório	0,0	15,0	12,5	15,4	32,0	22,9	36,8	38,5	47,6	40,0	25,0	66,7	50,0	100,0	28,5
Doenças do aparelho respiratório	37,5	65,0	18,8	10,3	16,0	17,1	2,6	11,5	4,8	13,3	25,0	0,0	0,0	0,0	16,2
Doenças do aparelho digestivo	0,0	0,0	6,3	7,7	12,0	2,9	2,6	11,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,7
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0,0	5,0	6,3	7,7	4,0	8,6	21,1	7,7	9,5	13,3	25,0	0,0	0,0	0,0	9,5
Doenças do aparelho geniturinário	12,5	0,0	6,3	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 13.15.

Percentual dos grupos de doença do CID - 10, segundo a idade do entrevistado

Grupo de doenças segundo o CID - 10	Grupos de idade														Total
	0-17	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	85-89	
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	0,0	0,0	17,4	30,4	8,7	13,0	17,4	8,7	4,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Neoplasias - tumores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	7,7	0,0	0,0	23,1	0,0	15,4	7,7	15,4	15,4	15,4	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Transtornos mentais e comportamentais	6,9	6,9	0,0	17,2	13,8	6,9	10,3	6,9	17,2	6,9	3,4	3,4	0,0	0,0	100,0
Doenças do sistema nervoso	4,5	4,5	13,6	27,3	9,1	22,7	9,1	4,5	0,0	4,5	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Doenças do olho e anexos	0,0	0,0	11,1	11,1	11,1	33,3	22,2	11,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Doenças do aparelho circulatório	0,0	4,2	2,8	8,3	11,1	11,1	19,4	13,9	13,9	8,3	1,4	2,8	1,4	1,4	100,0
Doenças do aparelho respiratório	7,3	31,7	7,3	9,8	9,8	14,6	2,4	7,3	2,4	4,9	2,4	0,0	0,0	0,0	100,0
Doenças do aparelho digestivo	0,0	0,0	8,3	25,0	25,0	8,3	8,3	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0,0	4,2	4,2	12,5	4,2	12,5	33,3	8,3	8,3	8,3	4,2	0,0	0,0	0,0	100,0
Doenças do aparelho geniturinário	25,0	0,0	25,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	100,0
Total	3,2	7,9	6,3	15,4	9,9	13,8	15,0	10,3	8,3	5,9	1,8	1,2	0,8	0,4	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabelas 14: FAMÍLIA

Tabela 14.1.

Família residente na rua/instituições, junto com o entrevistado	Nº	%	% dos dados válidos
Não	786	67,5	86,4
Sim	124	10,7	13,6
Subtotal	910	78,2	100,0
Dados não válidos	254	21,8	
Total	1164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 14.2.

Família/parentes na rua, junto com o entrevistado	Nº	%	% dos dados válidos
Irmão(s)	13	1,1	10,7
Esposa	12	1,0	9,8
Companheira	11	0,9	9,0
Companheiro	9	0,8	7,4
Irmã(s)	9	0,8	7,4
Filha(s)	8	0,7	6,6
Filho(s)	8	0,7	6,6
Apenas cônjuge e filho ou filha (s)	6	0,5	4,9
Esposo	6	0,5	4,9
Filhos	5	0,4	4,1
Irmão(s) e irmã(s)	4	0,3	3,3
Pai	3	0,3	2,5
Mãe	3	0,3	2,5
Primo ou prima (s)	3	0,3	2,5
Cônjuge, filhos e outros	2	0,2	1,6
Filho ou filha (s) e outros parentes	2	0,2	1,6
Pais e ou padrasto e irmão ou irmã (s) com ou sem outros parentes	2	0,2	1,6
Tio	2	0,2	1,6
Irmão ou irmã e outros parentes	2	0,2	1,6
Pai e mãe	1	0,1	0,8
Parentes sem especificação	1	0,1	0,8
Arranjos envolvendo ex-esposa	1	0,1	0,8

CONTINUAÇÃO

Família/parentes na rua, junto com o entrevistado

	Nº	%	% dos dados válidos
Cônjuge e outros exceto filhos	1	0,1	0,8
Mãe e filho ou filha (s)	1	0,1	0,8
Sem informação ou com informação incorreta	11	0,9	9,0
Sobrinho	1	0,1	0,8
Subtotal	122	10,5	100,0
Dados não válidos	1042	89,5	
Total	1164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 14.3.

Parentesco dos menores de 18 anos que se encontram na rua, junto com o entrevistado

	Nº	%	% dos dados válidos
Filhos	36	48,0	49,3
Filhas	31	41,3	42,5
Outros	6	8,0	8,2
Subtotal	73	97,3	100,0
Dados não válidos	2	2,7	
Total	75	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 14.4.

Parentes residentes em Belo Horizonte

	Nº	%	% dos dados válidos
Não	372	32,0	41,1
Sim	534	45,9	58,9
Subtotal	906	77,8	100,0
Dados não válidos	258	22,2	
Total	1164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 14.5.

Especificação dos parentes residentes em Belo Horizonte

	Nº	%	% dos dados válidos
Arranjos familiares que não envolvem cônjuge e/ou filho/a (s)	115	9,9	22,5
Irmão(s)	52	4,5	10,2
Tio/a (s)	48	4,1	9,4
Filho/a (s) e outros parentes	46	4,0	9,0
Irmã(s)	43	3,7	8,4
Mãe e irmão/a (s) com ou sem outros parentes	41	3,5	8,0
Primo/a (s)	23	2,0	4,5
Pais e irmão/a (s) com ou sem outros parentes	18	1,5	3,5
Filho(s)	14	1,2	2,7
Pai e irmã/a (s) com ou sem outros parentes	14	1,2	2,7
Irmão(s) e irmã(s)	13	1,1	2,5
Mãe	12	1,0	2,3
Filha(s)	10	0,9	2,0
Família toda / todos	9	0,8	1,8
Apenas cônjuge e filho(s)	8	0,7	1,6
Ex-esposa / companheira e outros parentes	8	0,7	1,6
Cônjuge, filhos e outros	8	0,7	1,6
Sobrinho/a (s)	7	0,6	1,4
Pai e mãe	6	0,5	1,2
Pai	6	0,5	1,2
Pais e filho/a (s)	5	0,4	1,0
Avó	4	0,3	0,8
Cunhado/a (s)	3	0,3	0,6
Parentes sem especificação	2	0,2	0,4
Família sem especificação	2	0,2	0,4
Esposa	1	0,1	0,2
Compadre	1	0,1	0,2
Família adotiva	1	0,1	0,2
Cônjuge e outros, exceto filhos	1	0,1	0,2
Mãe e filho/a (s)	1	0,1	0,2
Pai e madrastra	1	0,1	0,2
Subtotal	1	0,1	0,2
Dados não válidos	512	44,0	100,0
Total	652	56,0	
Total	1164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 14.6.
Contato com parentes residentes em Belo Horizonte

	Nº	%	% dos dados válidos
Não	213	18,3	38,9
Sim	334	28,7	61,1
Subtotal	547	47,0	100,0
Dados não válidos	617	53,0	
Total	1164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 14.7.
Formas de contato com os parentes residentes em Belo Horizonte

	Nº	%	% dos dados válidos
Não	213	18,3	37,6
Pessoalmente	257	22,1	45,4
Por telefone	92	7,9	16,3
Através de recados	4	0,3	0,7
Subtotal	566	48,6	100,0
Dados não válidos	598	51,4	
Total	1164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 14.8.
Periodicidade do contato com os parentes residentes em Belo Horizonte

	Nº	%	% dos dados válidos
Ocasionalmente (anualmente)	270	23,2	47,8
Muito raramente (6 a 6 meses)	88	7,6	15,6
Sempre (1 vez por mês)	207	17,8	36,6
Subtotal	565	48,5	100,0
Dados não válidos	599	51,5	
Total	1164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 14.9.
Passagem por instituições, segundo manutenção de contato com parentes residentes em Belo Horizonte

Horizonte	Não mantém	Mantém	S/I/NA (**)	Total
Instituições				
Não	69	92	146	307
Orfanatos, internatos, etc.	18	27	26	71
Hospital - clínica geral	83	149	149	381
Hospital psiquiátrico	35	58	44	137
CERSAM - Centro de Referência em Saúde Mental	23	29	23	75
Instituições de recuperação dependência química	28	63	38	129
Febem	22	63	30	115
Instituições de detenção	43	64	54	161
Outras	11	22	20	53
Dados não válidos	5	4	218	227
Total acumulado (*)	337	571	748	1656

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

(*) Uma mesma pessoa pode ter frequentando mais de uma instituição

(**) N/A Não se aplica, quando não existem outros parentes em Belo Horizonte

Tabela 14.10.

Percentual de passagem por instituições, segundo manutenção de contato com parentes residentes em Belo Horizonte

Instituições	Não mantém	Mantém	S/I/NA (**)	Total
Não	22,5	30,0	47,6	100,0
Orfanatos, internatos, etc.	25,4	38,0	36,6	100,0
Hospital - clínica geral	21,8	39,1	39,1	100,0
Hospital psiquiátrico	25,5	42,3	32,1	100,0
CERSAM - Centro de Referência em Saúde Mental	30,7	38,7	30,7	100,0
Instituições de recuperação dependência química	21,7	48,8	29,5	100,0
Febem	19,1	54,8	26,1	100,0
Instituições de detenção	26,7	39,8	33,5	100,0
Outras	20,8	41,5	37,7	100,0
Dados não válidos	2,2	1,8	96,0	100,0
Total acumulado (*)	20,4	34,5	45,2	100,0

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

(*) A mesma pessoa pode ter frequentando mais de uma instituição.

(**) N/A Não se aplica, quando não existem outros parentes em Belo Horizonte.

Tabela 14.11.

Tempo de permanência na rua, segundo manutenção de contato com parentes residentes em Belo Horizonte

Tempo de permanência na rua	Não mantém	Mantém	S/I/NA (*)	Total
Menos de 1 mês	13	19	37	69
De 1 a 6 meses	35	46	61	142
De 6 meses a 1 ano	21	26	29	76
De 1 a 5 anos	56	98	118	272
De 5 a 10 anos	39	66	48	153
Acima de 10 anos	42	72	91	205
Dados não válidos	7	7	233	247
Total	213	334	617	1164

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

(*) N/A Não se aplica, quando não existem outros parentes em Belo Horizonte.

Tabela 14.12.

Percentual do tempo de permanência na rua, segundo manutenção de contato parentes residentes em Belo Horizonte

Tempo de permanência na rua	Não mantém	Mantém	S/I/NA (*)	Total
Menos de 1 mês	18,84	27,54	53,62	100,00
De 1 a 6 meses	24,65	32,39	42,96	100,00
De 6 meses a 1 ano	27,63	34,21	38,16	100,00
De 1 a 5 anos	20,59	36,03	43,38	100,00
De 5 a 10 anos	25,49	43,14	31,37	100,00
Acima de 10 anos	20,49	35,12	44,39	100,00
Dados não válidos	2,83	2,83	94,33	100,00
Total	18,30	28,69	53,01	100,00

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

(*) N/A Não se aplica, quando não existem outros parentes em Belo Horizonte.

Tabela 14.13.

Contato com família residente fora de BH

	Nº	%	% dos dados válidos
Não	505	43,4	44,8
Sim	351	30,2	31,1
Não tem parentes fora	272	23,4	24,1
Subtotal	1.128	96,9	100,0
Dados não válidos	36	3,1	
Total	1.164	100,0	

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

Tabela 15: O MAIOR DESEJO

Tabela 15.1.

Qual é o seu maior desejo? (*)

	Nº	% (**)	% (***)
Morada	396	35,7	30,6
Trabalho/emprego	312	28,1	24,1
(Re)construção de laços familiares	193	17,4	14,9
Saída da rua	129	11,6	10,0
Rendimento	42	3,8	3,2
Saúde	42	3,8	3,2
Saída de algum equipamento da população de rua	30	2,7	2,3
Religião	28	2,5	2,2
Abandono de drogas	27	2,4	2,1
Expressão de dignidade própria	22	2,0	1,7
Nenhum desejo	18	1,6	1,4
Documentos	17	1,5	1,3
Educação	16	1,4	1,2
Expressão de ideais humanitários	14	1,3	1,1
Expressão de revolta	5	0,5	0,4
Ida ou permanência em algum equipamento da população de rua	5	0,5	0,4
Dados válidos	1296	116,9	100,0
Casos não válidos: não responderam	55		

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.

(*) Algumas categorias de resposta se encontram detalhadas na Tabela 15.2.

(**) Percentual em relação ao total dos casos válidos: 1109 (1164-55)

(***) Percentual em relação ao total de desejos expressos: 1296. Não houve restrição quanto ao número de desejos expressos

Tabela 15.2.

Declaração do maior desejo segundo o sexo do entrevistado

	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
TRABALHO			
Referência geral a trabalho	146	12	158
Trabalho fichado, com carteira assinada, etc.	22	5	27
Referência geral a emprego	90	5	95
Emprego fixo, fichado, etc.	27	4	31
Instrumentos e/ou outras condições de trabalho	1		1
Subtotal	286	26	312

CONTINUAÇÃO

Declaração do maior desejo segundo o sexo do entrevistado

	Sexo		Total
MORADIA			
Ref geral: moradia, casa, barraco, ter um lugar para morar,			
Dinheiro para iluminar a casa onde os netos moram	327	66	393
Casa para familiares	1		1
Outros especificados	1		1
Subtotal	1		1
SAÍDA DA RUA E/OU DE BH			
Referência geral. Sair da rua, etc.	330	66	396
Regresso: voltar para casa, etc.	71	10	81
Sair de BH	7	2	9
Regresso para alguma cidade ou estado - especificados ou não	8		8
Ir para outra cidade ou estado - especificados ou não	17	1	18
Outros especificados	11	1	12
Subtotal	1		1
FAMÍLIA			
Referência geral	115	14	129
Geral: família, lar etc.			
Construir uma nova família	27	3	30
Retomar laços familiares	51	3	54
Sustentar familiares, dar melhores condições, cuidar dos filhos	46	20	66
Outros especificados	12	6	18
Encontrar algum familiar desaparecido	6	2	8
Tirar a filha da rua	1		1
Ver / visitar algum familiar	1		1
Casar na igreja	4	1	5
Ver os filhos felizes		1	1
Ter familiares que já morreram de volta	4	1	5
Voltar para casa	2		2
Ver os filhos na república	1		1
Subtotal	155	38	193
EDUCAÇÃO			
Referência geral	9		9
Curso superior, especificado ou não	4		4
Saber ou aprender a ler e/ou escrever	2		2
Estudo para os filhos		1	1
Subtotal	15	1	16

CONTINUAÇÃO

Declaração do maior desejo segundo o sexo do entrevistado

	Sexo		Total
QUALIFICAÇÃO / PROFISSÃO			
Referência geral	5		5
Ser advogado	1		1
Subtotal	6	0	6
DOCUMENTOS			
Referência geral	16		16
ABANDONO DE DROGAS			
Referência geral	13	1	14
Referência a álcool	6		6
Referência a outras drogas especificadas	5	1	6
Referente a familiares		1	1
Subtotal	24	3	27
ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Referência geral		1	1
Trocar de roupa	1		1
Comer / mantimentos / comida especificada ou não	2	3	5
Tomar banho	1		1
Subtotal	4	4	8
RELIGIÃO			
Referência geral	18	8	26
Referência específica a alguma igreja	2		2
Subtotal	20	8	28
NADA OU NENHUM DESEJO			
Referência geral: não tenho nenhum desejo	17	1	18
RENDIMENTO			
Referência geral	14	2	16
Aposentadoria	17	2	19
Bolsa-família	1		1
Outros benefícios especificados ou não	1		1
Subtotal	3	3	6
FALA QUE EXPRESSA REVOLTA			
Vingar			
Matar	1		1
Explodir	3		3
Subtotal	1		1
	5	0	5

CONTINUAÇÃO
Declaração do maior desejo segundo o sexo do entrevistado

	Sexo	Total
SAÚDE		
Referência geral		
Acesso a serviços de assistência médica / tratamento de saúde	20	6
Acesso a serviços de assistência odontológica	2	1
Acesso a serviços de pré-natal, parto e puerpério	6	
Questões relativas a aspectos ortopédicos	1	1
Outras especificadas		1
Subtotal	32	10
FALA QUE EXPRESSA SENTIDO DE DIGNIDADE PRÓPRIA		
Referência geral: "Resgatar minha cidadania", "Ser tratado com dignidade", etc.	18	4
EQUIPAMENTOS SOCIAIS (ESPECÍFICOS PARA A POPRUA OU NÃO)		
Ida para algum equipamento próprio para a população de rua	3	
Saída de algum equipamento próprio para a população de rua	23	7
Permanecer no equipamento próprio para a poprua em que se encontra	1	1
Saída do equipamento não específico da poprua em que se encontra	2	2
Subtotal	29	10
FALA QUE EXPRESSA IDEIAS HUMANITÁRIOS		
Paz		1
Igualdade	1	
Amor	1	
Outros especificados	6	
Ajudar as pessoas / ajudar as pessoas que moram na rua	1	1
Felicidade de todas as pessoas / felicidade para os moradores de rua	2	
Melhora para todos os moradores de rua	1	
Subtotal	12	1

Fonte: 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte - 2005.